

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

FREDERICO MACIEL BORGES

**BREJÃO, CLARO DOS POÇÕES :
Avaliação de um projeto de combate a pobreza rural**

**MONTES CLAROS
2019**

Frederico Maciel Borges

BREJÃO, CLARO DOS POÇÕES:

Avaliação de um projeto de combate a pobreza rural

Dissertação apresentada à banca examinadora do Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Social, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Área de Concentração: Movimentos Sociais, Identidades e Territorialidades.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa

Montes Claros
2019

Borges, Frederico Maciel.
B732b Bregão, Claro dos Poções [manuscrito] : avaliação de um projeto de combate a
pobreza rural / Frederico Maciel Borges. – Montes Claros, 2019.
154 f. : il.

Bibliografia: f. 146-150.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -
Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS,
2019.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa.

1. Pobreza. 2. Política pública. 3. Projeto de Combate à Pobreza Rural -
PCPR/MG – Avaliação. 5. Banco Mundial. 6. Comunidade Rural de Bregão –
Claro dos Poções (MG). I. Costa, João Batista de Almeida. II. Universidade
Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Avaliação de um projeto de
combate à pobreza rural.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Dissertação intitulada **BREJÃO, CLARO DOS POÇÕES: Avaliação de um projeto de combate a pobreza rural**, de autoria de Frederico Maciel Borges, examinada em 28/03/2019 por uma Banca constituída pelos professores:

Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa
UNIMONTES
Orientador

Profa. Dra. Flávia Maria Galizoni
UFMG / ICA
Examinadora

Prof. Dra. Zaira Rodrigues Vieira
UNIMONTES / PPGDS
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Sempre via com certa estranheza as extensas listas de agradecimentos que frequentemente encontro em livros e sobretudo em Dissertações e Teses. Somente ao concluir o Mestrado em Desenvolvimento Social, pude compreender um pouco do quão relevante e importante é a existência deste espaço dentro dos trabalhos acadêmicos.

Ao vivenciar essa trajetória de vinte e quatro meses, pude compreender que o processo da pesquisa não é uma atividade essencialmente individual como eu imaginava. Trata-se de uma caminhada que é mais colaborativa do que solitária. A solidão que existe nos momentos de leituras, reflexões e escrita, são apenas uma parte de todo um processo que agora compreendo ser muito mais coletivo e colaborativo do que imaginava. Portanto, também não me furtarei a elencar minha pequena lista de sinceros agradecimentos.

Gostaria de demonstrar meus agradecimentos e gratidão às seguintes pessoas:

A toda a minha família e em especial a minha avó D. Mercedes, e meus pais Vera e Roosevelt pelo apoio incondicional.

A minha esposa Maria Terezinha por sempre acreditar em mim.

As amigas Ana Maria e Renata Canela pela inspiração em produzir pesquisa social.

A todos os Professores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social.

Ao meu orientador Prof. João Batista Costa, um incansável etnógrafo norte mineiro, meu muito obrigado pelas orientações, conselhos, paciência e confiança.

Aos novos amigos mestrandos e doutorandos que fiz nesta caminhada.

A equipe de trabalho da Secretaria do PPGDS, Wanessa, Ana Flávia e Sarah.

A todos os moradores da comunidade de Brejão, município de Claro dos Poções.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que me confiou uma bolsa de estudos e permitiu a realização desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação se propõe a realizar a avaliação de uma política pública de combate a pobreza rural implantada na comunidade rural de Brejão, município de Claro dos Poções/MG. A pesquisa realiza um estudo de caso do projeto de uma fabriqueta de farinha implantada há doze anos, com o objetivo de verificar a eficácia deste projeto em combater a pobreza. O Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR/MG) é uma política pública rural que vem sendo implantada nas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais desde 1986. Entretanto, estudos apontam que inúmeros projetos foram abandonados pelas comunidades que os receberam logo após sua implantação ou tiveram efetividade no combate a pobreza, cujo conceito é definido por organismos internacionais como o Banco Mundial. Brejão tornou-se conhecida na região quando recebeu em 2008, o Vice Presidente do Banco Mundial para conhecer os projetos que haviam sido recentemente instalados. Dez anos após esta visita, o projeto, ainda não foi eficaz em combater a pobreza nesta localidade, segundo nossa proposta de avaliação. Este trabalho pretende discutir algumas das variáveis que contribuem para a ineficiência de um projeto. Dentre elas observamos que os gestores públicos precisam conhecer mais a localidade, ouvir, observar e tentar identificar as potencialidades e as carências através de metodologias adequadas. Apesar do PCPR/MG se apresentar como uma política pública participativa, em que os beneficiários definem democraticamente suas próprias demandas, a metodologia do programa é excessivamente burocrática, envolve níveis de decisão acima da comunidade e normalmente têm pouco prazo para elaboração.

Palavras-chaves: Avaliação. Banco Mundial. PCPR. Pobreza. Política pública.

ABSTRACT

This dissertation proposes to carry out the evaluation of a public policy to combat rural poverty implemented in the rural community of Brejão, city of Claro dos Poções / MG. The research carried out a case study of the project of a flour factory implanted to twelve years, with the objective of verifying the effectiveness of this project in the fight against poverty. The Rural Poverty Combat Project (PCPR / MG) is a rural public policy that has been implemented in the North and Northeast of Minas Gerais since 1986. However, studies indicate that numerous projects were abandoned by the communities that received them soon after their implementation or have had effectiveness in fighting poverty, the concept of which is defined by international organizations such as the World Bank. Brejão became well-known in the region when it received in 2008 the Vice President of the World Bank to learn about the projects that had been recently installed. Ten years after this visit, the project has not yet been effective in combating poverty in this locality, according to our evaluation proposal. This paper intends to discuss some of the variables that contribute to the inefficiency of a project. Among them we observe that public managers need to know more about the locality, to listen, to observe and to try to identify potentialities and deficiencies through appropriate methodologies. Although PCPR / MG presents itself as a participatory public policy, in which beneficiaries democratically define their own demands, the methodology of the program is excessively bureaucratic, involves decision levels above the community, and usually has little time for elaboration.

Keywords: Evaluation. World Bank. PCPR, Poverty. Public policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exemplos de subprojetos produtivos	40
Tabela 2 – Exemplos de subprojetos <i>infraestrutura</i>	40
Tabela 3 – Exemplos de subprojetos sociais	41
Tabela 4 – Identificadores de perspectiva de sustentabilidade.....	53
Tabela 5 – Avaliação de Perspectiva de Sustentabilidade - Critérios de avaliação	53
Tabela 6 – Percentual de pessoas por faixa de renda em relação ao salário mínimo em Claro dos Poções no ano de 2015	83
Tabela 7 – Políticas sociais em Claro dos Poções (2016-2018)	85
Tabela 8 – Lavoura Temporária de Mandioca - Município de Claro dos Poções/MG	109
Tabela 9 – Mandioca área colhida Município de Claro dos Poções/MG	109
Tabela 10 – Mapa de referência ambiental: manipueira	116
Tabela 11 – Avaliação do projeto com base em Soares (1997)	127
Tabela 12 – Nova proposta de Avaliação de perspectivas de sustentabilidade	129
Tabela 13 – Nova faixa de pontuação	130
Tabela 14 – Nova avaliação do projeto produtivo de Brejão	130

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

EDF – Estudo de Desempenho Físico

EMATER/MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada

LMG 679 - Rodovia Estadual de Ligação número 679

ONU - Organização das Nações Unidas

PAPP – Programa de Apoio ao Produtor Rural

PCPR/MG – Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais

PDRI – Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado

PIN - Programa de Integração Nacional

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras, e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEDEVAN – Secretaria de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SEDESE – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de Minas Gerais

SEDINOR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais

SEDA - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	11
1 – O PROJETO DE COMBATE A POBREZA RURAL.....	19
1.1 - As dimensão da pobreza.....	19
1.1.1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	23
1.1.2 - O diagnóstico multidimensional da pobreza rural em Minas Gerais	25
1.2 – Políticas Públicas Rurais.....	28
1.2.1 – Políticas públicas e agricultura familiar	31
1.3 – O Projeto de Combate a Pobreza Rural (PCPR).....	35
1.3.1 – Histórico do PCPR.....	35
1.3.2 – O PCPR em Minas Gerais	39
1.3.3 - A Metodologia do programa	42
1.4 – Estudos de avaliação do PCPR.....	46
1.4.1 - Avaliação de sustentabilidade na perspectiva de Soares (1997)	51
1.5 – Empoderamento	54
2 –DESENVOLVIMENTO PARA QUEM ?.....	61
2.1 O Banco Mundial e o desenvolvimento.....	61
2.2 - “Escassez crônica da sociedade moderna”	68
2.3 – O capital sem fronteiras	71
2.3.1 - O centro e a periferia	74
3 – A COMUNIDADE DO BREJÃO	77
3.1 – “Modus vivendi”.....	77
3.2 - Claro dos Poções, Minas Gerais.....	80
3.2.1 - Índices econômicos e sociais do município	82
3.2.2 - A questão da água: quando <i>poções</i> e <i>brejões</i> secam	86
3.3 - A comunidade de Brejão	89
3.4 - O surgimento de um vilarejo dentro da comunidade	93
3.5 - A organização da Associação comunitária.....	94
3.6 - Mutirão	96
3.7 - Festas	98
3.8 – Projetos de ampliação e aquisição de equipamentos	98

4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	103
4.1 – A entrada na comunidade	103
4.1.1 - A vigilância epistemológica do discurso.....	105
4.2 - Os desafios da comunidade	107
4.2.2 - Escassez de matéria prima.....	109
4.2.3 - Produção coletiva, lucro individual.....	110
4.2.4 - Renda insuficiente	111
4.2.5 - A condicionante do o sistema financeiro oficial	111
4.2.6 - Em busca de mercado.....	113
4.2.7 - Impacto ambiental do projeto.....	114
4.3 - “Não, obrigado !”	117
4.4 - Um projeto em disputa	120
4.4.1 – Observando o <i>capital social</i> da associação	122
4.5 – A redução dos beneficiários do programa	124
4.6 – Análise da <i>eficácia, eficiência e efetividade</i> do PCPR/MG em Brejão	125
4.7 - Análise da sustentabilidade da Unidade de Processamento de Mandioca do Brejão.....	126
4.7.1 - Critérios da Avaliação:.....	127
4.7.2 - Nova proposta de avaliação de <i>perspectivas de sustentabilidade</i> para subprojetos produtivos PCPR.....	128
4.7.3 - Novo critério de avaliação de <i>perspectivas de sustentabilidade</i> para subprojetos produtivos PCPR.....	128
4.7.4 - Critérios para a nova avaliação:	131
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
NOTAS	144
REFERÊNCIAS	146
ANEXOS	151
ANEXO A – Localização da comunidade de Brejão	151
ANEXO B – Fotos da visita do Vice Presidente do Banco Mundial Justin Yifu Lin em visita a Associação do Pequenos Produtores rurais do Brejão em 18 de novembro de 2008	152
ANEXO C - Fotos da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Brejão	153
e do subprojeto produtivo	153

1 - INTRODUÇÃO

Essa dissertação se propõe a realizar avaliação de dois subprojetos produtivos *ampliação e mecanização* de uma fabriqueta de farinha, implantados pelo Projeto de Combate a Pobreza Rural (PCPR/MG) na comunidade rural de Brejão, município de Claro dos Poções, localizado na região Norte do Estado de Minas Gerais.

O PCPR foi uma política pública de combate a pobreza rural executado nas regiões Norte e Nordeste do país, que contou com recursos do Banco Mundial promover ações de desenvolvimento em comunidades rurais. O programa foi uma iniciativa do governo federal que inicialmente foi implantado na região Nordeste do país em 1983 e posteriormente expandido aos Estados da região Norte e também para a região Norte do Estado de Minas Gerais, onde foi executado em três momentos distintos, e encerrando-se em 2010.

Esta pesquisa pretende avaliar uma política pública à luz das discussões que perpassam não apenas pela *pobreza*, mas que também se relacionam às questões fundiárias, da participação democrática dos beneficiários do Programa, pela avaliação dos resultados alcançados pelo projeto, sua metodologia de implantação, sua sustentabilidade e o nível de capital social da comunidade beneficiária.

A proposta de avaliar o PCPR/MG a partir de um projeto produtivo, de modo a identificar sua capacidade em combater a pobreza em uma determinada comunidade rural, partiu de uma profunda inquietação pessoal por que passei entre os anos de 2011 e 2012. Neste período, atuei como extensionista rural na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) onde já atuava desde 2006. Como técnico de Bem Estar Social da empresa, trabalhei na mobilização e implantação dos últimos projetos PCPR a serem implantados em comunidades rurais dos municípios de Cristália e Botumirim, ambos no Norte de Minas Gerais.

Essas inquietações me levaram a desligar da Empresa em 2013. Tive muita dificuldade em compreender e aceitar como recursos financeiros públicos eram gastos de forma tão irresponsável, uma vez que os objetivos principais da empresa estava em cumprir as metas e os prazos determinados pela agência financiadora e pelo governo. A implantação célere dos projeto impedia na maior parte das comunidades atendidas, que se implantassem projetos que efetivamente promovessem a melhoria na qualidade de vida dos beneficiários e a consequente superação da pobreza rural.

Infelizmente a época me faltou habilidade e discernimento para refletir sobre o que estava acontecendo e qual era o meu papel dentro daquele processo que eu pouco compreendia. Felizmente consegui compreender a complexidade dos fenômenos econômicos, sociais e políticos em que estava imerso, ao desenvolver este trabalho de pesquisa em que pude pesquisar, refletir e compreender um pouco dos fenômenos que me provocaram tantas inquietações. Apesar da formação em Ciências Sociais, não tive capacidade naquele momento compreender o que acontecia. O espaço rural também era novo para mim.

Nesta pesquisa propomos a avaliação de dois subprojetos produtivos implantados em uma comunidade rural de modo a verificar a *eficácia*, a *eficiência*, a *efetividade* do PCPR/MG enquanto política pública de desenvolvimento em combater a pobreza rural. A escolha da localidade de Brejão para esta proposta de avaliação de política pública não seguiu princípios estatísticos, baseados em seleção de amostra. A escolha se deu por uma questão que consideramos de ordem simbólica.

Em pesquisas realizadas na internet em *sites* de notícias, verificamos que em novembro de 2008, o então Vice-presidente Sênior e Economista-Chefe do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), esteve no município de Claro dos Poções para visitar projetos do PCPR/MG que foram financiados pelo Banco. A cidade recebeu ao todo, nove projetos sendo o primeiro município do Estado a ter seus projetos implantados nesta terceira fase do programa no Estado (2005-2010).

Uma das comunidades visitadas foi a de Brejão, que recebeu dois subprojetos destinados a atender uma fabriqueta de farinha. O primeiro subprojeto foi o de ampliação da estrutura física da fabriqueta, e o segundo projeto foi destinado à aquisição de máquinas e equipamentos para o processamento da raiz.

A visita do Economista Chefe do Banco Mundial mobilizou inúmeros agentes políticos da região. A visibilidade que a comunidade recebeu, aliado ao simbolismo desta visita é que nos levou a escolher esta comunidade para avaliar seus projetos dez anos depois de totalmente implantados. Consideramos que esse é um tempo que nos permite produzir discussões e avaliações relevantes, de modo a identificar elementos que demonstrem ou não a eficiência desta política pública em atingir seus objetivos, sendo o principal deles o combate a pobreza. O projeto ainda estará em funcionamento? Teria conseguido reduzir a pobreza na comunidade?

A visita do executivo do Banco Mundial aconteceu em 2008, mas o Banco vem financiando projetos na região Norte de Minas Gerais desde a década de 1960, sobretudo durante o período militar em que foram financiados projetos agrícolas de reflorestamento e

irrigação no Norte de Minas Gerais e em outras regiões do Estado. Até o final da década de 1970 diversas agências estatais foram criadas tanto no nível federal, quanto estadual para financiar, implantar e assistir esses projetos.

Concebido com o nome *Projeto de Combate a Pobreza Rural* (PCPR) em 1985, o programa surge por iniciativa do governo federal, sob o contexto da abertura democrática do país que nos 20 anos anteriores, sob o regime militar, preteriu o pequeno produtor rural ao subsídio dos grandes projetos agrícolas no país. Nesse contexto de transição política, o governo militar já começa a deixar de priorizar os projetos agrícolas em virtude da crise econômica da década de 1980 e da redemocratização do país que se aproximava.

O capital disponibilizado pelo Banco Mundial para financiamento de pequenos projetos agrícolas nas comunidades rurais pretende agora, promover o desenvolvimento das mesmas comunidades outrora esquecidas pelas políticas agrícolas implantadas durante os governos militares no país. A região Norte de Minas Gerais, historicamente mantida a margem dos grandes projetos de desenvolvimento de governo, a partir da década de 1960, começou a receber grandes projetos agrícolas subsidiados pelo governo federal e coordenados por agências e órgãos governamentais que foram criados no mesmo período.

O Banco Mundial só irá financiar no Brasil políticas públicas voltadas ao pequeno agricultor a partir da década de 1980, sobretudo com o *Programa de Apoio ao Pequeno Produtor* (PAPP) em 1993 e que a partir de 1995 passaria a se chamar *Projeto de Combate a Pobreza Rural* (PCPR), que constituiu de uma política pública que priorizou projetos coletivos em comunidades rurais consideradas pobres.

Essa iniciativa teve início nos estados do Nordeste a partir de 1983 e em Minas Gerais a partir de 1986. São, portanto, mais de três décadas que este programa vem operando em Minas Gerais, mas descontinuamente. Sua última fase aconteceu entre os anos de 2005 e 2010.

O PAPP/PCPR foi implantado em todos os nove Estados do Nordeste e em Minas Gerais. Neste trabalho utilizaremos a nomenclatura *PCPR/MG*, para nos referirmos ao programa implantado em Minas Gerais. O programa financiou os chamados *subprojetos* que não eram reembolsáveis que foram enquadrados em três categorias: *produtivos*, *sociais* e ou de *infraestrutura*. A categoria dos *projetos produtivos* engloba a construção ou implantação de projetos como fabriquetas de farinha, de rapadura, aviários, unidades de suinocultura, bovinocultura e apicultura, pequenas agroindústrias, além da possibilidade de aquisição de animais para tração, máquinas ou implementos agrícolas.

O PAPP passaria por uma reformulação de ordem metodológica e operacional em 1993, sugerida a partir de estudos de avaliação realizados pelos técnicos do Banco Mundial ao identificarem que os projetos que vinham sendo implantados nos Estados do Nordeste do país não estavam atingindo minimamente os objetivos do programa (SOARES,1997).

Apesar da reformulação, o projeto se manteve não reembolsável e essencialmente comunitário. Uma das mudanças mais significativas que aconteceu em 1993 foi em relação a metodologia e procedimentos para a implantação dos projetos. O PCPR buscou metodologias que visassem dar autonomia às comunidades quanto a identificação de suas próprias demandas e na escolha de seus projetos. A metodologia de implantação procurou incentivar uma maior participação dos beneficiários nas etapas de discussão, elaboração, implantação e gerenciamento dos projetos. Essa foi uma condicionante exigida pelo Banco Mundial.

A decisão sobre o projeto a ser implantado deve ser feita pela comunidade, de forma a escolher o projeto que melhor atenderia às suas demandas. O programa destina recursos financeiros diretamente ao público beneficiário, via Associação comunitária a título de investimentos e não reembolsáveis.

Um dos objetivos do PCPR era promover o fortalecimento das organizações rurais e o estímulo ao *empoderamento* político e social dos sujeitos beneficiários, estimulando-os a participação ativa e protagonista na implantação do programa. Com a prerrogativa de se atender exclusivamente projetos coletivos, o PCPR/MG pretendeu a partir das condicionantes do programa, estimular a cooperação e a participação democrática entre os beneficiários, de forma a estimular a apropriação do projeto pelos mesmos, e maximizar as chances da sua sustentabilidade. Esses objetivos estão relacionados ao *capital social* na comunidade, que se verifica observando variáveis como: solidariedade, cooperação e confiança mútua.

A partir das observações de campo tentamos descrever algumas características das relações sociais presentes na comunidade de Brejão como o objetivo de verificarmos, ou não, a presença de capital social em torno do projeto produtivo. Discutiremos também a metodologia do programa, pautada no princípio do *empoderamento* dos sujeitos beneficiados e que é discutida por Romano (2002), que defende a tese de que na realidade, os beneficiários deste tipo de programa, não possuem de fato a autonomia sobre as decisões dos projetos, bem como *empoderamento* que pretende estimular por estes programas.

Com a disponibilização de recursos não reembolsáveis para custeio de projetos escolhidos e demandados pela própria comunidade beneficiária, qual a razão que poderia levar um projeto a não ser apropriado pela comunidade, tornar-se ocioso ou um “elefante branco”, como acontece com muitos projetos espalhados pelo Brasil ? São inúmeras as

variáveis que podem condicionar um projeto comunitário rural a sua ineficiência produtiva ou econômica.

A pesquisa bibliográfica realizada para esta dissertação apontou que situações de abandono de projetos ou sua insustentabilidade vem sendo identificadas no PAPP/PCPR desde sua concepção em 1986. Em pesquisa de avaliação dos projetos implantados em estados do Nordeste entre os anos de 1986 e 1993, Matos (1994) aponta que muitos projetos produtivos implantados em comunidades rurais, tornaram-se ociosos após a sua implantação ou não apresentaram sustentabilidade. A autora aponta que fabriquetas de farinha ou de rapadura não eram suficientes para promover um impacto significativo na renda das famílias beneficiárias. Segundo a pesquisadora, os pequenos projetos produtivos tinham pequeno impacto econômico sobre as comunidades, e poucos projetos conseguiram se tornar sustentáveis.

Ao avaliar 47 projetos produtivos implantados nos Estados de Pernambuco, Piauí e do Rio Grande do Norte entre os anos 1993 e 1996, Soares (1997) identificou que apenas 16% dos projetos teriam perspectivas satisfatórias de sustentabilidade após a implantação, visto que foram abandonados pelos beneficiários por diversas razões, tais como ausência de matéria prima, dificuldade de acesso ao mercado consumidor ou limitações de acesso a água e energia elétrica.

Em Minas Gerais, a pesquisadora Pessôa (2012) realizou visitas a cinco subprojetos produtivos (três fabriquetas de farinha e duas de rapadura) do PCPR/MG implantados entre 2007 e 2009 na região do Vale do Jequitinhonha. Os resultados de suas pesquisas apontaram que os subprojetos produtivos do PCPR/MG não chegaram a beneficiar 39% das famílias inicialmente previstos

Também na região do Vale do Jequitinhonha os pesquisadores Freitas e Freitas (2011) visitaram 23 subprojetos produtivos de diferentes comunidades para avaliação. Os pesquisadores identificaram problemas em todos os subprojetos visitados. Os pesquisadores apontam como uma das principais razões a desvinculação dos projetos em relação a realidade das comunidades. Também apontam críticas aos técnicos da EMATER/MG que muitas vezes aceleram as discussões iniciais dos subprojetos na comunidade ou a fazem de maneira superficial.

Já a pesquisa de avaliação de Severino (2014) também em trabalho de avaliação do PCPR/MG realizou entrevistas com 1701 beneficiários do programa em 203 subprojetos implantados de 123 municípios. A pesquisa apontou que segundo os beneficiários, os

subprojetos atenderam *parcialmente* ou *não atenderam* às necessidades de 42,2% das famílias entrevistadas.

São trabalhos de avaliação que foram realizados em diferentes momentos nos mais de trinta anos em que o programa foi desenvolvido no país, e que apontam para a *ineficiência* no combate à pobreza rural das comunidades rurais que receberam os subprojetos produtivos.

Em períodos de recessão econômica – como o atual – os recursos destinados à operacionalização de políticas públicas no Brasil, tendem por outro lado, tornar-se cada vez mais escassos. Nesse sentido, é importante que as políticas públicas de desenvolvimento rural sejam eficientes em seus propósitos e objetivos, não apenas em razão de uma eficiência financeira, mas também por se tratar de uma categoria produtiva do país que muito tardiamente passou ser reconhecida e objeto de políticas públicas específicas.

As políticas públicas tornam-se relevantes para a sociedade quando elas conseguem atingir os objetivos propostos. É preciso que haja rigor e cuidado em políticas públicas como o PCPR. A lógica mecanicista/producionista que teoricamente está ligada ao aumento produtivo e à geração de renda, nem sempre é considerada essencial a determinadas comunidades rurais, dado o elevado número de projetos ociosos apresentados pelas pesquisas de Soares (1997), Pessoa (2012) e Freitas e Freitas (2011).

Neste sentido, o desenvolvimento não deve ser pautado apenas pela renda, mas pela busca de uma melhoria nas condições que permitam uma melhoria da qualidade de vida como um todo. As perspectivas atuais dos processos de desenvolvimento levam em conta, além dos aspectos diretamente relacionados à riqueza material e ao crescimento, a capacidade de auto-organização local, a composição e a força do *capital social*, a participação cívica e a sensação de ser parte deste processo pela comunidade.

Em 2016 o Presidente EMATER-MG, empresa responsável pela operacionalização técnica do programa junto às comunidades rurais, afirmou no sítio da empresa, que “(...) O PCPR/MG fez uma série de investimentos em agroindústria, muitos investimentos que estão ociosos e obsoletos (...)” (EMATER-MG, 2016).

A afirmação do Presidente do órgão demonstra a importância em se continuar a produzir pesquisas sobre este programa. É importante que sua discussão, avaliação e sistematização alcance os espaços rurais e os gestores de políticas públicas, para que se busque a melhor operacionalização destas iniciativas.

Essa dissertação se propôs a discutir essas questões à luz da avaliação do projeto produtivo na comunidade de Brejão. Partimos de dois projetos de PCPR/MG implantados na comunidade para compreendermos os processos, as metodologias e a origem dessa política

pública. O estudo de caso não tem a pretensão e nem pode ser uma síntese dos 1.722 projetos implantados no Estado de Minas Gerais entre 2005 e 2010. O presente estudo pretende ser apenas um instrumento de promoção de reflexões e discussão de políticas públicas voltadas a agricultura familiar, que se propõem a combater a pobreza com promoção de desenvolvimento econômico e social de comunidades rurais.

Em virtude dos 12 anos que se transcorrem da implantação do projeto em Brejão, aliado à ineficiência de inúmeros subprojetos produtivos verificados em trabalho de pesquisas já realizados, partimos da hipótese de que o projeto implantado em Brejão ou não esteja em funcionamento, ou não foi eficiente em promover o desenvolvimento a partir do combate a pobreza na localidade.

Avaliar, discutir e problematizar uma política pública tem como objetivo acumular informações que permitam a sua reprodução ou reformulação. Acreditamos que uma política pública rural implantada há mais de dez anos possa nos fornecer elementos que permitam verificar sua *eficácia*, sua *eficiência* e sua *efetividade* em atingir seus objetivos.

Experiências, exitosas ou não, são importantes para que a implantação de novos projetos de cunho semelhante possa ser revista ou aperfeiçoada. Em um contexto histórico de escassez de políticas públicas destinadas a este segmento, é importante que o governo e suas agências executoras possam trabalhar para que a média da sustentabilidade destas iniciativas seja superior a 16%, como apontado no trabalho de Soares (1997) e que de fato as políticas públicas voltadas ao pequeno produtor possam ser efetivas na promoção da melhoria da qualidade de vida destas famílias.

Em dezembro de 2018 o governador de Minas Gerais sancionou a Lei 23.203 de 28/12/2018, que institui uma nova política pública relacionada à pobreza rural chamado *Plano Estadual de Enfrentamento da Pobreza no Campo*. A proposta é novamente contemplar as populações rurais presentes na região do Vale do Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Vale do Rio Doce. O novo Plano tem como principais linhas de atuação, a estruturação do meio rural, a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento de políticas públicas.

O Plano parece inovar ao propor o eixo *promoção do acesso à terra* que pretende promover a regularização fundiária e a demarcação de terras devolutas para os povos e comunidades tradicionais. A nova proposta de se combater a pobreza rural no Estado mantém os princípios de outras iniciativas que já foram implantadas pelo governo em diferentes períodos e nas mesmas regiões do Estado.

Esteva (2000) chamará esse processo de *re-desenvolvimento*, que consiste em levar continuamente o desenvolvimento a determinados povos e comunidades. Por isso

consideramos importante a produção contínua de estudos que possam discutir o PCPR/MG e avaliá-lo de forma a verificar se suas ações e seus métodos contribuem efetivamente no combate à pobreza rural.

Nesta perspectiva iremos adotar também o método de avaliação proposto em Soares (1997) que propõe uma *Avaliação de Perspectiva de Sustentabilidade* adotada em pesquisa realizada em projetos do PAPP/PCPR no ano de 1996. O objetivo da nossa avaliação é verificar se o projeto implantado na localidade de Brejão há 12 anos é sustentável, e foi eficaz em combater a pobreza das famílias de agricultores familiares que lá residem. Pretendemos também utilizar os indicadores de *perspectiva de sustentabilidade* propostos na metodologia de avaliação de projetos PCPR de Soares (1997) para sugerir novos indicadores de modo a contribuir para a o aprofundamento deste método de avaliação.

No primeiro capítulo do trabalho, abordaremos algumas reflexões sobre a pobreza rural no Brasil a partir de discussões que envolvem o PCPR enquanto política pública de desenvolvimento rural voltada à agricultura familiar. Apresentamos o contexto histórico e político do surgimento das políticas públicas de desenvolvimento rural destinadas aos agricultores familiares, importante segmento produtivo do país, que historicamente esteve à margem dos investimentos e subsídios estatais. Discutiremos a importância de se retornar a políticas públicas para avaliá-las, verificar seu grau de *eficácia, eficiência e efetividade* em cumprir seus objetivos, prática esta pouco comum do Estado brasileiro.

No segundo capítulo do trabalho, apresentaremos o papel que representa o Banco Mundial dentro do contexto das políticas públicas, como uma agência financeira representante do capital financeiro internacional, interessada em promover e financiar políticas públicas de desenvolvimento rural em países de economia periférica. Seriam seus interesses realmente altruístas ?

Traremos para essa discussão teórica, alguns conceitos desenvolvidos pelo sociólogo norte americano Immanuel Wallerstein (1985), que propõe uma série de reflexões pertinentes a esta discussão e o geógrafo americano David Harvey (2004) para entendermos sobre o processo de contínuo e crescente avanço do capital sobre os territórios de países periféricos como o Brasil.

No terceiro capítulo, faremos uma reflexão sobre o *Projeto de Combate a Pobreza Rural* implantado na comunidade rural de Brejão, município de Claro dos Poções. Abordaremos as especificidades deste programa e seus impactos nesta localidade.

1 – O PROJETO DE COMBATE A POBREZA RURAL

Neste capítulo apresentamos uma discussão sobre o conceito de *pobreza* e as variáveis utilizadas para verificá-la e mensurá-la. É com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) que os recursos do PCPR/MG foram distribuídos aos 188 municípios que compreendem a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Segundo Júnior (2013), quanto menor o IDH-M de um município e maior o número de habitantes na sua área rural, maior será o volume de recursos destinados a ele. A partir de índices de mensuração e verificação, diferentes organismos propõem diferentes metodologias e leituras para identificação da pobreza.

1.1 - As dimensão da pobreza

A pobreza é um fenômeno social, complexo, e tem sido analisado e debatido a partir de diferentes dimensões, sejam elas econômicas, sociológicas, antropológicas, culturais ou políticas. Apesar das diferentes concepções e entendimentos que podem suscitar em relação ao tema, de certo a pobreza é compreendida normalmente como uma situação vulnerabilidade social.

Segundo a pesquisadora Sonia Rocha (2003), a pobreza é compreendida como situação na qual as necessidades básicas não são atendidas de forma adequada, tais como alimentação, moradia e vestuário. A variável mais adotada por institutos e órgãos de pesquisa que analisam e estudam a pobreza no mundo, é a renda *per capita* familiar. Nos últimos anos outras variáveis também foram incorporadas aos estudos de identificação de situações de pobreza, por se tratar de um fenômeno social complexo e de difícil mensuração.

Com a proposta de estabelecer indicadores e conceitos que permitam estabelecer categorias e critérios para o estudo do tema, Rocha (2003) propõe que a partir da análise monetária se estabeleça a separação entre as linhas de *indigência* e de *pobreza*. A primeira diz respeito às necessidades nutricionais diárias dos indivíduos e a segunda faz referência a um conjunto mais amplo das necessidades (habitação, vestuário, transporte etc.).

Rocha (1996) observa que para a definição da linha de pobreza familiar há diversas abordagens metodológicas que podem ser aplicadas. Para o caso brasileiro ela considera importante introduzir para esta análise uma diferenciação regional da linha de pobreza uma vez que o custo de vida pode variar de cidade para cidade e de região para região.

A partir desta proposta, a autora também desenvolve os conceitos de *pobreza absoluta* e de *pobreza relativa*, sendo a primeira relativa ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital em atender as necessidades básicas alimentares, e a segunda à situação em que os mínimos vitais já estão garantidos a todos os indivíduos, mas prevalece as carências de acesso a itens básicos de consumo como higiene pessoal e vestuário e acesso precário a saúde, a moradia e a educação. Rocha (2003) aponta que “(...) Em países de renda média como o Brasil, com economia urbana e monetizada, mas onde persiste importante contingente populacional desprivilegiado, a abordagem de pobreza absoluta ainda é relevante (...)” (ROCHA, 2003, p.17).

Os indivíduos que se encontram em situação de *pobreza absoluta*, possuem renda per capita considerada insuficiente para adquirir alimentos em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades básicas do organismo humano. Nesse sentido é relevante considerarmos o diferencial que é analisar ambientes rurais, cuja capacidade de produção e consumo de calorias a partir dos alimentos, é realizada muitas vezes sem a necessidade de renda monetária. Esse fator provoca impactos nas condições de vida do homem e da mulher que residem em áreas rurais e que precisam ser considerados. Analisar a pobreza rural torna-se desta maneira um processo ainda mais desafiador, uma vez que em muitas situações pode haver disponibilidade de recursos como alimentação, moradia, água e outros recursos que não necessitam de renda monetária para seu uso.

A pobreza segundo Rocha (2003) precisa ser analisada também fazendo-se uso do máximo de dados disponíveis sobre uma determinada população. Acesso a água potável, a serviços de saúde, de educação e saneamento básico são componentes não monetarizados, que precisam ser incorporados para análise da pobreza.

Em relação aos componentes não monetarizados, Amartya Sen (2010) defendeu a introdução de uma nova perspectiva de análise e discussão acerca da pobreza que são as privações de acesso a determinados serviços e recursos. Essa discussão proposta por Sen (2010) e deu origem a novos índices, que associam a pobreza à privação de capacidades básicas dos indivíduos que lhe permitam desfrutar de saúde, educação e cidadania. Sen (2010) acredita que os indivíduos possuem diferentes tipos de capacidades, e a privação de escolha a estas capacidades oportunidade está relacionado também à privação da sua liberdade.

São indicadores não monetários que em alguma medida influenciam, por exemplo, os serviços de educação e saúde, os direitos políticos e civis, a assistência social, a participação na comunidade, o respeito próprio, o capital social, o acesso ao crédito e a terra. Sen (2010) aponta que o combate à pobreza deve ir além da distribuição de renda e considera também os

valores e práticas coletivas como critérios de justiça social. É estimular estratégias que possam emancipar os sujeitos da pobreza, considerando todas essas dimensões.

Rocha (1996) aponta que para o enfrentamento a pobreza em áreas rurais e pequenos núcleos urbanos,

é essencial apoiar as populações carentes e incentivar a pequena produção agrícola para autoconsumo, estimulando a coesão comunitária e evitando a migração. A questão fundiária e a reforma agrária fazem parte hoje da agenda social, já que a garantia de níveis adequados de produtividade e de volume de produção agrícola foi equacionada ao longo dos anos 80. (ROCHA, 1996,p.149)

A autora aponta para um problema de ordem estrutural do país é o problema da concentração fundiária. Outro ponto considerado fundamental para a promoção da diminuição da pobreza a longo prazo,

passa necessariamente pela democratização do ensino de qualidade, capaz de instrumentalizar os jovens para o mercado de trabalho. O ponto crucial não é mais o de garantir o acesso à escola, que hoje já se acha bastante difundido, mas de revolucionar o ensino, de modo que a escola pública volte a ser um instrumento de mobilidade social, operando no sentido de romper o círculo vicioso da pobreza, promovendo a redução das desigualdades (ROCHA, 1996, p.150).

Nessa mesma linha, o sociólogo Pedro Demo (1996) acredita que uma política de educação e conhecimento, voltada ao estímulo a consciência crítica, a competitividade e a inovação, são a base para a promoção do desenvolvimento e da redução da pobreza, por possibilitar a criação de oportunidade de trabalho e renda, sobretudo àquelas pessoas excluídas do mercado formal de trabalho. Demo (1996) aponta três eixos fundamentais para o combate a pobreza:

1. Formação/educação como uma política estratégica prioritária do governo em todos os níveis de ensino como fonte de criação de oportunidade e independência crítica; 2. investir na cidadania e na participação política 3. reverter determinadas políticas sociais que aprofundam ou perpetuam a pobreza (DEMO,1996, p.180).

Para o pensador o combate à pobreza passa pela emancipação das pessoas através da sua inclusão no mercado de trabalho, como forma de acesso a renda. A educação estimula o conhecimento e a competitividade.

Demo (1996) aponta que

não pode fugir ao reconhecimento de que somente o trabalhador competitivo “dá lucro”. Ao mesmo tempo, um trabalhador educado tem condições mais propícias de exercício da cidadania, colaborando tanto na produção da riqueza, quanto em sua mais equitativa distribuição (DEMO, 1996, p.26).

Mesmo alertando para a inevitável crise de desemprego, do trabalho informal, do trabalho precário e da crescente redução de direitos que são promovidos pelo sistema capitalista, o autor acredita que é pela educação que as pessoas podem de alguma forma retardar esse processo, criar oportunidades de colocação no mercado de trabalho e no acesso a renda. Demo (1996) aponta ser “(...) irônico que tais propostas sejam impulsionadas em ambiente tendencialmente neoliberal (...)” (DEMO, 1996, p.13). Para o autor a pobreza enquanto insuficiência de renda, é um dos reflexos da precariedade da cidadania e da falta de participação política dos indivíduos ou seja, a pobreza não é um fenômeno natural, mas uma situação historicamente produzida.

Em 1996, Demo (1996) fez uma análise minuciosa dos dados contidos no Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil¹ elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em parceria no Brasil com o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada) que buscou estratégias para o combate a pobreza a partir de variáveis que vão além da renda ou carência material, como por exemplo, a carência de educação e de cidadania.

O autor se propôs a discutir os desafios do combate a pobreza no Brasil a partir de uma análise crítica do relatório do PNUD que foi publicado em 1996. Naquele ano a posição do Brasil no ranking de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU) era 58ª em um universo de 174 países. Em 2018 o país ocupava a 79ª posição em um universo de 189 países. Em 20 anos o Brasil perdeu 21 posições.

Desde então a ONU avançou nas discussões sobre o desenvolvimento, considerando além das riquezas produzidas pelos países, normalmente representada pelo Produto Interno Bruto (PIB), também considerando três novos indicadores: a taxa de alfabetização e

¹ PNUD/IPEA (1996).

escolaridade da população, a expectativa de vida e o poder de compra. Segundo Demo (1996) esta nova concepção de desenvolvimento também agrega outras dimensões da vida, como a ambiental, a política, a cultural e a cidadã, mas sem abandonar os índices econômicos, ainda indispensáveis.

A ideia do Relatório de Desenvolvimento Humano segundo o autor, é inverter a relevância dos fatores e tentar humanizar os dados frios do PIB de cada país, ao introduzir esses novos elementos no debate. O Relatório fundamenta-se na ideia de que o desenvolvimento começa nos indivíduos, e discute a necessidade das políticas públicas os incluam no centro dos projetos que pretendem promover o desenvolvimento de povos e comunidades em todo o mundo.

A premissa do primeiro RDH, em 1990, era de que as pessoas são a verdadeira riqueza das nações, conceito que guiou todos os relatórios subsequentes. (...) o relatório foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) e contou com a colaboração do prêmio Nobel de Economia Amartya Sen. Com sua riqueza de dados e abordagem inovadora para medir o desenvolvimento, o RDH tem um grande impacto nas reflexões sobre o tema no mundo todo (ONU BRASIL)².

1.1.1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Segundo a Fundação João Pinheiro (2017) na região que abrange os municípios da área de atuação da SUDENE, em 2010 cerca de 80% da sua população rural recebia até 1/4 do valor do salário mínimo per capita por mês, valor considerado como nível de indigência, pela Fundação. Os dados da FJP apontam que nas regiões do Médio e Baixo Jequitinhonha, 80% da população rural se enquadravam nesta faixa de renda, no Norte eram 79,30% e no Vale do Mucuri 78,5% (FJP, 2017, p.50).

A FJP (2017) considera renda per capita de até 1/2 salário mínimo por mês como indivíduo em situação de pobreza. Considerado como parâmetro o valor de 1/2 salário mínimo, todos os municípios inseridos na área da mineira da SUDENE, atingem mais de 90% da população rural vivendo com até este valor por mês. Apenas 1% da população desses municípios recebe um salário mínimo ou mais.

Analisar a pobreza apenas pela renda é reduzir a complexidade do problema. É preciso considerar também o seu caráter multidimensional, como as dimensões da longevidade, da educação, da saúde, da cidadania, das liberdades, da habitação do meio ambiente. Analisar

² ONU Brasil (2018).

estas outras dimensões da pobreza permite, aos pesquisadores que se propõem a estudá-la, maior possibilidade de aproximação e identificação das carências fundamentais que atingem um determinado povo ou região. É na identificação dessas carências que as políticas públicas tem a oportunidade de ser melhor direcionadas, otimizadas e viabilizadas.

A pobreza, normalmente identificada pela *deficiência de renda*, é uma medida de perspectiva monetária que mede, sobretudo, o acesso dos indivíduos ao consumo de itens essenciais à sobrevivência como alimentação, vestuário, transporte e higiene pessoal. No Brasil as instituições de pesquisa e análise da pobreza adotam diferentes metodologias para identificar essa população.

Segundo o Banco Mundial³, são consideradas *pobres* aquelas pessoas que vivem com até US\$ 5,50 por dia (aproximadamente R\$ 620,00/mês - valor médio em 2018) para países de renda média alta. Já a extrema pobreza são aquelas pessoas que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia (aproximadamente R\$ 214,00/mês - valor médio de 2018). No ano de 2018 o Banco apontou que 46% da população mundial vivia com menos de US\$ 5,50 por dia⁴.

No Brasil, as análises são feitas com base no salário mínimo referente a agosto de 2010, deste modo, considera indivíduos em situação de pobreza aquelas famílias cuja renda *per capita* se encontra entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00. A situação de extrema pobreza se verifica em famílias cuja renda mensal é de até R\$ 70,00 (em relação a agosto de 2010). A Fundação João Pinheiro (FJP, 2017) assim como a ONU e o Banco Mundial⁵, seguem esta referência ao considerar 'situação de pobreza' aquelas pessoas que vivem com até US\$ 5,50 por dia para os países renda média alta.

Já a condição de *extrema pobreza* são aquelas pessoas que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia. A FJP (2017) considera como situação de pobreza rendas *per capita* entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 e em situação de *extrema pobreza* indivíduos com renda mensal de até R\$ 70,00, em relação a agosto de 2010, ano em que o último Censo foi realizado no país. Esse é um conceito baseado exclusivamente na renda per capita dos indivíduos.

Dentro deste modelo metodológico, as regiões do Vale do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas Gerais se enquadram como as regiões do Estado de Minas Gerais com os maiores percentuais de domicílios considerados *pobres e indigentes*. Nessas regiões, cerca de 50% dos domicílios, têm rendimentos médios de até 1/2 salário mínimo, ou seja, são considerados pobres segundo a FJP (2017).

³ Worldbank.org

⁴ Worldbank.org

⁵ *Ibidem*.

Ao se promover a avaliação da pobreza nestas regiões utilizando unicamente a variável renda per capita, os estudos deixam de identificar outras variáveis de uma realidade que vai além da renda monetária. Nesse sentido, novas análises vem sendo propostas pela ONU e diferentes instituições de pesquisa. Há por exemplo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil utilizados pelo PNUD e pela Fundação João Pinheiro.

O PCPR se utiliza do IDH-M como parâmetro fundamental para a distribuição dos recursos financeiros para os municípios participantes do programa. É com base nestes recursos que cada município se organizou para tentar atender as demandas de todas as suas Associações. Essa condicionante do programa permite que os municípios com menores índices de IDH-M recebam mais recursos em detrimento de outros municípios. Os valores não são divididos igualmente. O IDH abrange índices de expectativa de vida, de educação e de renda, as condições de moradia, de saneamento e de disponibilidade de recursos hídricos. A Fundação João Pinheiro é responsável em Minas Gerais, pela elaboração deste índice.

1.1.2 - O diagnóstico multidimensional da pobreza rural em Minas Gerais

Segundo a FJP (2017), dentro do universo de indivíduos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) de Minas Gerais, a área mineira da SUDENE é a região que comporta o maior contingente de indivíduos em situação de pobreza ou de extrema pobreza no Estado. Indivíduos pobres ou extremamente pobres representam 66,81% da população do Médio e do Baixo Jequitinhonha, 61,52% do Alto Jequitinhonha e 61,02% na região Norte do Estado.

Em 2017 a Fundação João Pinheiro publicou o estudo intitulado '*Diagnóstico Multidimensional da Pobreza Rural*' (FJP, 2017) em que incorpora as variáveis: *demografia, trabalho e renda, educação, saúde, habitação, saneamento e acesso a água, segurança alimentar e assistência social* para compor o diagnóstico da pobreza nos municípios que abrangem a área mineira da SUDENE. A Fundação utilizou quinze diferentes fontes de pesquisas para elaboração deste estudo, não deixando apontar a variável *renda* como um indicador essencial para uma delimitação inicial da pobreza, sobretudo no que se refere ao consumo de bens e serviços.

O Diagnóstico (FJP,2017) também destaca o rol de políticas públicas que recentemente estiveram voltadas ao combate à pobreza em Minas Gerais, como o Programa do Leite, o ProJovem e o Benefício de Prestação Continuada ao Deficiente e ao Idoso (BPC).

O Projovem tem como objetivo estimular a permanência de jovens em cursos que visam complementar seu processo de escolarização e proporcionar a obtenção de qualificação profissional inicial, dividindo-se em Projovem Urbano e Projovem Campo. O Projovem fornece bolsas mensais a jovens com idades entre 18 e 29 anos, alfabetizados, mas que não concluíram o ensino fundamental. O Benefício de Prestação Continuada ao Deficiente e ao Idoso, por sua instância, fornece um salário mínimo mensal ao idoso com idade acima de 65 anos, bem como ao portador de deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, cuja renda *per capita* familiar seja menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. O Programa do Leite, ou Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade leite, tem como objetivo o fornecimento de leite por produtores familiares – incentivando assim a produção familiar – para o consumo de famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional (FJP,2017, p.120).

Na região norte de Minas Gerais e tomando como referência o ano de 2015 foram atendidas 97.193 pessoas pelo Programa do Leite, 3.542 jovens pelo programa ProJovem, 17.960 pessoas pelo Programa BPC Deficiente e 5.670 pelo BPC Idoso (FJP, 2017, p.121).

Esses dados mostram como as políticas públicas atuam em diferentes frentes de nesta região do Estado. Além do BPC ressalta-se a importância da generalização das aposentadorias rurais. Elas constituem uma importante fonte de renda para as famílias camponesas que, segundo Ribeiro e Galizoni (2007), servem para mitigar os efeitos das privatizações das áreas comuns que foram confiscadas pelo Estado e cedidas às grandes empresas de reflorestamento. Áreas essas que antes eram utilizadas para diferentes atividades produtivas e extrativistas.

Depois de estimular a tecnificação com acesso ao crédito, promover transferência de renda aos agricultores familiares pobres, a terceira geração de políticas públicas primou pelo estímulo ao mercado de consumo e a qualidade dos produtos. Foram políticas públicas que em sua grande maioria, combateram as graves situações de vulnerabilidade social em que se encontravam milhares de famílias no campo. Entretanto problemas estruturais, como a concentração fundiária e o direito a terra, não foram abordados.

A Fundação João Pinheiro (2017), participou também da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2016-2019 (exercício 2017), que são ações previstas para execução durante os anos 2017 a 2019 para a redução da pobreza no Estado de Minas Gerias. As ações contariam com recursos financeiros até 2020.

A FJP (2017) ressalta a importância da ação, mas salienta que ao participar dos trabalhos iniciais constatou “(...) a ausência de desenhos de marcos lógicos, sejam metodológicos ou conceituais, nas ações, programas e políticas públicas visando o combate à pobreza rural em Minas Gerais (...)” (FJP,2017,p.128).

O PCPR/MG, sempre contou com a participação direta dos governos estaduais em suas ações, que perfazem mais de três décadas de atuação no Estado. É importante observar que a *eficácia* e a *eficiência* de uma política pública estão relacionadas à consistência dos seus princípios norteadores, das suas metas, dos seus objetivos e do seu plano de execução. A ausência de consistência conceitual, metodológica e operacional relacionada a uma política pública, certamente contribuirá para o seu fracasso.

A FJP teve oportunidade de, juntamente com a SEPLAG⁶, discutir com cada uma das secretarias estaduais as propostas a serem inseridas no PMDI 2016-2027, sendo esta a primeira vez, nas últimas décadas, que foi adotada uma metodologia de concepção endógena do planejamento governamental, sem contar com consultoria externa para sua elaboração. Esse trabalho interativo e altamente participativo também foi adotado na proposição do PPAG 2016-2019 (Exercício 2017). Neste caso, a SEPLAG e a FJP promoveram pelo menos três rodadas de discussão com cada secretaria até se chegar a um consenso sobre as ações a serem propostas (FJP, 2017, p.128).

Ressalta-se que a FJP é uma instituição de ensino e pesquisas do Estado de Minas Gerais, que atua na elaboração de diagnósticos indicadores econômicos e sociais do Estado desde 1969. Essa informação é importante para discutirmos em que medida as Secretarias de Estado dialogam entre si para busca a do enfrentamento de problemas comuns a todas elas.

O conceito da *multidimensionalidade* da pobreza rural foi posto em prática pela FJP ao propor que outras Secretarias também participassem da elaboração do PPAG 2016-2019. As propostas envolveram então a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste (Sedinor) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) que elaboraram 4 programas que perfazem 19 ações que visam contemplam a redução da pobreza rural em Minas Gerais.

Apesar da iniciativa em tratar a pobreza rural a partir de uma abrangência multidimensional, a instituição parece não abdicar da lógica monetária para viabilização de políticas públicas. “(...) Verifica-se que são quatro programas e 19 ações, que preveem

⁶ Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG

desembolsos consolidados de R\$ 481.424.129 entre 2017 e 2020, perfazendo investimento de R\$ 167 por habitante do setor rural nesse período (...)” (FJP, 2018,128).

Ao dividir os recursos totais do programa pelo número de pessoas previstas de serem contempladas e ao se considerar esse valor como um “investimento” individual, a Fundação João Pinheiro demonstra que o indicador monetário para implantação de políticas públicas, é variável que de certa forma “legitima” a implantação de uma determinada política. Acreditamos que enquanto os recursos disponíveis para programas de combate e superação a pobreza se ater ao nível individual, como um “investimento per capita”, a eficácia dos projetos coletivos sempre ficará comprometida.

As novas propostas de ações do governo perpassam por três eixos de ação: educação e cultura, saúde e proteção social e desenvolvimento produtivo, científico e tecnológico. Por se tratar de ações propostas durante o governo Pimentel (2015-2018) este trabalho não pode verificar se as ações serão implantadas no novo governo (Romeu Zema, 2019-2022).

1.2 – Políticas Públicas Rurais

Os pequenos agricultores familiares começaram a serem reconhecidos pelo Estado como uma categoria importante para a geração de emprego e renda no país, e que também demanda por incentivos e subsídios estatais, a partir de um longo processo de mobilização social e política deste segmento produtivo. Historicamente os governos brasileiros optaram pela implantação de políticas econômicas de incentivo as grandes empresas agrícolas, ao latifúndio e a exportação de *commodities*, a partir de subsídios e crédito financeiro.

Desde a segunda metade da década de 1950 o governo brasileiro adotou como estratégia para impulsionar a industrialização, um modelo desenvolvimentista baseado na substituição de importações que se iniciou após a crise econômica de 1929. Esse modelo fomentou a industrialização de base do país entre as décadas de 1950 e 1970.

Nesse contexto de industrialização do país, Delgado (2001) aponta que as questões relacionadas ao rural no país giravam em torno de dois pontos: a questão fundiária e o papel da agricultura na industrialização. A questão agrária do país foi discutida de maneira mais sistemática na década de 1960, não pelo governo, mas por setores como a Igreja Católica, os partidos de esquerda e pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Economistas como Celso Furtado, Caio Prado Jr., Ignácio Rangel, Alberto Passos dentre outros, propunham reformas de base na economia brasileira, incluindo a reforma agrária como alternativa fundamental para a dinamização da economia brasileira. A concentração fundiária

do país era entendida por estes economistas, como um entrave ao desenvolvimento econômico do país (Delgado, 2011).

Outra vertente defendida pela elite agrária nacional e por economistas vinculados à Universidade de São Paulo (USP) incluindo os militares, propunham a modernização tecnológica da agricultura e foi a que prevaleceu (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Delfim Netto foi o principal representante do pensamento conservador da USP o que o levou a ser nomeado Ministro da Fazenda e da Agricultura pelo governo militar em 1967. Delgado (2001) aponta que Netto negava a existência de um problema fundiário no país, já que a estrutura então vigente era responsável por garantir alimentos e liberação de mão de obra para o setor industrial que ele defendia.

Esses argumentos apoiam-se no pensamento funcionalista norte americano no que diz respeito ao papel da agricultura no desenvolvimento econômico cujas funções dentro deste modelo são: liberar mão de obra para a indústria, produzir oferta adequada de alimentos, suprir a indústria de matérias-primas, elevar as exportações agrícolas e transferir renda para o setor urbano (DELGADO, 2001).

Segundo Delgado (2001) para Delfim Netto a agricultura precisava se desenvolver e modernizar, mas isso independia da estrutura agrária do país. Para os economistas ligados a USP eram necessários, para a expansão do setor agrícola: melhoria do nível técnico de mão de obra, mecanização, adubos e uma estrutura agrária eficiente. Era um programa de modernização sem reforma, que ficou conhecida como *modernização conservadora*.

O golpe militar no Brasil ocorreu em 1964 e o convite a Delfim Netto para integrar o governo aconteceu em 1967. Ao assumir a pasta do Ministério da Fazenda e da Agricultura Netto fez prevalecer os princípios “*uspianos*” relacionados à agricultura e ao desenvolvimento econômico, em detrimento das propostas de reforma da estrutura fundiária do país e das relações de trabalho no campo.

Delgado (2001) aponta que em 1964 o debate político referente às questões agrárias foi encerrado e o pensamento conservador gradualmente foi prevalecendo. Implantado em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)⁷ seria transformado com a entrada de Delfim Netto no governo, no principal instrumento de modernização agropecuária do país. Delgado (2001, p.64) diz que “(...) É relevante ter em conta que a chamada *modernização conservadora* da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela Reforma Agrária (...)”.

⁷ Instituído pela Lei 4.829/65.

A partir do golpe de 1964 deu-se neste período um intenso processo de tecnificação dos meios de produção em busca da produtividade. Houve subsídios a tratores, máquinas e implementos agrícolas e os agroquímicos começaram a ser utilizados em maior escala. Delgado (2001) aponta que o período entre 1965 e 1980 foi considerado a “*idade do ouro*” do desenvolvimento de um modelo de agricultura capitalista, integrada à cidade e à indústria. A assistência técnica rural incentivava o uso de pacotes tecnológicos, considerados sinônimos de modernidade com uso de crédito e subvenções públicas, foi a “Revolução Verde” brasileira.

Entre 1963 e 1975 os governos militares implantaram seis planos de governo: Plano Trienal (1963-65); Plano de Ação Econômica do Governo-PAEG (1964-66); Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-70); Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-73); I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND (1972-74); II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1975-79) (MOURA, 2014, p.218).

O Norte de Minas Gerais foi profundamente transformado com a implantação dos diferentes planos de incentivo financeiro a partir de sua inserção na SUDENE em 1963. A partir deste momento a região ganhará uma nova configuração fundiária, ambiental e agrícola com a implantação de dezenas de projetos agrícolas e de irrigação em uma região que passou a ser considerada uma nova fronteira agrícola do país. O Estado passa a financiar e subsidiar a implantação de grandes projetos de plantio de eucalipto em áreas devolutas do Estado. Milhares de hectares de cerrado foram transformados em monoculturas de pinus ou eucalipto.

Foram implantados os projetos de irrigação Jaíba, Gorutuba, Pirapora e Lagoa Grande. Todos estes projetos estavam voltados a atender e beneficiar sobretudo, as grande empresas agrícolas instaladas na região que passariam a produzir frutas para exportação. Com o discurso estatal de atender os pequenos agricultores, estes na verdade, foram deixadas à margem dos programas de crédito agrícola e participaram do processo de “desenvolvimento” do norte de Minas Gerais de maneira abrupta, impositiva, e sobretudo violenta. O Estado negou do dia para a noite que milhares de camponeses fizessem uso das terras devolutas que historicamente vinham sendo utilizadas por povos e comunidades tradicionais, para a criação do gado, para a caça e a pesca e a coleta de frutos do cerrado. Centenas de pequenos agricultores também perderam suas terras de forma violenta num processo de privatização das áreas comuns, promovidas pelo Estado, que as cedeu às empresas agrícolas, que passariam a ocupar toda a região.

Em 1966 o governo de Minas Gerais criou a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS) para implantação e acompanhamentos destes projetos *in loco*. O órgão também responsável também pelas indenizações e pela desapropriação de posseiros e

sitiantes. Atuou nas questões fundiárias da região, não para atender as antigas demandas da reforma agrária, mas para facilitar o acesso de empresas de reflorestamento e migrantes do Sul do Brasil as terras daquela região.

Apesar de muitos projetos de desenvolvimento iniciativas implantadas no norte de Minas Gerais seguiram o modelo de *modernização conservadora* porém, de uma forma ainda mais perversa. As elites concentraram ainda mais poder econômico uma vez que elas foram diretamente beneficiadas e a questão fundiária na região se agravou ainda mais. Pequenos agricultores e camponeses perderam o acesso às terras devolutas do Estado, fundamentais para a sua sobrevivência. Com a transformação destas áreas em fazendas, foram obrigados a reduzir rebanhos e conseqüentemente a renda, de uma atividade que historicamente foi essencial para a consolidação das bases econômicas nesta região.

Esse processo é o que Ribeiro e Galizoni (2001,p.115) chamam de “privatização de terras comuns” em referência a pesquisas realizadas em comunidades rurais de quatro regiões do Estado de Minas Gerais.

Privatização de terras e modernização iriam se tornar sinônimos, mas, naquela época, a técnica cumpriu um papel estratégico: modificando o manejo, separou a produção da terra e do sitiante tradicional; desqualificando sua técnica, a modernização desqualificava também seu domínio sobre a terra (RIBEIRO e GALIZONI, p.121).

1.2.1 – Políticas públicas e agricultura familiar

Grisa e Schneider (2015) fizeram uma análise da trajetória da construção das políticas públicas voltadas a agricultura familiar no Brasil em diferentes contextos históricos e políticos. Os autores identificaram três gerações destas iniciativas que são importantes para compreendermos em qual momento ou em qual geração o PCPR é concebido.

Os autores classificam como *primeira geração* as políticas públicas que primaram pelo viés agrícola e agrário da categoria social. A *segunda geração*, foi pautada por políticas sociais e assistenciais e a *terceira geração* são as políticas orientadas pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

a) Primeira geração : médias e grandes propriedades

Grisa e Schneider (2015) apontam que, a partir de 1960, o país passa a direcionar diversas políticas públicas ao setor agrícola do país, com incentivos fiscais, ações de crédito

rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisas e extensão rural, subsídios e expansão da fronteira agrícola do país. Os maiores beneficiários desta política econômica foram os médios e grandes agricultores do sul e sudeste do país produtores de gêneros de exportação como café, soja, trigo, cana de açúcar, laranja e algodão. Os pequenos agricultores ficaram à margem da ‘revolução verde’ brasileira.

Modernizar as técnicas produtivas era uma das funções que a agricultura tinha que desempenhar para o desenvolvimento do país durante este período. A reforma agrária ficaria fora da agenda governamental por mais de 20 anos. A partir da década de 1980 o modelo nacional desenvolvimentista começa a apresentar os primeiros sintomas de crise, com a dificuldade de abastecimento interno de gêneros alimentícios e o aumento da inflação. Grisa e Schneider (2015) apontam que esta crise abriu espaço para que economistas e acadêmicos brasileiros apresentassem suas propostas de ação.

Com o objetivo de controlar a forte inflação que prevaleceu por quase toda a década de 1980, um novo modelo econômico passa a ser adotado no final da década de 1980. A política econômica brasileira inicia um intenso processo de liberalização econômica, pautado em princípios neoliberais que se caracterizam, sobretudo, pela redução da presença do Estado na economia, pelas privatizações e pela liberalização dos mercados.

O final da década de 1980 se caracterizou pelo processo de desestruturação do aparato estatal que fomentava o setor agropecuário no país, promovido por um governo militar em vias de deixar o poder e em um novo cenário de recessão econômica e inflação. O desenvolvimento da agricultura deixou de ser um projeto prioritário do governo, que viu na abertura econômica do país, uma possibilidade de fomento ao desenvolvimento do setor agrícola.

Grisa e Schneider (2015) apontam que o marco fundamental que permitiu à agricultura familiar de entrar na agenda das políticas públicas rurais brasileiras, foi a promulgação na Constituição Federal de 1988 (CF/88), que após um processo de muitas lutas políticas, reconheceu a importância da categoria no ordenamento jurídico brasileiro e ampliou os espaços de discussão da agricultura familiar no país.

A CF/88 reconheceu direitos dos trabalhadores rurais e foi essencial para a criação da principal política pública voltada a agricultora familiar: o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura (PRONAF) em 1995. O PRONAF foi a primeira política pública agrícola nacional direcionada aos agricultores familiares. Constituiu o reconhecimento do Estado brasileiro a categoria social que permitiria os agricultores familiares acesso ao crédito e ao mercado.

Em 1999 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2001, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior do MDA. “(...) Em 2006 foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social. (...)” (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p.20).

Mas essa mudança de paradigma do desenvolvimento rural no país foi precedida de intensa mobilização de setores representantes da agricultura familiar como sindicatos rurais, entidades de classes, igrejas, partidos políticos e movimentos sociais.

b) Segunda geração: enfoque assistencial

A segunda geração foi identificada em Grisa e Schneider (2015) no contexto das políticas econômicas neoliberais do governo Fernando Henrique, a partir de 1997, as ações voltadas à agricultura familiar adotaram um enfoque também assistencialista. Esta geração se inicia com o programa Comunidade Solidária (1998) no governo FHC e se consolida nos programas Fome Zero e Bolsa Família no Governo Lula (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p.32).

Em 1997 o governo implantou uma linha de crédito específica para os agricultores familiares que se encontravam em condições de vulnerabilidade: o *Pronafinho*, que se tornaria *Pronaf B* em 1999”. Em paralelo, outras políticas de transferência de renda também atuavam nesta categoria: *Bolsa Escola*, *Bolsa Alimentação* e *Auxílio Gás* que a partir de 2003 se integram ao *Programa Bolsa Família* e o *Programa Fome Zero*. Em 2002 foi implantado o *Programa Garantia Safra* e em 2003 o *Programa de Habitação Rural* (PNHR) ambos destinados a agricultores familiares em situação de vulnerabilidade social. Em 2011 a Presidente Dilma Rousseff instituiu o *Programa Brasil Sem Miséria*.

Grisa e Schneider (2015) apontam que a segunda geração de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar foram eficientes nas ações de redução da pobreza e das desigualdades sociais no país.

Nas últimas duas décadas, as áreas rurais mais empobrecidas do Brasil conheceram melhorias inegáveis em seus indicadores convencionais de desenvolvimento (incremento de renda, por exemplo) que, talvez, não teriam sido alcançadas apenas por meio das ações agrícolas e agrárias que analisamos na primeira geração de políticas. (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p.36).

Entretanto é importante ressaltar estas foram políticas públicas que não avançaram nos problemas fundiárias do país, considerados estruturantes e que desde a década de 1960 vem sendo tratada por diversos estudiosos como uma questão fundamental para a redução da pobreza e das desigualdades sociais no país.

c) Terceira geração: segurança alimentar e meio ambiente

Segundo Grisa e Schneider (2015), no governo do Presidente Lula as questões da fome e da segurança alimentar e nutricional tornaram-se um dos principais pilares do *Programa Fome Zero*. Na esteira deste programa foi implantado o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA) em 2003 e que representa bem a terceira geração de políticas públicas voltadas ao agricultor familiar. O Programa propiciava a compra de alimentos dos agricultores familiares para fornecimento à população em situação vulnerabilidade social. Em 2009 o Programa se fortaleceu com a mudança no *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE) e a criação da Lei nº 11.947, determinou que no mínimo 30% dos recursos federais para a alimentação escolar, fossem destinados a aquisição de alimentos desta categoria social.

Cabe ressaltar que estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artes, cultura, tradição, etc. (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p.39).

Em relação às políticas públicas de uma forma geral, a Prof.^a Sandra Inês B. Granja (2010) aponta que essas áreas de atuação podem ser organizadas em diferentes categorias como: sociais, de investimentos para o desenvolvimento local, comunitários, entre outros.

De forma geral, os projetos sociais estão relacionados ao atendimento das demandas de grupos castigados pela pobreza ou pela vulnerabilidade social.(...) os projetos de investimento para desenvolvimento local pretendem dinamizar ou qualificar aspectos que possam gerar desenvolvimento local. O projeto comunitário, por sua vez, é um conjunto de atividades, organizadas em ações sequenciais, que busca atender às necessidades previamente identificadas pela comunidade. (GRANJA, 2010,p.26)

Entendemos que o PCPR se estaria mais próximo das segunda e a terceira geração de políticas públicas voltadas a agricultura familiar. O PCPR/MG busca atender localidades em

situação de vulnerabilidade social com transferência direta de recursos e projetos que buscam trabalhar também questões ambientais e de segurança alimentar.

1.3 – O Projeto de Combate a Pobreza Rural (PCPR)

1.3.1 – Histórico do PCPR

As origens do PCPR remontam à década de 1970 e estão ligadas aos projetos então coordenados pela SUDENE, na região Nordeste do país. Carvalho (2001) aponta que durante a década de 1970 a SUDENE pautou suas iniciativas pela concessão de subsídios a industrialização nos Estados do Nordeste. Eram diversos subsídios que vinham sendo concedidos tanto para a implantação quanto as indústrias nordestinas já estabelecidas.

Em 1970 com a ocorrência de mais um severo período de estiagem, governadores dos Estados nordestinos, passaram a criticar a falta de ação da SUDENE em viabilizar políticas públicas ou alternativas para o enfrentamento das consequências da seca.

Após visita à região, o Governo Federal, afirmando que buscava solucionar o problema nordestino, anunciou a liberação imediata de recursos federais para o financiamento de um programa de emergência, envolvendo a construção e a melhoria de estradas e açudes. Além disso, decidiu fortalecer a agricultura, de forma a torná-la resistente às secas, empenhando recursos em programas de irrigação em áreas selecionadas, canalizando recursos de incentivos fiscais para projetos agrícolas, e incentivando a colonização em áreas úmidas (CARVALHO,2001, p.52).

Segundo a autora, no início de 1970 a visita de uma autoridade do governo federal à região foi responsável pela viabilização de dois projetos: o Programa de Integração Nacional (PIN), e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA).

O PIN se concentrou na construção da rodovia federal Transamazônica (BR-230) que partiria da Paraíba, atravessando os Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e terminando do Amazonas. Foi uma forma encontrada pelo governo militar de facilitar a emigração nordestina em sentido a uma nova fronteira agrícola que estava sendo incentivada pelo governo.

O PROTERRA, foi implantado em 1971 e trouxe uma nova estratégia de desenvolvimento voltada ao campo, diferente dos modelos anteriores que primaram pela industrialização e pelos investimentos em projetos urbanos (CARVALHO, 2001). O

programa pretendia incentivar a implantação e modernização de grandes propriedades rurais, fundamentado em um modelo empresarial mas que paralelamente, deveria também dar apoio as pequenas propriedades como por exemplo, a facilidade de acesso à terra.

Segundo Carvalho (2001) nenhum dos dois programas atingiram seus objetivos e não passaram de programas de continuidade da égide da *modernização conservadora* que norteou as ações econômicas dos governos militares. A estrutura agrária do Nordeste permaneceu inalterada e pelo contrário, tornou-se ainda mais concentrada. A construção da transamazônica demonstrou-se ser um programa que não apenas pretendia abrir novas fronteiras agrícolas mas interromper o fluxo migratório de nordestinos ao sudeste do país.

Mesmo contando com a orientação de atender o produtor rural, a autora aponta que grande parte dos recursos foram utilizados para beneficiar as médias e grandes propriedades rurais. Foram construídas estradas, usinas hidrelétricas e linhas de transmissão. Houve um processo de modernização das empresas já existentes. Uma pequena parcela dos recursos foi utilizada para a reestruturação fundiária.

Nesse sentido Carvalho aponta que

o processo de adesão à reestruturação fundiária foi muito pequeno: como a participação no Programa pressupunha a desapropriação de terras, a adesão ficou pouco acima de 50%, o que demonstra que houve de fato uma deficiência de adesão. Além disso, a partir de 1975 houve um grande esvaziamento de seus recursos, ou seja, 40% desses vão para outros programas. (CARVALHO, 2001, p.56)

A partir de 1975 os recursos do PIN e do PROTERRA passam a ser destinados a outros programas. Parreiras (2007) aponta que um dos novos programas que passaram a utilizar desses recursos, foi o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE⁸) que foi criado em 1974 e também contou também com recursos financeiros do Banco Mundial. O principal objetivo do programa era fomentar a criação de *pólos* de desenvolvimento no interior dos estados nordestinos e fomentar a produção e a renda no entorno destas regiões.

Cada região *pólo* receberia ações que compreenderiam cerca de 15 estratégias de *desenvolvimento rural integrado* (DRI) que compreenderiam estradas, recursos hídricos, educação, assistência técnica, fomento produtivo, entre outras, que eram executadas e coordenadas por diferentes instituições públicas. Embora tenha alcançado alguns resultados positivos, o programa apresentou problemas de articulação institucional entre as entidades de

⁸ Decreto Presidencial nº 74.794 de 30/10/1974.

governo, e precisou ser reformulado sobretudo em virtude da estiagem de 1983 (Parreiras, 2007)

Parreiras (2007) aponta que a reformulação do POLONORDESTE deu origem ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), que manteve a concepção das estratégias DRI, mas reduzindo-as de 15 para 5 estratégias de desenvolvimento. Essa redução pretendia reduzir o número de agências e órgãos de governo envolvidos e consequentemente os problemas verificados no DRI. As estratégias de atuação passaram a ser: reforma agrária, assistência técnica rural, crédito, apoio a comercialização e associativismo. Poderiam ser implantados projetos produtivos, de infraestrutura ou social, com o valor de até US\$ 40 mil.

O PAPP foi implantado em 1985 e terá sua nomenclatura alterada para PCPR, em 1995, depois que o programa passou por uma reformulação em 1993. Segundo Soares (1997) o Programa foi implantado nos nove estados do nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão) e em Minas Gerais, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A chamada 'Área Mineira da SUDENE' que conta com 188 municípios, sendo: 89 da região do Norte de Minas; 52 do Vale do Jequitinhonha; 36 municípios da região do Vale do Mucuri/São Mateus e 11 da região central (SEVERINO, 2014).

Ao longo de 27 anos de atuação no país, o Programa foi implantado em três momentos ou fases. A primeira fase do PAPP foi de 1985 a 1993 (PAPP I) e foi identificada como PAPP I. A segunda fase de 1993 a 2001 (PAPP II) e de 2005 a 2010 (PAPP III). O PAPP desde 1985, quando foi implantado, passou por duas reformulações. A mais profunda ocorreu em 1993 que alterou procedimentos metodológicos e a filosofia do Programa. Em 1995 o PAPP passou a se chamar *Projeto de Combate a Pobreza Rural* (PCPR).

Segundo Soares (1997) a primeira fase do Programa contou com recursos de financiamentos previstos da ordem de US\$ 826,7 milhões do Banco Mundial. O empréstimo era realizado pelo governo federal que assumia a dívida e seus encargos contratuais, sendo os Estados que recebiam o Programa, isentos de pagamentos. Os financiamentos tinham carência de três anos e prazo de 12 anos para amortizações.

Entre 1985 e 1995 os juros oscilaram entre 11,68% a 13,44% ao ano, considerados acima da média por Soares (1997). Os contratos de financiamento preveem o desembolso dos recursos em etapas conforme a comprovação da implantação dos projetos, e não em uma única parcela. Atrasos nas prestações de contas dos primeiros projetos implicavam em atrasos também nos desembolsos do banco. Esses atrasos implicavam no desembolso de um recurso mais 'caro', em virtude das taxas de juros vinculadas ao convênio que eram

cobradas em dólares ou em moeda definida pelo Banco Mundial à época do pagamento (SOARES, 1997, p.158).

Parreiras (2007) aponta que a falta de integração entre os órgãos de governos se manteve no PAPP mesmo com a redução no número de agências no programa. A esse problema, somou-se o alto custo de administração e a falta de efetividade das ações de assistência técnica foram fatores que levaram o programa a ser reformulado em 1993.

A reformulação por qual passou o PAPP em 1993, partiu da iniciativa dos técnicos do Banco Mundial, financiador do Programa, que identificaram a ineficiência dos subprojetos que haviam sido implantados nas regiões Norte e Nordeste do país, em atingir os objetivos esperados. As primeiras situações identificadas pelos técnicos e que foram alvo de correção ou alteração foram:

i) Em 1985 o programa previa um financiamento total de US\$ 827,7 milhões. Até 1993 cerca de US\$ 500 milhões ainda não haviam sido desembolsados, em virtude da dificuldade de implantação dos subprojetos e posterior prestação de contas. Foram cancelados US\$ 146 milhões do empréstimo original previsto (SOARES,1997).

ii) O PAPP permitia a implantação de projetos de infra estrutura como *eletrificação rural* ou *recuperação de estrada vicinal* para atender comunidades rurais. Houve inúmeras tentativas de apropriação do projeto pelas prefeituras, o programa passou a financiar exclusivamente projetos a serem implantados dentro das comunidades rurais. Poderiam ser instalados qualquer tipo de projeto, dentro das categorias produtiva, de infra estrutura ou social de até US\$ 50 mil (SOARES,1997).

iii) Os governos estaduais passaram a ser mutuários da dívida e o governo federal, avalista para a contratação dos projetos. As comunidades que receberão os recursos deveriam participar com uma contrapartida no valor de 10% do projeto demandado. No caso das comunidades, a contrapartida poderia ser efetuada através do fornecimento de mão de obra ou de insumos quando para obras de infraestrutura (areia, brita, madeira, etc.). “75% são recursos são oriundos do Banco Mundial; 15% contrapartida do Estado e 10% contrapartida comunidade” (SEVERINO, 2014).

iv) O desembolso médio anual do Banco Mundial era de cerca de US\$ 43 milhões, passou para US\$ 108,5 milhões, numa tentativa de aumentar o número de projeto implantados simultaneamente (SOARES,1997).

v) A premissa de incorporar aos projetos, uma contrapartida financeira da comunidade e do Estado foi uma tentativa de garantir que os projetos implantados tivessem maiores chances de sustentabilidade e eficiência. Os contratos efetivados diretamente com os Estados permitia a adequação do programa a cada realidade, ainda mediante a supervisão do Banco Mundial.

vi) Procurou-se estimular a autonomia das comunidades rurais a partir da participação ativa dos membros da comunidade nos processos de tomadas de decisão responsabilizando-os pelo projeto. Essa responsabilidade também é uma maneira de *empoderamento* dos sujeitos.

As alterações foram de ordem metodológica quando condicionou a implantação dos subprojetos a partir das demandas comunitárias. O programa condicionou a implantação dos projetos ao envolvimento e participação da comunidade nos processos de tomada de decisão dentro das associações comunitárias e também no Conselho Municipal. A importância do agricultor aumenta dentro do programa com a criação de mecanismos e condicionantes que, segundo o programa, visam garantir a autonomia dos beneficiários em escolher os projetos que melhor contemplassem suas necessidades. Essa é uma metodologia que Romano (2002) chama de *empoderamento dos sujeitos* ao tratar de projetos que seguem esta linha de atuação.

Com essa reformulação, instituiu-se um novo modelo ou nova estratégia, de concepção descentralizada, na qual cada comunidade passava a ser o ator que definia os projetos e comandava a sua implantação. A existência de uma associação (se não houvesse, tinha de ser criada) era o ponto de partida para um processo de discussão na comunidade. Os problemas e propostas de solução, uma vez debatidos no âmbito dessa associação, deviam desembocar em uma lista de reivindicações hierarquizadas encaminhadas a um conselho municipal, que tinha em sua composição os representantes das diferentes associações do município (PARREIRAS, 2007,p.19).

1.3.2 – O PCPR em Minas Gerais

Este estudo pretende avaliar um projeto implantado na terceira fase do PCPR em Minas Gerais (2005-2010). Para abordarmos o projeto executado no estado, utilizaremos a nomenclatura PCPR/MG. Nesta fase de operação na região atendida pela SUDENE em Minas

Gerais, o Banco Mundial firmou acordo de empréstimo com o Estado no valor de ordem de US\$ 70 milhões⁹ que foram desembolsados em duas parcelas. A contrapartida do Estado foi de US\$ 7,6 milhões e de US\$ 4,2 milhões referentes à contrapartida dos beneficiários (Minas Gerais, 2009).

As ações continuaram voltadas ao financiamento de investimentos comunitários, não-reembolsáveis, de natureza ou *produtiva*, ou *social* ou de *infraestrutura* básica, conforme demandas apresentadas pelos beneficiários. Segundo Severino (2014), entre os anos de 2006 a 2010 o PCPR/MG, atendeu demanda de 1.722 subprojetos atendendo 93,5 mil famílias do norte do estado, com recursos investidos na ordem de R\$ 83,2 milhões. (SEVERINO, 2014).

O PCPR financiou diferentes categorias de subprojetos desde que visem atender demandas produtivas, sociais ou de infraestrutura na comunidade, destinados a contribuir para a superação ou redução do nível de pobreza e dos beneficiários. O *subprojeto* é uma proposta que deve ser identificada, priorizada, implantada e operacionalizada pelos beneficiários do programa. Esta é uma forma encontrada pelo programa que objetiva fortalecer as Associações Comunitárias e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) como espaço adequado para as discussões de propostas e priorização dos projetos.

Nos quadros abaixo, elencam-se exemplos de subprojetos financiados pelo PCPR:

Tabela 1 - Exemplos de subprojetos *produtivos*

Apoio à apicultura; Apoio à piscicultura Aquisição barcos de pesca; Avicultura; Beneficiamento da castanha de caju; Câmara frigorífica; Canoas e equipamentos de pesca; Casa de doces e conservas; Casa de pães e biscoitos; Confecção de redes; Confecções de roupas; Conjunto diesel para irrigação;	Construção de matadouros e/ou abatedouros; Engenho de rapadura e outros derivados; Entrepasto de pesca e fábrica de gelo; Equipamentos para irrigação comunitária; Fábrica de rações; Fabriqueta de farinha; Implementos agrícolas; Mecanização agrícola (tratores e implementos); Oficina de costura e artesanato; Recuperação de projeto de irrigação e Tração animal.
---	--

⁹ Convênio nº 7329-BR de 31/01/06.

Tabela 2 - Exemplos de subprojetos *infra-estrutura*

Abastecimento de água, Captação de manancial de superfície Construção de barragens; Construção de passagens molhadas; e Construção de pequenas pontes; Construção de reservatórios e chafarizes;	Extensão de rede; Implantação, reforma e/ou ampliação de redes de eletrificação rural; Perfuração de poços tubulares Tubulação para redes de esgotos;
---	--

Tabela 3 - Exemplos de subprojetos sociais¹⁰

Aquisição de equipamentos para escolas rurais; Aquisição de equipamentos/medicamentos para postos de saúde; Capacitação/profissionalização em informática e inovação tecnológica; Construção de banheiros públicos; Construção de centros sociais; Construção de creches; Construção de fossas comunitárias;	Construção de lavanderias comunitárias; Reforma/ampliação de escolas rurais; Construção de recinto para acomodação do professor; Preservação do meio ambiente; e Reconstrução/reformas de moradias Reforma/ampliação de postos de saúde rurais;
--	--

Em 2003 foi criada no Estado de Minas Gerais a *Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas* (SEDVAN). O órgão é executor das políticas orientadas pela SEDVAN é o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), criado a partir da fusão entre a CODEVALE e a Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas – SUDENOR¹¹. De acordo com o próprio IDENE, a função do órgão é:

planejar, coordenar, supervisionar, orientar e executar a formulação e a implantação de plano, programa, projeto ou atividade, em consonância com os objetivos e interesses das regiões Norte e Nordeste e articular formas de atuação com os demais órgãos e entidades dos Poderes Executivos municipais, estadual e federal que atuam na região. Identificar e viabilizar o aporte de recursos para os investimentos necessários ao desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste; promover a cooperação entre as entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, que atuem nas áreas de desenvolvimento dessas regiões, apoiando e acompanhando as respectivas iniciativas. (IDENE, 2011)

¹⁰ Os subprojetos sem orientação para o mercado, destinados exclusivamente à melhoria das condições de subsistência dos membros da comunidade, na produção de bens e serviços de baixa rentabilidade e competitividade, mas com capacidade de melhoria da renda familiar, serão caracterizados como subprojetos sociais.

¹¹ Decreto Estadual 14.171 de 2002.

A coordenação do Programa ficou sob a responsabilidade do SEDVAN e seu órgão operacional, IDENE¹². Importante destacar que o IDENE tornou-se uma agência de Estado com atuação em uma região marcada pela presença de povos e comunidades que trazem consigo um *modo de vida e um fazer produtivo* pautado pelas tradições, que podem ser verificados por seus métodos e práticas produtivas, e também pela forma como lidam com a natureza. São relações sociais, produtivas e econômicas vinculadas a saberes centenários, que se opõem, em muitos momentos, a lógica de produção capitalista voltada ao mercado. Muitas famílias permanecem com sua base produtiva agrícola pouco mecanizada. São famílias e comunidades que mantêm uma relação diferenciada com o território, com o meio ambiente, com as práticas produtivas e com as relações sociais.

A peculiaridade do programa são as condicionantes que pretendem promover um estímulo às práticas associativistas, e ao protagonismo político dos agricultores beneficiários. A metodologia prevê diversas etapas que primam pela democracia participativa em todas as fases do processo de implantação dos projetos

1.3.3 - A Metodologia do programa

O Banco Mundial foi responsável por elaborar um *Manual Técnico de Operação* do PCPR, em que se define uma série de procedimentos e condicionantes que tentam garantir aos beneficiários um processo democrático e participativo para a demanda e solicitação dos projetos. Este manual é acordado em parceria com os governos estaduais que gerenciam o Programa. Mas é o Banco Mundial o responsável por estabelecer as principais condicionantes para o acesso das comunidades rurais ao PCPR. O Banco Mundial demonstra não abrir mão desta prerrogativa, que foi formalizada no Art.1º do Decreto¹³ que instituiu o PCPR.

2º§ Para a implantação do Projeto de Combate à Pobreza Rural, o Estado de Minas Gerais adotará o Manual de Operações, revisado e aprovado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - que contém normas, rotinas, procedimentos e formulários consolidados necessários para implementação e gerenciamento das ações do Projeto, podendo ser ajustados, em conformidade com o Banco Mundial, no decorrer de sua execução.

¹² Criado pela Lei Estadual nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002.

¹³ Decreto nº 44.097, de 29 de agosto de 2005.

O parágrafo do Decreto não deixa dúvidas que o Banco Mundial permitirá ajustes no Programa pelos governos dos Estados, mas desde que sejam previamente aprovados pelo Banco. A principal novidade no processo de execução do projeto nesta nova fase do PCPR/MG está na exigência de uma nova instância para aprovação da demanda comunitária, que são os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

A demanda levantada na comunidade deverá ser apresentada, defendida e aprovada pelo CMDRS municipal. Em Minas Gerais essa foi uma condicionante para à liberação de projetos. O CMDRS é uma entidade paritária no município onde 2/3 de seus membros devem representar os produtores rurais ou suas entidades de classe.

Os CMDRS municipais começaram a ser implantados no Brasil especialmente a partir de 1995 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – linha de crédito destinadas aos agricultores familiares. Para participar do Programa, os municípios precisavam elaborar planos de desenvolvimento rural, que deveriam ser aprovados por Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS). O PRONAF mobilizou a constituição destes colegiados também a nível estadual e federal.

A partir do Decreto Presidencial no 4.854, de 8 de outubro de 2003, houve uma reestruturação do antigo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) que passou a se chamar Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). O seu objetivo era promover a inserção dos atores sociais rurais na gestão das políticas públicas e no planejamento do desenvolvimento rural do país.

Em Claro dos Poções, o CMDRS é um órgão colegiado gestor do desenvolvimento rural sustentável no município, “(...) que terá função consultiva e deliberativa, segundo o contexto de cada política pública ou programa de desenvolvimento rural em implantação. (...)”¹⁴. Os membros são representantes da sociedade civil organizada que atuam ou apoiam o desenvolvimento da agricultura familiar no município como associações e entidades estatais.

Membros titulares e suplentes tem mandato de dois anos e atuam de forma voluntária. Segundo a Lei¹⁵ que institui o Conselho, a maioria dos seus membros titulares deve ser composta por representantes dos agricultores familiares ou trabalhadores rurais assalariados. Após a aprovação de Lei Municipal que institui o CMDRS e seu Regimento Interno, a Lei deveria ser homologada junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) cuja sede era o Escritório Central da EMATER-MG em Belo Horizonte.

¹⁴ Lei Municipal nº 08/06 de 04/04/2006.

¹⁵ Ibidem.

Sr. Adão Guimarães é o atual Secretário Municipal de Meio Ambiente de Claro dos Poções e também era o Secretário Municipal quando participou de todo o processo de criação do e homologação do CMDRS junto a EMATER-MG no ano de 2002. Foi um dos membros fundadores do Conselho e acompanhou todo o processo de implantação dos projetos de PCPR/MG no município, atualmente é vice Presidente do CMDRS.

A EMATER/MG e o IDENE foram as instituições do Estado responsáveis por divulgar, mobilizar e efetuar o projeto técnico junto às comunidades rurais. Um Manual de Operação disponibilizado pelo Banco Mundial em acordo com o governo elencou uma série de procedimentos e etapas pelos quais as demandas comunitárias deveriam cumprir para a aprovação dos projetos.

A EMATER-MG trabalha em parceria com as comunidades. Os extensionistas da empresa participam ativamente de reuniões com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e associações para identificar as prioridades dos municípios. A partir dessas reuniões são definidos quais projetos do PCPR serão implantados. É o extensionista da EMATER-MG quem elabora os projetos técnicos que serão encaminhados para aprovação dos CMDRS e, posteriormente, ao IDENE, que avalia as propostas.¹⁶

No Art.9º do Decreto 44.097/05 que institui o PCPR/MG, determina que:

Art. 9º - Serão considerados elegíveis os subprojetos de investimento que:
I - forem considerados prioritários pela comunidade que o demandam;
II - sejam, também, priorizados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.

O Art. 9º assegura que os subprojetos aprovados pela comunidade necessitam também ser aprovados no CMDRS de cada município participante do programa. Esse é um ponto importante a ser observado e que retomaremos a sua discussão. Uma vez que um determinado projeto não é aprovado pelo CMDRS, o projeto retorna à comunidade para alterá-lo ou adaptá-lo a uma nova situação. Uma vez aprovado, a demanda é encaminhada ao escritório do IDENE para passar por uma avaliação técnica do órgão. As etapas para a implantação do programa na comunidade segue os seguintes procedimento:

1º – A comunidade levanta sua demanda de projeto coletivo em reunião de Associação legalmente constituída e a decisão é registrada em Ata. A decisão da comunidade não é

¹⁶ Portal EMATER-MG (2018)

definitiva, ela ainda necessita ser aprovada em duas outras instâncias: o CMDRS do município, e o IDENE. Este é um procedimento previsto no *Manual de Operação* do Programa. O objetivo desta nova etapa é permitir que novas instâncias da sociedade civil e do governo, possam discutir novamente acerca da viabilidade ou não do projeto demandado.

2º – O CMDRS delibera sobre a aprovação ou não da demanda. Esta é uma das etapas mais importantes para a comunidade. Os recursos do Programa não são ilimitados. Cada município participante recebe um valor que corresponde a uma relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) elaborado pela FJP com base no tamanho da população rural.

Nesta fase, representantes da comunidade apresentam sua demanda ao Conselho, apresentando suas justificativas e os benefícios que esperam que sejam alcançados. Se os valores apresentados pelas comunidades ultrapassarem o valor disponível no município, ou alguma Associação não é contemplada, ou se reduz, ou se substitui o projeto. Os membros do Conselho é que aprovaram ou não os projetos demandados.

3º – Aprovado no CMDRS a demanda é encaminhada ao técnico do escritório local da EMATER/MG para elaboração do projeto técnico e financeiro que posteriormente será encaminhado ao IDENE.

4º – O técnico da EMATER/MG encaminha o projeto ao escritório regional do IDENE para aprovação. Os técnicos da EMATER/MG e do IDENE são os únicos representantes do Estado que participam de todas as fases do projeto junto às comunidades: divulgação, mobilização, orientação, discussão e elaboração do projeto final.

5º – O escritório regional do IDENE em Montes Claros encaminha pra o a sua Sede, em Belo Horizonte que fica responsável pela elaboração dos termos do Convênio que deverá a ser assinado por representante legal da associação em Belo Horizonte.

6º – Os recursos são depositados em conta corrente da associação.

7º – Com os recursos disponibilizados, a associação deve fazer três orçamentos dos equipamentos ou insumos a serem adquiridos.

8º – A associação paga os equipamentos e serviços apenas através cheque nominal.

9º – A associação gerencia os recursos e é responsável por prestar contas ao IDENE.

1.4 – Estudos de avaliação do PCPR

Conforme aponta Rua (2014), as metodologias de avaliação de políticas públicas começaram a surgir após a Segunda Guerra Mundial numa necessidade que os Estados tiveram de criar políticas sociais para a reconstrução dos países destruídos pela guerra.

A partir da década de 1980, países como Inglaterra e Estados Unidos, passam a primar por políticas públicas voltadas para resultados. A avaliação torna-se uma atividade estratégica para esses governos, pois havia a preocupação em se verificar os custos e os impactos das políticas sociais que vinham sendo implantadas.

A trajetória histórica da avaliação compreende um primeiro estágio, centrado na mensuração dos fenômenos analisados, depois avança em direção às formas de atingir resultados, evoluindo para um julgamento das intervenções não somente quanto à sua eficácia e eficiência, mas também quanto à sua efetividade, sustentabilidade e outros aspectos, como a equidade, por exemplo (RUA, 2014, p.104).

A avaliação de políticas públicas tornou-se um processo de julgamento sistemático, baseado no levantamento de diversas informações de conteúdo, estrutura, processos, resultados, qualidade e os efeitos de sua efetivação. Envolve um processo técnico de levantamento sistematização de dados, análise e reflexão. Neste sentido Rua (2014,p.107) aponta que “(...) finalidade da avaliação não é classificar as intervenções “boas” ou “más”, “exitosas” ou “fracassadas” (...)”. A autora acredita que o processo que envolve a avaliação de políticas públicas representa um processo contínuo de aprendizado e uma oportunidade para a busca das melhores decisões dos agentes públicos.

Os indicadores de desempenho precisam ser definidos com rigor para permitir a verificação dos resultados no cumprimento das metas inicialmente propostas no projeto, de forma a detectar os efeitos e resultados práticos do projeto e possam ser apresentados aos propositores e aos beneficiários do projeto (GRANJA, 2010, p.86).

Rua (2014) observa que o processo de avaliação de políticas públicas não possui um método de pesquisa específico. Há possibilidade de se combinar vários métodos conforme a avaliação que se pretenda realizar, o tempo e os recursos financeiros disponíveis. O modelo de avaliação que adotaremos nesta pesquisa, utiliza os conceitos de *eficácia*, *eficiência* e *efetividade*.

São vários os motivos pelos quais o gestor deve fazer uma avaliação final do projeto: para demonstrar a utilização eficiente (ou ineficiente) dos recursos e a satisfação (ou insatisfação) dos beneficiários do projeto; para detectar pontos fortes e pontos fracos do projeto e proceder com sua melhoria; para conhecer e analisar como o projeto foi executado; e para orientar as decisões sobre a continuidade ou a interrupção de ações quando a avaliação ocorre em momentos específicos da implementação do projeto (GRANJA, 2010, p.89)

A avaliação de políticas públicas visa aperfeiçoar os processos de mobilização social, identificação de demandas e implantação, de maneira a buscar otimizar as estratégias de ação a partir da busca pela *eficácia*, a *eficiência* e a *efetividade* das políticas públicas. A avaliação permite identificar se a política pública atingiu os objetivos propostos e alcançou os resultados previstos durante a fase de elaboração do projeto.

Serão considerados também como instrumentos de avaliação do projeto produtivo instalado em Brejão os conceitos de *eficácia*, a *eficiência* e a *efetividade* propostos em Cohen e Franco (2002).

Eficácia é o grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados. A *eficiência* implica na otimização dos custos, ou seja, o conceito de eficiência está associado à noção de ótimo. Já a *efetividade* expressa a relação entre o resultado e os objetivos do programa. (COHEN e FRANCO, 2002, *apud* SANTOS *et. al.*, 2013)

Após a reformulação do PAPP em 1993 e sob uma nova sistemática de operação, Soares (1997) observa que dois estudos técnicos foram realizados para se avaliar os projetos implantados após esta reformulação. O primeiro estudo intitulado *Relatório de Acompanhamento do PAPP*¹⁷, foi realizado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) vinculado a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

A avaliação foi realizada em cinco estados do nordeste (Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará). Seu objetivo foi analisar a *sustentabilidade* dos projetos implantados. A Sustentabilidade é compreendida como a capacidade do projeto após implantado, permanecer em atividade e ser gerido pelo público beneficiários, sem a necessidade de auxílios ou apoios das agências do poder público.

¹⁷ SEAIN (1994)

A pesquisa apontou que as *perspectivas de sustentabilidade* do projeto não eram satisfatórias, e sua reformulação também apresentava problemas no que se refere a dispersão espacial das ações, a pulverização dos recursos e o uso político programa por atores municipais. Recomendou-se que as avaliações de *eficácia* e *eficiência* dos projetos fossem realizadas antes de eventuais prorrogações dos contratos de financiamento (SOARES,1997, p.134).

A segunda pesquisa de avaliação¹⁸ foi elaborada por técnicos do Banco Mundial e da FAO¹⁹ em uma amostra de 52 projetos nos 10 estados em que foram implantados (Soares,1997). Na contramão da primeira do primeiro relatório, os resultados apresentados pelos técnicos do Banco Mundial apontaram para uma “experiência positiva” do PCPR nas comunidades em ele havia sido implantado.

Entre outros aspectos, destaca que os projetos produtivos provocam impactos positivos na renda, no emprego e apresentam alta taxa interna de retorno social – acima de 50%. Finalmente, o estudo afirma que é satisfatória a sustentabilidade financeira dos projetos (SOARES,1997,p.134).

As duas pesquisas apontaram resultados discrepantes, apesar de terem sido realizadas com apenas um ano de diferença entre elas (1994 e 1995). Soares (1997) acredita que a perspectiva positiva da avaliação proposta pelo Banco Mundial permitiu que novos contratos fossem firmados com o Brasil. Com esses resultados, os estados da Bahia, Ceará e Sergipe conseguiram junto ao governo federal autorização para celebrar novos empréstimos mesmo tendo um saldo de US\$ 75 milhões a receber do contrato que ainda estava em vigência.

Parreiras (2007) aponta que a discrepância nos resultados apresentados pelas duas pesquisas, motivou a Secretaria de Assuntos internacionais (SEAIN), vinculada a Secretaria de Planejamento da Presidência da República a propor uma nova avaliação, agora envolvendo a Secretaria de Planejamento e Avaliação e a Secretaria Especial de Políticas Regionais, ambas ligadas ao Ministério do Planejamento e Orçamento. A nova avaliação de sustentabilidade dos subprojetos foi coordenada por Ricardo Soares (1997).

Essa discrepância nas pesquisas apontadas por Soares (1997) foram determinantes para a proposição de uma nova avaliação. É relevante apontar esta situação que reflete a importância em se utilizar técnicas e instrumentos de pesquisas que procurem melhor retratar a uma determinada realidade. Diversas variáveis ou métodos podem ser utilizados, entretanto

¹⁸ World Bank (1995 a).

¹⁹ Food and Agriculture Organization of the United Nations.

no exemplo apresentado por Soares (1997) percebe-se um viés tendencioso dos resultados da pesquisa realizada pela instituição financeira ao encontrar resultados mais positivos em suas avaliações de modo a promoção de novos convênios de financiamento, que foi o que aconteceu.

Diante da situação apresentada, torna-se cada vez mais importante a produção de pesquisa de avaliação de políticas públicas por diferentes instituições de pesquisa. Em trabalho de avaliação do PAPP realizado por Matos (1994) a socióloga já propunha uma reflexão crítica ao modelo do programa. A pesquisadora apontou que o PAPP. Logo após ser lançado em 1985, já em sua primeira avaliação realizada pelos técnicos do Banco Mundial, constatou-se que os projetos não estavam alcançando os objetivos propostos. Uma das razões identificadas pelo próprio Banco era que grande parte dos recursos ficavam com as agências de governo mobilizadoras dos governos e os projetos não promoveram mudanças significativas na renda das famílias.

Esse resultado também é apontado por Freitas e Freitas (2011) em pesquisas realizadas em projetos do Vale do Jequitinhonha.

Os empreendimentos constituídos em função de políticas sociais de combate a pobreza alcançarão sua sustentabilidade econômica se alcançarem primeiro sua sustentabilidade social. Os recursos financeiros, oriundos dos programas governamentais, são necessários à alavancagem do empreendimento, mas nem de longe são suficientes para o cumprimento de suas funções sociais junto ao público vivendo próxima a linha da pobreza. (Freitas e Freitas, 2011, p.264)

Outra pesquisa de avaliação do PCPR/MG realizada por Santos *et al.* (2013) avaliou, quatro subprojetos produtivos de comunidades rurais do município de Salinas/MG implantados entre os anos 2006 e 2010. Os resultados apontaram que a geração de emprego e renda proporcionados pelos projetos atingiram seus objetivos de forma apenas parcial. O trabalho apontou que 56% dos beneficiários que participavam diretamente dos projetos, possuíam outras fontes de renda. Eles enxergavam o projeto apenas como uma forma de obter um complemento à renda familiar. A pesquisa também observou a redução acentuada no número de beneficiários dos subprojetos após a sua implantação.

Na fabriqueta de farinha, por exemplo, os beneficiados dizem usar a farinha para consumo ou troca e que não dá pra vender, pois produzem muito pouco. (...) A maioria afirmou que até hoje nada pôde ser adquirido devido ao baixo retorno da renda dos subprojetos(...) Observou-se, também, que nos subprojetos de Beneficiamento de Cereais, os beneficiados não obtiveram nenhum retorno

financeiro, portanto, não puderam realizar nenhum complemento na sua renda. (...) Na Fabriqueta de Farinha em Nova Fátima, que teve início em 18/12/2010, a realidade encontrada não evidencia efetividade. O subprojeto se encontra parado; as máquinas estão ociosas e os plantios estão se perdendo, pois falta energia elétrica na fábrica (SANTOS *et al.*, 2013, p.2).

Freitas e Freitas (2011) realizaram uma pesquisa que contou com a visita de 23 subprojetos produtivos implantados em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha nos municípios de Aricanduva, Couto de Magalhães, Datas, Diamantina, Gouveia, Inimutaba, Itamarandiba e Monjolos sendo: fabriqueta de farinha (2); fabriquetas de rapadura (3); tanque de resfriamento de leite (4); mecanização agrícola (11) e granjas comunitárias (3). Os pesquisadores apontam que nos projetos analisados, constatou-se que a principal motivação dessas comunidades para a implantação de subprojetos produtivos coletivos, foi acessar os recursos financeiros não reembolsáveis, garantidos pelo PCPR/MG.

Freitas e Freitas (2011) apontam que os projetos analisados não atingiram as expectativas iniciais geradas no projeto técnico em virtude de fatores como os prazos curtos que impediram que as comunidades beneficiadas identificassem as suas reais necessidades e aptidões coletivas para a execução de projetos coletivos. Os pesquisadores apontam que todos os 23 subprojetos produtivos visitados estavam desvinculados da realidade da comunidade.

Como exemplo tem-se uma comunidade pesquisada que mantém um tanque de resfriamento de leite, financiado pelo PCPR, mas pouquíssimas pessoas possuem vacas de leite com produção suficiente para ser comercializada, ou ainda associações que constituíram fabriquetas de rapadura e se quer possuem energia elétrica suficiente para moer a cana e continuar o processo de fabricação. São essas contingências que surgem como decorrência do caráter imediatista de elaboração de projetos e de métodos que muitas vezes desconsideram as aspirações, vocações e necessidades locais (Freitas e Freitas, 2011, p.262).

Os pesquisadores apontaram que a falta de identificação da comunidade com os subprojetos produtivos implantados em todas as comunidades visitadas, na região do Vale do Jequitinhonha. Foram identificados problemas relacionados a escassez de matéria, a falta de gestão produtiva e administrativa dos projetos coletivos.

O trabalho de avaliação de subprojetos produtivos do PCPR/MG de Pessôa (2012), também realizado em municípios do Vale do Jequitinhonha, identificou por exemplo, que um subprojeto produtivo de farinha que ainda não havia sido utilizado no período de suas pesquisas de campo. Neste projeto o transformador de energia instalado, não suportava a

tensão elétrica dos equipamentos e precisou ser trocado. Já a unidade de processamento, não dispunha de quantidade de água suficiente demandado pelo processo produtivo. Em outra fabriqueta de farinha, os produtores não gostaram do aspecto e gosto da farinha torrada na máquina de torrefação mecanizada, e resolveram construir um forno de torrefação manual anexa a fabriqueta (PESSÔA, 2012, p.113).

Pessôa (2012) também aponta em suas pesquisas que em um subprojeto produtivo de rapadura, pretendia-se beneficiar 23 famílias da comunidade, mas nem todos se interessaram e apenas 3 estavam produzindo. Em uma das fabriquetas de farinha visitadas, a pesquisadora também apontou que “(...) até a visita à comunidade poucos beneficiários utilizaram a fabriqueta (no máximo 3), isto porque, de acordo com os entrevistados a mandioca que havia ainda não estava no ponto de ser colhida (...)” (PESSÔA, 2012, p.111). Importante ressaltar que a pesquisa ocorreu cerca de cinco anos após a implantação dos projetos, que aconteceram entre 2007 e 2008.

No que foi verificado, no que tange à geração de renda para instrumentalizar a melhoria de qualidade de vida das comunidades o PCPR ainda não tem promovido grandes mudanças. E esta análise compete aos mesmos resultados obtidos pelo relatório do Estudo de Desempenho Físico (TECNOMETRIA/IDENE, 2010, *apud* PESSÔA, 2010,p.131).

As observações de Pessôa (2012) são importantes para que os órgãos públicos e a sociedade possam refletir sobre a eficácia desta e de outras políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural que se propõem a combater a pobreza. As experiências acumuladas pelo programa parecem ainda não ter sido suficiente para torna-lo mais eficiente na implantação dos projetos. Em 2018 completaram-se mais de três décadas de atuação deste programa em Minas Gerais.

1.4.1 - Avaliação de sustentabilidade na perspectiva de Soares (1997)

A pesquisa de avaliação apresentada por Ricardo Pereira Soares (1997) pretendeu identificar a *perspectivas de sustentabilidade* de 47 projetos do PCPR implantados em 29 municípios de três estados do nordeste: Pernambuco, do Piauí e do Rio Grande do Norte. Soares (1997) então Técnico da Diretoria de Planejamento e Políticas Públicas também atuava

como Coordenador Geral de Setores Produtivos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

A terceira pesquisa de avaliação dos projetos após a reformulação do programa, utilizou como critério de '*sustentabilidade*' dos subprojetos implantados, a sua capacidade de, após concluído, ter condições de funcionar após o encerramento do programa (SOARES,1997,146). Foram avaliados 31 subprojetos na categoria produtivo, 13 relacionados à infraestrutura, e 3 sociais. Quanto à distribuição espacial, tem-se que: 12 estão localizados em Pernambuco; 20, no Rio Grande do Norte; e 15, no Piauí (Soares,1997).

A pesquisa de avaliação realizada por Soares (1997) pretendeu identificar a *perspectivas de sustentabilidade* de projetos do PCPR. Para identificar a sustentabilidade dos projetos, a pesquisa desenvolveu um método próprio de avaliação e identificação a partir do que foi definido como *identificadores de sustentabilidade*. Foram eles: Operação, Intermediação, Conhecimentos, Manutenção e Assistência Técnica:

Para cada um dos cinco *identificadores de sustentabilidade*, a pesquisa atribuiu até 20 pontos. Quanto mais pontos, mais o projeto teria condições de ser auto sustentável, podendo chegar ao máximo de 100 pontos. O somatório dos indicadores apontou o índice de sustentabilidade.

Partiremos dos mesmos critérios metodológicos desenvolvidos na pesquisa de Soares (1997) para avaliarmos a *perspectiva de sustentabilidade* da fabriqueta de farinha da comunidade de Brejão, município de Claro dos Poções.

Para identificar a sustentabilidade dos projetos, a pesquisa desenvolveu um método próprio de avaliação e identificação a partir do que foi definido pelos chamados *identificadores de sustentabilidade*. São eles:

- 1– Operação: o subprojeto está em operação, em atividade;
- 2– Intermediação: não ter sofrido nenhuma interferência de intermediários externos;
- 3 – Conhecimentos: a comunidade possui conhecimentos quanto a forma de operar e de comercializar a produção do projeto;
- 4 – Caixa/ Manutenção: a comunidade retém renda suficiente para manutenção e conservação de máquinas, equipamentos e edificações;
- 5 – Assistência Técnica: a comunidade recebeu assistência técnica em todas as fases de identificação, implantação e de operação do subprojeto;

Tabela 4 - Identificadores de perspectiva de sustentabilidade

Critério	0 pontos	10 pontos	20 pontos
Operação	Parado	Semiparalisado	Operando
Intermediação	Intensa	Pequena	Nenhuma
Conhecimentos	Nenhum	Pequeno	Grande
Caixa/Manutenção	Não	Insuficiente	Suficiente
Ass. Técnica	Sem	Parcial	total

Fonte: Soares (1997)

Tabela 5 - Avaliação de Perspectiva de Sustentabilidade - Critérios de avaliação

Pontuação total - faixas -	Perspectiva de sustentabilidade
0 a 10	Nula
40 a 50	Mínima
60 a 70	Pequena
80 a 90	Satisfatória
90 a 100	Sustentável

Fonte: Soares (1997)

Em relação aos critérios, Soares (1997) observa que considerou para avaliação apenas os projetos concluídos, onde obras físicas haviam sido realizadas e máquinas e equipamentos instalados.

Soares (1997) adotou o critério ‘Intermediação’, para classificar aqueles projetos que contaram com a influência ou ingerência de atores externos ao projeto. São pessoas que não representam instituições oficiais do Estado, mas fizeram intermediações em alguma das fases de implantação dos projetos, de maneira a viabilizar os recursos do programa as comunidades. Surgiram em função da baixa capacidade operacional dos técnicos do programa. Conseguiram acelerar etapas burocráticas do programa, assumido inclusive diversas coordenações. Ajudavam a mobilizar as comunidades na criação de associações, orientavam os projetos e indicavam lojas para aquisição de equipamentos.

As pesquisas de Soares (1997) apontaram que dos 47 projetos PCPR, 25 não estavam em operação, 5 não haviam sido implantados e 20 apresentavam sérios problemas de operação. O pesquisador concluiu que apenas 16% dos projetos produtivos implantados, teriam *perspectivas satisfatórias de sustentabilidade* e 39% teriam perspectiva nula de sustentabilidade.

os projetos não estão atingindo a finalidade de melhorar as condições de vida das comunidades pobres, pois a maioria estava desativada — dos 47 projetos pesquisados, 25 não estavam em operação, e, destes, cinco não tinham sido implantados, e os outros 20 apresentavam sérios problemas de operação, estando alguns já abandonados (SOARES, 1997,p.30.)

Os resultados da avaliação apresentada por Soares (1997) apontaram que os recursos foram efetivamente transferidos para as Associações comunitárias, e que realmente implantaram os projetos demandados pela comunidade. A maioria das Associações realizou a prestação de contas dos projetos, o que caracteriza a sua conclusão. Entretanto, a pesquisa apontou que 84% dos projetos avaliados não promoveram melhoria das condições de vida do público beneficiário.

Para Soares (1997) alguns fatores que seriam a causa deste problema: as ações muito localizadas e pulverização dos recursos financeiros em projetos com baixo número de beneficiários, o que dificultava a assistência técnica e o devido acompanhamento dos projetos implantados.

Quanto aos 42 projetos concluídos, constatou-se que somente 57% estavam em operação; esse percentual diminuiu para 46% quando se consideram exclusivamente os projetos produtivos. O grande número de projetos recém-implantados e já parados, prematuramente abandonados, especialmente entre os produtivos, também pode ser atribuído à falta de assistência técnica às comunidades. Levantou-se que 29 das 42 comunidades que concluíram a instalação dos seus projetos, ou seja, 69% alegaram que não receberam orientação na fase operacional. Essas associações não sabem operar as máquinas e equipamentos do projeto e/ou participar do processo de comercialização da produção. Por outro lado, 7 dos 8 projetos produtivos que contaram com assistência técnica tiveram orientação porque a contrataram de terceiros (SOARES,1997,p.140).

1.5 – Empoderamento

O PCPR/MG tem entre seus princípios proporcionar a gestão coletiva de projetos comunitários a partir da discussão e o debate na comunidade pelos próprios beneficiários do projeto. Esse momento normalmente acontece no espaço da associação comunitária. Essa é uma das principais condicionantes para o recebimento dos projetos. É na reunião da Associação que acontecerá os debates, as discussões, a votação e o registro em Ata do projeto coletivo pleiteado. A metodologia do programa pretende estimular a autonomia dos membros da comunidade em decidir e escolher por seus próprios projetos, e não apenas receber projetos e políticas públicas “de cima para baixo”.

Uma das bandeiras levantadas pelo programa se refere ao *empoderamento* dos sujeitos através do estímulo a práticas de discussão democráticas e participativas que primam pela construção da própria cidadania.

Para o filósofo francês Claude Lefort (1991) a principal característica do sistema democrático moderno é a formação de espaços públicos que estimulam o debate e o diálogo. O PCPR é uma política pública que se propôs a impulsionar a criação deste tipo de espaço na comunidade, que condicionou à Associação comunitária a prerrogativa em promovê-lo. Lefort (1991) aponta que na sociedade democrática moderna, o antigo poder supremo do Rei ou de um Déspota não mais existe, foi substituído pelo poder político, fundamentado nos princípios democráticos em que as leis e o direito conduzem os processos políticos.

Lefort (1991) aponta que o *poder* agora não é ocupado por ninguém, que segundo o autor, tornou-se um “lugar vazio”, que permite que diferentes interesses individuais ou de grupos possam se manifestar e disputar ideias. O espaço político tornou-se um espaço do debate e da mediação de conflitos, que foram institucionalizados pelo novo sistema. O *espaço vazio de poder* permite agora a criação contínua de direitos, de possibilidades e de arranjos políticos e sociais que tornam esse espaço “*infigurável*”. (LEFORT, 1991, p.32). Para o filósofo, o poder deixou de ter rosto, para ter *rostos*, esvaziou-se na sociedade, nos indivíduos e nos espaços públicos mantendo-se em permanente mutação. Para o autor, os espaços públicos assumem desta maneira a prerrogativa do debate, do conflito e disputa de ideias que só o sistema democrático permite.

Neste sentido, Arendt (2005) também acredita na importância do espaço público como espaço de manifestação das diferenças e da diversidade, que podem se transformar em igualdade e consenso. A autora acredita que os homens são naturalmente desiguais e a esfera pública é quem garante a permanência destas diferenças. Entretanto, Arendt (2005) esboça uma visão negativa do atual espaço público moderno, que cada vez mais vem se transformado em um espaço de discussões de interesses privados, em detrimento dos interesses coletivos.

Do mesmo modo que o nascimento do totalitarismo desafia toda explicação que reduz o acontecimento ao nível da história empírica, o nascimento da democracia assinala uma mutação de ordem simbólica, que atesta, o melhor possível, a nova posição do poder (LEFORT, 1991, p.31).

O *poder* agora pertence a todos e se materializa através do sufrágio universal, tornando-se uma ação legitimadora da democracia, mas que, segundo Lefort, ainda não é capaz de garantir um poder real, efetivo, haja visto as diversas influências externas envolvidas

no processo eleitoral. A democracia moderna alçou o *voto* a uma dimensão simbólica de pensamento, ligada a uma forma de relacionamento político coletivo cujas responsabilidades também são coletivas. Construiu-se a ideia da responsabilidade coletiva em não permitir que sistemas de governos totalitários ressurgam. Caberá à sociedade manter a nova ordem através de novas articulações políticas que estabilizem e impeçam o retorno do antigo regime monárquico ou do totalitarismo (Lefort, 1991).

Lefort (1991) é crítico da construção simbólica do poder pelo sufrágio universal uma vez que, ao contrário do que se imagina, o voto reduz o *poder* ao nível do indivíduo, que toma as decisões conforme suas necessidades e anseios pessoais.

Além disso, nada torna o paradoxo da democracia mais sensível do que a instituição do sufrágio universal. Precisamente quando a soberania popular deve se manifestar, o povo atualizar-se exprimindo sua vontade, são desfeitas as solidariedades sociais, o cidadão se vê subtraído de todas as redes nas quais se desenvolve a vida social para ser convertido em uma unidade para cômputo. A substância é substituída pelo número (LEFORT, 1991, p.34).

Segundo Lefort (1991) os direitos e liberdades políticas individuais não são suficientes para por fim aos sistemas de dominação e poder, seja pela manipulação de grupos organizados ou pela incapacidade do indivíduo em se reconhecer detentor desse poder. Lefort (1991) recorre ao pensador Alexis de Tocqueville, que apontava para os riscos da prevalência da *dominação*, ou de uma nova forma *submissão* do indivíduo dentro do regime democrático, ainda que munido de certas liberdades individuais.

Este, enquanto indivíduo, pode muito bem querer ser senhor de seus pensamentos, querer moldar sua vida e mesmo querer decidir sobre o que são as boas leis e o bom governo, porém, não necessariamente continua menos dependente de ideias recebidas e de princípios de conduta que escapam ao exercício de sua vontade e de seu conhecimento. Em consequência, a paixão que o impulsiona a se desprender dos laços que o submetiam a pessoas investidas de uma autoridade social – sua paixão por igualdade eu o induz a recusar a figura de um senhor – não faz com que venha a ser seu próprio senhor (LEFORT, 1991, p.44).

São esses *espaços vazios do poder* como apontado por Lefort (1991), presentes na democracia moderna, que possibilitaram o PCPR construir e difundir o discurso do *empoderamento* dos atores locais, ao condicionar-lhes o “poder” de escolha dos projetos à manifestação e aprovação coletiva. Entretanto, observamos que o PCPR falha quanto à

premissa do *empoderamento* dos beneficiários. A decisão do projeto a ser demandado pela comunidade acontece apenas na primeira etapa do programa. A partir daí o projeto escolhido estará sujeito a diferentes vetos e modificações, nas etapas seguintes do programa, que poderá ser indeferido ou alterado por diferentes instâncias participantes do programa, como a EMATER/MG, os CMDRS e o IDENE.

O Prof. Jorge Romano (2002) é crítico com relação às políticas públicas que se propõem a *empoderar* as comunidades alvo desses programas. Para Romano (2002) o conceito de empoderamento tem sido utilizado em diferentes abordagens e diferentes instituições: governos, bancos e agências de fomento ao desenvolvimento que empoderam sem dar poder (ROMANO, 2002. p.11).

O empoderamento é uma dentre as categorias e/ou abordagens como, por exemplo, participação, descentralização, capital social, abordagem de direitos (*rights-based approach*) que de forma explícita ou implícita está inserida no debate ideológico em torno do desenvolvimento (ROMANO, 2002, p.9).

O Banco Mundial segundo Romano (2002), em sua frente de financiamento de projetos sociais em diferentes partes do mundo, utiliza do discurso *do empoderamento social* ao propor ações de estímulo a formação de sujeitos políticos capazes de tomarem a sua própria decisão em relação a determinadas políticas públicas. Entretanto, Romano (2002) aponta que o princípio da implantação do *empoderamento* dentro de comunidades rurais é ineficiente em sua essência. Para o autor o *empoderamento* não pode ser introduzido em uma comunidade por nenhum agente externo a ela.

Trata-se de um processo que pra Romano (2002) deve partir de dentro da própria comunidade. É um processo que deve ser pautado nas relações sociais de cooperação, solidariedade e na autoconfiança dos sujeitos que formam a comunidade. Ao agente público caberá apenas ser um catalisador e mobilizador de desse processo.

Entretanto, a própria metodologia adotada por essas agências para a implantação de projetos sociais impede a viabilidade desse processo. Os prazos para implantação de projetos são cada vez mais reduzidos. As ações agora são pautadas por um processo de *empoderamento*, que é instrumentalizado, que traz metodologias específicas em detrimento da análise dos complexos processos sociais e políticos que envolvem as comunidades a serem beneficiadas.

Esta redução ou tecnicização do empoderamento veio a solucionar o problema de sua difusão. Na grande maioria dos projetos e programas propiciados pelos bancos e agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, governos e ONGs, a componente capacitação é uma das principais. Proliferaram cursos de capacitação ministrados por consultores agora enquanto especialistas em metodologias participativas de empoderamento. O empoderamento passou a ser ensinado em salas de aula, em detrimento da troca de experiências e da construção de respostas conjuntas em face de situações de dominação específicas. Isto é, se supervalorizaram os efeitos políticos da ação pedagógica em detrimento dos efeitos pedagógicos da ação política (ROMANO, p, 12, 2002).

Nesse sentido, Freitas e Freitas (2011) são críticos quanto à postura dos extensionistas rurais da EMATER/MG, que são os principais mobilizadores no processo de identificação das demandas econômicas e sociais na comunidade. Tais técnicos adotam metodologias padronizadas para identificação de demandas semelhantes em comunidades diferentes. A realidade de cada comunidade é única, suas demandas são específicas e não podem ser copiadas para diferentes realidades sociais, ambientais e também culturais.

Em relação às metodologias de identificação e implantação de políticas públicas em comunidades, Romano (2002) acredita que elas operam de forma a evitar o conflito. Lefort (1991) aponta que o conflito é um fenômeno que a democracia *institucionalizou* quando permitiu que o poder se difundisse na sociedade. Na visão de Romano (2002) a excessiva segmentação e tecnificação das etapas dessas políticas públicas tem como intenção, evitar o surgimento de conflitos no interior da comunidade.

A implantação de diferentes etapas, da burocracia e dos pareceres técnicos das agências envolvidas no processo tem por finalidade evitar debate a partir de pareceres técnicos, normalmente compreendidos como superiores aos conhecimentos empíricos e populares. As opiniões e pareceres técnicos muitas vezes assumem o papel de ‘última palavra’ dentro de um processo de escolhas que deveria ser demandado exclusivamente pelos beneficiários.

Para Romano (2002) o *empoderamento* é um processo que deve ser conflituoso por natureza, porque ele se propõe a alterar um sistema de poder e dominação já existente. Não há mudanças se não houver o conflito.

Procura-se tecnicizar os conflitos, tirando deles suas dimensões ideológicas e políticas, de forma a domesticá-los. Os conflitos perturbam o resultado esperado. A mudança procurada seria o fruto do progresso das relações sociais, do desenvolvimento das instituições e da superação das falhas do mercado. (...) Com essa pasteurização do empoderamento, tem-se procurado eliminar seu caráter de fermento social (ROMANO, p.11,2002).

Mesmo atuando na política de combate à pobreza, todas as instituições e agentes públicos envolvidos, incluindo as comunidades contempladas, mantêm diferentes níveis de *poder* e dominação em seu interior, que se manifestam tanto internamente como em relação às demais instituições envolvidas no processo. E por essa razão Romano (2002) aponta que as relações de poder devem estar no centro das discussões que envolvem políticas públicas de *empoderamento social*.

Estamos falando de relações de dominação que envolvem voluntária e involuntariamente – opressores e oprimidos. A abordagem de empoderamento não pode ser neutral nem ter aversão aos conflitos e a seus desdobramentos. O desdobramento dos conflitos significa que o processo de mudança, uma vez deslançado, permeia e se infiltra em outras dimensões vividas pelas pessoas e grupos sociais. Empoderamento implica contágio, não assepsia. É fermento social: está mais para inovação criativa que para evolução controlada (ROMANO, p.11,2002).

Outra crítica levantada por Romano (2002) se refere aos programas baseados na premissa de *projetos coletivos* como o PCPR. Para o autor, esta também seria uma maneira de *empoderar* as comunidades, através do incentivo à cooperação em prol de objetivos comuns. Mas o antropólogo ressalta que apesar do projeto ser coletivo, a sua escolha normalmente é definida pelo voto individual, o que reduz a decisão ao nível do indivíduo e aos seus interesses pessoais. O projeto é coletivo e utilizam-se os princípios da democracia, mas para se manter uma lógica de interesses privados. “(...) O empoderamento da comunidade se torna um subproduto do empoderamento individual (...)” (ROMANO, 2002, p.13).

Romano (2002) compartilha suas ideias também com os conceitos de desenvolvimento propostos por Amartya Sen (2001), que defende a liberdade total das comunidades beneficiadas por projetos sociais, em ter autonomia na gestão de todas as etapas das políticas públicas que lhe são ofertados. Romano (2002) defende que o empoderamento deve permitir que as pessoas, as comunidades ou organizações, estejam realmente no centro dos processos de tomadas de decisão, com controle total do programa. “(...) Que tenham a liberdade de alterar ou criar as suas propostas, implantar as suas escolhas e se beneficiar delas. (...)” (ROMANO, 2002, p.17).

A promoção de um novo modelo de desenvolvimento que permita a expansão das liberdades substantivas e instrumentais das pessoas (SEN, 2001)²⁰ e que tenha no empoderamento um caminho principal para a superação da pobreza e da tirania - enquanto seus principais obstáculos - necessita enfrentar a questão do poder (ROMANO, p.14,2002).

A ideia da liberdade total para que as comunidades possam executar seus projeto é uma proposta emancipatória que permite um empoderamento real da comunidade. O PCPR/MG para ser aprovado precisa passar pela análise técnica do governo e do CMDRS municipal. E se os projetos fossem aprovados sem tantas análises e pareceres ? Com base apenas na decisão interna da comunidade. Essa sim seria uma ação de liberdade e emancipação das comunidades rurais. As condicionantes para implantação do PCPR/MG trazem consigo o discurso do empoderamento, mas que *empoderam* sem dar o devido poder aos beneficiários.

Todos os membros da sociedade moderna estão às voltas com um número impressionante de instâncias e autoridades que tentam dizer-lhes quais deveriam ser seus valores, suas preferências, que tentam dizer-lhes o que é bom para eles. Trata-se, muitas vezes, de instâncias exteriores às suas comunidades; assim, eles tendem a considera-las como não legítimas (GODBOUT,2002, p.66).

O PCPR/MG é uma política pública que se propõe a dar protagonismo aos membros da comunidade beneficiada. Os projetos são coletivos e é a comunidade que faz a suas escolhas em meio a também um processo político interno à comunidade, onde os membros mais influentes usam de determinadas estratégias de persuasão para influenciar e viabilizar os seus desejos. A complexidade das políticas públicas se faz presente mesmo onde não se imagina existir conflitos. E o processo democrático é essencialmente um espaço de disputas de interesses, e por isso não se trata de um processo de escolha racional.

²⁰ SEN (2001).

2 –DESENVOLVIMENTO PARA QUEM ?

Compreender as origens do discurso do *desenvolvimento* e refletir como os países ricos abordam este tema é uma das reflexões a que este trabalho se propõe. Para isso, recorreremos às reflexões de dois importantes intelectuais, críticos do atual modelo de *desenvolvimento*, o mexicano Gustavo Esteva e o economista americano Joseph E. Stiglitz. Com Esteva (2000) discutiremos as origens do termo *desenvolvimento* e do termo *subdesenvolvimento*, e como esses conceitos operam no campo ideológico da geopolítica mundial. Com Stiglitz (2002) discutiremos como esta ideologia se operacionaliza nas duas principais agências de fomento de desenvolvimento no mundo: o FMI e Banco Mundial.

2.1 O Banco Mundial e o desenvolvimento

O PCPR é uma política pública que além de contar com os recursos internacionais do Banco Mundial, é a instituição que também define as metodologias de implantação dos projetos, bem como as condicionantes para viabilizá-lo nas comunidades. Essa é uma metodologia adotada pelo Banco Mundial em todos os seus projetos de desenvolvimento nos países em que são implantados.

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) são organismos ligados a Organização das Nações Unidas (ONU) e surgiram na Segunda Guerra Mundial a partir da *Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas* que reuniu representantes das 44 nações aliadas da Segunda Guerra Mundial, na cidade de *Bretton Woods*, nos EUA em julho de 1944. O objetivo da conferência era debater alternativas para o financiamento da reconstrução de uma Europa que vinha sofrendo as consequências de um longo período em guerras. A Conferência ficou mais conhecida como *Conferência de Bretton Woods*.

A ONU e suas instituições financeiras foram oficialmente criadas em 1945. Coube ao FMI, que contou com a participação de 184 países, a prerrogativa de impedir a ocorrência de novas crises econômicas a nível global, como a depressão econômica de 1929. Para isso, a ONU criou no mesmo ano de sua fundação, duas agências, uma de fomento e outra de financiamento: o FMI e o Banco Mundial ²¹(ONU Brasil).

²¹ Portal ONU – Nações Unidas no Brasil.

O Banco Mundial, por sua vez tem uma atuação mais independente. Sua missão é promover a erradicação da pobreza no mundo. O banco é responsável pela análise das questões estruturais dos países que demandam por empréstimos e financiamentos bem como coordenar a aplicação dos recursos nestes países (STIGLITZ, 2002, p.41).

O Banco (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD) atua como uma cooperativa de países, que disponibiliza seus recursos financeiros, o seu pessoal altamente treinado e a sua ampla base de conhecimentos para apoiar os esforços das nações em desenvolvimento para atingir um crescimento duradouro, sustentável e equitativo. O objetivo principal é a redução da pobreza e das desigualdades²² (Portal ONU no Brasil).

Segundo o Portal da ONU no Brasil, em 2018, 189 países membros contribuía financeiramente com o fundo do FMI. Somente estes países são autorizados a receber empréstimos. O FMI ao contrário do Banco Mundial, não atua em projetos específicos, apenas disponibiliza recursos para estabilizar economias dos países em situação eminente de crise financeira. Garantir a estabilidade econômica e financeira dos países membros é seu principal propósito.

O Portal da ONU no Brasil ressalta o objetivo da organização em

promover a cooperação monetária global, garantir a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover o alto nível de emprego e o crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo (Portal ONU no Brasil).

Os objetivos traçados pela ONU naturalmente se apresentam como legítimos. Contando com grande volume de recursos financeiros disponíveis tanto no FMI como no Banco Mundial, a organização assumiu o papel de promover ações de crescimento econômico e de redução da pobreza em mais de 180 países no mundo. A mais de 70 anos, a ONU se responsabilizou por definir critérios de pobreza, coletar e analisar dados e promover políticas de desenvolvimento econômico e social nos países periféricos.

Assim como a questão da pobreza é analisada de um ponto de vista multidimensional, da mesma forma tem sido as discussões em torno da questão do *desenvolvimento*, que vem assumindo inúmeras dimensões, vertentes e significados ao longo dos últimos anos.

²² *Ibidem.*

Segundo Esteva (2000) foram nas ciências biológicas que o termo *desenvolvimento* foi utilizado pela primeira vez para retratar a evolução e crescimento natural dos seres vivos. O *não crescimento*, ou a *não evolução* orgânica era então considerada uma anomalia. O autor aponta que os termos *crescimento*, *evolução* e *desenvolvimento* com o tempo tornaram-se sinônimos.

A partir de 1768 o termo *desenvolvimento* começou a ser utilizado também pela *história social* para explicar as mudanças sociais na sociedade. A partir de então a expressão passou a ser contextualizada e utilizada em diversos campos: literatura, casamento, urbanismo, entre outros (ESTEVA, 2000, p.62).

Em seu ensaio intitulado ‘Desenvolvimento’, Esteva (2000) aponta que a temática do *desenvolvimento* tornou-se amplamente utilizada na política, na economia e nas ciências humanas. Entretanto, o conceito inicial do termo não se originou nas ciências humanas, mas sim, nas ciências biológicas do século XVIII. Desde então o conceito do *desenvolvimento* veio transformando-se, se readequando e se adaptando a diferentes conjunturas econômicas, políticas, sociais e culturais. Nesse sentido, para Esteva (2000, p.80) o significado do termo desenvolvimento se “evaporou, tornou-se um mito conservador, se não reacionário”.

Para dizer “sim”, para aprovar ou aceitar alguma coisa, os brasileiros dizem “não” – pois não. Mas ninguém se confunde. (...) Nos dias de hoje porém, quando a maioria das pessoas utiliza o termo “desenvolvimento” estão dizendo exatamente o contrário daquilo que querem expressar. Todos se confundem. Ao utilizar indiscriminadamente uma palavra tão carregada de conotações, que, além disso, está destinada à extinção, essas pessoas prolongam sua agonia, transformando-a em uma condição crônica. Do cadáver ainda desenterrado do desenvolvimento começam a surgir e a espalhar-se todos os tipos de pragas. Chegou o momento de revelar o segredo do desenvolvimento e de vê-lo em toda sua nudez conceitual (ESTEVA, 2000,p.59).

Esse é um ponto chave no pensamento do autor que vê na reprodução deste princípio o elemento central na ideia de que determinados povos nações e modelos produtivos também precisam evoluir permanentemente. Essa concepção repetida e, reproduzida há mais de dois séculos tem sido, segundo o autor, responsável por fazer com que povos e nações realmente acreditem estar em um estágio inferior do processo evolutivo social e a adotarem empréstimos, fórmulas econômicas e financeiras de que muitas vezes não precisam.

Esteva (2000) data o momento histórico da criação do chamado *mundo subdesenvolvido* ou *terceiro mundo* normalmente localizados ao Sul da linha do Equador. A divisão do globo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos teve data e partiu justamente de

um país localizado na parte superior do globo. É o momento histórico que o termo *desenvolvimento* recebeu seu holofote máximo, a partir do qual jamais sairia do centro das discussões políticas, econômicas e sociais dali em diante. O dia foi 20 de janeiro de 1949, dia da posse do segundo mandato do presidente norte americano Harry S. Truman. Em seu discurso transmitido pela TV para todo o mundo, Truman utiliza-se do termo *desenvolvimento* para dividir, pela primeira vez, o planeta em dois: o mundo *desenvolvido* e o mundo *subdesenvolvido*.

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo - a exploração para o lucro estrangeiro - não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (TRUMAN, 1949 apud ESTEVA, 2000 p.59).

Segundo Esteva (2000) o *desenvolvimento* sofreu com Truman “(...) a metamorfose mais dramática e grotesca de toda sua história (...)” (ESTEVA, 2000, p.60). Truman fez naquele dia, com que milhões de indivíduos, de centenas de países do mundo, habitassem terras *subdesenvolvidas*, inferiores a um determinado modelo de sociedade que a partir daquele momento deveria ser perseguido por todos. Por terem sido determinantes no fim a Segunda Guerra Mundial, os EUA se legitimaram como a maior potência bélica e econômica do mundo e passaram a difundir o seu modelo econômico fundamentado no capital, como um modelo ideal a ser seguida e almejada pelas demais sociedades do planeta.

Para Esteva (2000), em seu discurso, Truman sabia qual a mensagem a ser passada ao mundo. O *subdesenvolvimento* tornava-se um adjetivo apropriado para a difusão de um determinado modelo político e econômico no mundo que se destinava sobretudo, aos países considerados pobres, a maioria ex-colônias dos impérios europeus e também americano. As milenares civilizações da África, do Oriente e da Ásia, os povos das América central e sul que abrigaram civilizações avançadas como os incas, os maias e os astecas, tornaram-se *subdesenvolvidos* no dia 10/01/1949.

Considerando que a o FMI e o Banco Mundial estão sediadas na capital dos Estados Unidos, consideramos pertinente para essa reflexão, abordar os princípios que conduzem estas instituições em suas ações, coordenadas em diferentes partes do mundo. A capital norte americana, Washington, D.C., além de representar o poder político e econômico do país, também representa a força bélica do país. É na capital americana que está sediado o

Departamento de Defesa dos Estados Unidos, conhecido como Pentágono. Curiosamente, o mais longo Secretário de Defesa dos Estados Unidos também foi um dos mais longevos Presidentes do Banco Mundial. Segundo Stiglitz (2002, p.40), Robert McNamara foi presidente do Banco entre os anos de 1968 e 1981. Antes de assumir o Banco, McNamara foi o Secretário de Defesa dos EUA que permaneceu por maior tempo no cargo, entre 1961 e 1968. Atuou no cargo durante a Guerra do Vietnã nos governos de John Kennedy e Lyndon Johnson. Sua especialidade foi analisar estatisticamente a eficiência dos EUA durante a Guerra²³.

Sua situação começaria a mudar quando em 1967 McNamara coordenou um estudo confidencial sobre o envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã. Os estudos²⁴ apontavam para impossibilidade dos EUA vencerem a guerra. Em maio de 1967, quando seu estudo foi concluído, McNamara enviou um relatório ao Presidente Lyndon Johnson, sugerindo o fim do conflito e a negociação da paz. No mesmo ano McNamara deixaria seu posto na Defesa para ser nomeado Presidente do Banco Mundial onde permaneceria por treze anos (PORTAL TERRA).

Assim como a guerra entre os EUA e o Vietnã, travada em outro continente pode ser compreendida como uma tentativa do governo norte americano de impor uma determinada filosofia econômica a uma região em que modelo socialista vinha se consolidando é pertinente propormos discussão semelhante quando um ‘Ministro da Guerra’ torna-se um dos mais longevos presidentes do Banco Mundial.

Críticas à filosofia do Banco partem do economista e intelectual norte americano Joseph Stiglitz, vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2001 e Vice-Presidente Sênior para Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial entre os anos de 1997 e 2000. Stiglitz (2002) é crítico das formas de atuação do Banco Mundial e do FMI nas ações de financiamento e fomento aos chamados países *subdesenvolvidos* ou, em *desenvolvimento*.

Para Stiglitz (2002) ainda que norteadas por boas intenções, transcorridos mais de setenta anos de criação destas instituições, o mundo ainda convive com crises econômicas cada vez maiores e frequentes. América do Sul e África continuam com altos índices de pobreza, baixos índices de expectativa de vida, instabilidades políticas e econômicas permanentes e em sua maioria são países que recebem recursos deste fundo (STIGLITZ, 2002.p.33).

²³ Portal Terra (2011).

²⁴ *Ibidem*.

Stiglitz na condição de ex Vice Presidente do Banco Mundial, onde atuou por quatro anos, o autor pode identificar algumas razões para o insucesso de diversos programas de ajuda financeira que foram implantados pelo Banco Mundial ao redor do mundo:

1- Distanciamento da realidade local: As decisões do FMI e do Banco Mundial são tomadas em Washington, D.C. e contam com pouca ou nenhuma representação de economistas dos países atendidos. O contato com a realidade local do país a receber empréstimos, ocorre de maneira rápida em que técnicos da agência vão aos países apenas para confirmar a capacidade de pagamento das parcelas vindouras e em muito pouco é capaz de alterar as condicionantes de empréstimos de maneira a beneficiar o país “cliente”. As negociações são unilaterais e prevalecem as imposições estabelecidas pelo FMI. Segundo Stiglitz (2002) “(...) O FMI tinha as respostas (basicamente as mesmas para todos os países. (...))” (STIGLITZ, 2002, p.41).

2- ‘ O Fundamentalismo do neoliberalismo: Para Stiglitz (2002) o FMI e Banco Mundial impõem aos países que demandam por empréstimos, a “mesma medicação para diferentes doenças” (STIGLITZ, 2002, p.63). Não há ações específicas para os diferentes países que recorrem aos seus financiamentos. As condicionantes para a concessão de recursos é um modelo padrão imposto a qualquer país, independente de suas características econômicas, políticas ou sociais. Esse modelo perpassa pela abertura econômica, pelo rigoroso controle da inflação como o aumento das taxas de juros. O princípio do *livre mercado* tem sido o modelo que vem sendo adotado por essas duas instituições.

O autor aponta que os princípios do liberalismo econômico transformaram-se em um princípio ideológico o Banco Mundial e o FMI. O liberalismo tornou-se um “*mantra*” (STIGLITZ, 2002, p.43), repetido à exaustão como o único caminho possível para a promoção do desenvolvimento econômico e social de mais da metade dos países pobres do planeta agora denominados *subdesenvolvidos*. Stiglitz chamou essa conduta de “fundamentalismo de mercado”. (STIGLITZ, 2002, p.65)

3- As condicionantes as serem seguidas: O ‘*receituário econômico*’ do FMI imposto aos países tomadores de empréstimos tem como princípio promover a austeridade econômica e fiscal dessas economias de modo a possibilitar garantias de pagamentos das parcelas dos empréstimos. O FMI somente concede financiamentos a países cujas economias estão relativamente estáveis, ainda que se encontrem em períodos de recessão. As garantias desses pagamentos são permeadas pelo discurso da austeridade financeira e do crescimento econômico e a imposição de uma série de *condicionantes* que se fundamentam no liberalismo

econômico. “(...) A liberalização dos mercados de capitais tem sido imposta apesar de não haver nenhuma prova que demonstre que ela estimula o crescimento econômico. (...)” (STIGLITZ, 2002, p.43).

Para Stiglitz (2002) a imposição de modelos econômicos com princípios ortodoxos liberais nas políticas monetária e fiscal nesses países, sem levar em conta as especificidades políticas, econômicas e culturais tornou-se o *modus operandi* do FMI que, em sua visão, trata-se de um modelo equivocado (STIGLITZ, 2002, p.43). Tais condicionantes em sua grande maioria interferem na soberania política e econômica destes países o que faz remeter as relações de dominação existentes entre o Império e suas colônias – a maioria dos países subdesenvolvidos são ex-colônias. A imposição de medidas liberalizantes tem sido responsável pelo aumento da pobreza e do caos político e social para a grande maioria dos países tomadores destes financiamentos.

4- Abertura econômica prematura: Stiglitz (2002) aponta que condicionantes impostas aos países tomadores de recursos financeiros, que se fundamentam na abertura dessas economias ao mercado internacional para as exportações, também o fazem para as importações. Não se leva em conta que a maioria destes países tem seus sistemas produtivo, econômicos e financeiros recém formados ou em formação .

São países que ainda não possuem indústrias de base consolidadas ou um sistema econômico capaz de estabelecer concorrência frente aos produtos e serviços disponibilizados pelas empresas multinacionais. Opera-se a abertura econômica desses países de maneira abrupta. Não é incomum que após a concessão de vultuosos empréstimos e a aplicação destas condicionantes, os mesmos países apresentem nova recessão econômica seguida do aumento do desemprego, da pobreza e da concentração da renda.

5- A globalização: Para Stiglitz (2002) a *globalização* econômica trouxe inúmeros benefícios às nações pobres: houve significativo aumento da expectativa de vida, na comercialização e exportação de produtos locais permitiu a geração de empregos, a redução da sensação de isolamento e o acesso a conhecimentos até então inacessíveis (STIGLITZ, 2002, p.30).

Entretanto, para muitos destes países a globalização não trouxe os benefícios econômicos prometidos. A internacionalização econômica destas economias promoveu uma globalização impositiva, em economias que não estavam preparadas para competir em um nível mínimo de igualdade com os produtos importados que começavam a entrar nesses mercados. O autor aponta que “ (...) Os EUA são o principal promotor do livre mercado, ao mesmo tempo em que é o seu principal beneficiários (...) ” (STIGITZ, 2002, p.33).

Stiglitz (2002) observa que o FMI fundamenta-se no pressuposto de que a economia global não funciona bem, e por isso é necessário uma instituição de nível global responsável por manter a estabilidade econômica. (STIGLITZ, 2002, p.38).

Para o autor,

A instituição (FMI) não tem a pretensão de ser uma especialista em desenvolvimento – sua obrigação original é apoiar a estabilidade econômica global, não reduzir a pobreza dos países em desenvolvimento; contudo, ela não hesita em interferir acintosamente em questões relativas ao desenvolvimento. (STIGLITZ,2002:63).

A passagem de um Secretário de Defesa norte americano pelo o Banco Mundial apesar da aparente ausência de conexão, precisa ser contextualizada e problematizada dentro da análise dos projetos desenvolvimentistas promovidos pelo Banco. McNamara enquanto Secretário de Defesa, possuía informações confidenciais de que os EUA não venceriam a Guerra do Vietnã, e não as divulgou. Da mesma maneira, em que medida o então Vice Presidente do Banco não possuía informações sobre a efetividade do modelo desenvolvimentista proposto e promovido pelo Banco ?

Se não há informações quanto essa questão, recorreremos novamente a Stiglitz (2002), que afirma:

O FMI fez um bom trabalho quando conseguiu convencer muita gente de que suas políticas, impulsionadas por ideologias, eram inevitáveis se os países quisessem progredir a longo prazo (STIGLITZ,2002, p.65).

2.2 - “Escassez crônica da sociedade moderna”

Esteva (2000) vai um pouco além ao tecer críticas também para as *ciências econômicas* que, para o autor, estão “desconectadas” com a realidade social em muitos de seus princípios (ESTEVA, 2000, p.75). O autor aponta que economia tem como princípio teórico a *escassez*, que traz consigo as noções de restrição, carência, e defende a ideia que as necessidades humanas são superiores aos recursos disponíveis na natureza. Caberá então ao livre mercado, promover a regulação dos recursos que são finitos.

Nesse Sentido Esteva (2000) aponta que

A economia dos economistas não é nada mais que um conjunto de regras que governam a sociedade moderna. Homens e sociedades não são econômicos, mesmo depois de terem criado instituições e formas de interação de natureza econômica, mesmo depois de haverem instituído a economia. E essas regras econômicas são consequência da escassez crônica da sociedade moderna. A escassez é um acidente histórico, não a lei de ferro que rege todas as sociedades humanas: ela teve começo e pode ter um fim. Chegou a hora de seu fim. Agora é a hora dos marginalizados, do homem comum (ESTEVA, 2000, p.79).

Para Esteva (2000, p.75) a universalidade deste princípio, e de outras leis econômicas não é sustentável uma vez que sociedades pré-capitalistas, se fundamentavam em premissas não econômicas de produção. É um princípio que não pode ser aplicado as sociedades primitivas e por isso não pode ser considerado um princípio universal. As atuais teorias e leis econômicas foram construídas à luz de uma civilização ocidental capitalista por alguns economistas que consolidaram o paradigma de que os indivíduos possuem desejos ilimitados em um mundo de recursos finitos.

Esteva (2000) coloca que esses princípios foram criados pelo homem moderno para justificar e privilegiar um determinado modelo de desenvolvimento. Nesse sentido o Esteva aponta que o desenvolvimento tornou-se um “(...) mito conservador, se não reacionário que se reinventa e se repete continuamente (...)” (ESTEVA, 2000, p.81). Essa seria uma das razões para os constantes fracassos dos projetos desenvolvimentistas fundamentados nas premissas econômicas.

É nesse sentido que aponta o antropólogo Marshall Sahlins (1978), ao tratar sobre o princípio da escassez. Sahlins (1978, p.7) defende a tese que nas sociedades paleolíticas, baseadas na caça e na coleta eram sociedades de *afluência* e não de *escassez*. Elas constituíam a chamada ‘primeira sociedade da afluência’, onde as necessidades eram satisfeitas sem acumulação.

Embora com mais recursos técnicos disponíveis, para Sahlins (1978, p.10) as sociedades capitalistas modernas fundamentaram-se no princípio da *escassez* de uma forma jamais vista em qualquer outro momento da história. No atual modelo capitalista de produção e distribuição de produtos é mediado pela *escassez*. Toda a produção precisa ser consumida em sua totalidade, de forma a não haver sobra, mas sim falta de produtos.

Para o antropólogo Marcel Mauss (2003), o mercado esteve presente em todas as sociedades primitivas e modernas. Trata-se de um fenômeno humano natural que não se restringe às questões econômicas. Segundo o autor,

o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. (MAUSS, 2003, p.190)

Mauss (2003) identifica na *dádiva*, um elemento do sistema econômico primitivo baseado na troca (doar/presentear e receber) que inaugurou as relações sociais entre grupos distintos e fundamenta vínculos sociais. A *dádiva* constitui um ritual de doação e troca que envolve uma complexa dinâmica de reciprocidades entre os indivíduos ou comunidades, que envolve obrigações a quem doa e para quem recebe. A *dádiva* promoveu a abertura das relações sociais e permitiu o desenvolvimento de novas práticas, como a generosidade e a confiança.

Foram nossas sociedades ocidentais que, muito recentemente, fizeram do homem um “animal econômico”. Mas nem todos somos ainda seres desse gênero. Em nossas massas e em nossas elites, o dispêndio puro e irracional é de prática corrente; ele é ainda característico dos poucos fósseis de nossa nobreza. O *homo oeconomicus* não está atrás, está adiante de nós; assim como o homem da moral e do dever; assim como o homem da ciência e da razão. O homem foi por muito tempo outra coisa e não faz muito que é uma máquina, complicada de uma máquina de calcular. (MAUSS, 2003, p.307)

Sobre essa questão, Wallerstein (1985, p.16) chama atenção para os efeitos contrários que o aumento produtivo pode trazer, como limitações da força de trabalho local, limitação da oferta de matérias primas, e de consumidores. O aumento da oferta de um bem ou produto em um segundo momento, tende a reduzir preços e lucros em virtude dessa oferta, em um determinado momento, ultrapassar a demanda.

As reflexões de Esteva (2000) e Stiglitz (2002) problematizam muito sobre quais seriam as reais intenções do Banco Mundial em assumir o papel de entidade supranacional promotora do crescimento econômico e do combate a pobreza no mundo. Os autores questionam quais seriam as intenções destas instituições, sediadas nos Estados Unidos, e que ao longo dos últimos 70 anos a se propõe a financiar projetos produtivos e sociais como o PCPR, em nome do desenvolvimento.

2.3 – O capital sem fronteiras

O geógrafo britânico David Harvey (2004) também procura discutir quais razões levam o capital financeiro internacional a se expandir de tal maneira, que haja recursos em abundância para o financiamento de projetos sociais em diferentes regiões do planeta. Para Harvey (2004), o que está em vigor é uma lógica de expansão do capital sobre os territórios, cujos elementos reproduzem a lógica imperialista dos países detentores de poder econômico e financeiro, sobretudo os Estados Unidos da América, como a principal liderança deste processo, que é complexo e às vezes contraditório.

Para o pensador, a expansão do capitalismo acontece graças ao que ele conceitua de *sobreacumulação* de lucros, que também é um dos responsáveis diretos pelas crises cíclicas do sistema capitalista mundial. A acumulação do capital é uma tendência inerente ao sistema capitalista, concernente ao que Karl Marx conceituou de *acumulação primitiva*.

Uma das formas encontradas pelo sistema capitalista para adiar a ocorrência das crises, é promover a expansão do capital sobre novos espaços geográficos, de modo que possa ser absorvido por novas territorialidades. É um esforço de minimizar ou adiar o processo de desvalorização do capital, promovido pela sua *sobreacumulação* e suas eventuais crises econômicas. Harvey (2004) aponta que oferta e demanda precisam estar em equilíbrio. Se a oferta (produção) é maior que a sua demanda (consumo), os preços das mercadorias tendem a cair e a desvalorizar capital. “(...) O capital excedente de um lugar, pode encontrar emprego noutra lugar em que as oportunidades de lucro ainda não foram exauridos (...)” (HARVEY, 2004, p.83).

O autor propõe o uso da teoria da *ordenação espaço temporal* para o entendimento dessa mobilidade do capital e da atuação do Estado no território com vistas a um novo processo de acumulação de capital e de poder político. Harvey (2004) defende a tese de que as ordenações *espaço-temporais* que ocorrem em diferentes escalas geográficas, materializam a atuação desigual e combinada do capital e do poder político, por meio da mediação do poder financeiro e institucional.

Segundo Harvey (2004), o Banco Mundial, e o FMI atuam como instituições que propiciam um ambiente político e econômico adequado à expansão geográfica do capital. São as instituições que não apenas legitimam, mas oficializam a ordenação espacial de um capital já acumulado. Estão à frente de levar desenvolvimento econômico e social aos países membros da ONU, com a prerrogativa de conceder cada vez mais empréstimos e

financiamentos, que somente são disponibilizados mediante a imposição de inúmeros pacotes econômicos sob princípios neoliberais impostos aos países tomadores destes empréstimos.

O Banco Mundial e o FMI ofertam recursos financeiros a países periféricos, cujas economias de mercado ainda são incipientes, com empréstimos que normalmente esses países não conseguirão quitar. Em um curto espaço de tempo, esses países tornam-se integrados ao sistema financeiro internacional e facilmente suscetíveis às oscilações e crises financeiras do mercado internacional de capitais. Endividados, esses países são forçados a pagar suas dívidas às custas do sacrifício da população, que fica privada de serviços públicos diversos. As dívidas públicas são a principal ferramenta do FMI para promover ingerência sobre o poder político e econômico local. É usada como uma fonte de pressão sobre os rumos que as políticas econômicas e financeiras locais devam tomar.

Para o sociólogo americano Immanuel Wallerstein (1985) a ideia do *progresso*, constitui a peça central da chamada sociedade moderna, que se consolidou a partir de princípios liberais do século XIX, que dominaram aquele período e que foram responsáveis pela ruptura completa com o sistema feudal. O autor aponta que as novas tecnologias promovidas pela ciência criou uma estrutura ideológica que se tornou inquestionável, que pretendeu a todo o momento, substituir o que era tradição pelo *novo*. Wallerstein (1985) é crítico do paradigma do progresso como algo inevitável, e defende a tese de que a maioria da população hoje é menos próspera materialmente do que nos sistemas históricos anteriores.

A ideia de progresso legitimava o esmagamento da oposição subsistente à mercantilização de tudo. A ideia de progresso tendia a remover todos os pontos negativos do capitalismo, com o pretexto de que os benefícios excederiam, e de muito, os danos (WALLERSTEIN, 1985, p.81).

Wallerstein (1985) propõe um estudo do sistema capitalista a partir da análise histórica desse sistema, que ele classifica de *sistema total*. Não lhe interessa o estudo do capitalismo a partir de conjunturas histórico temporais, caracterizadas pelos seus períodos de avanços e retrocessos, crescimentos e recessão por qual passou e ainda passa o sistema capitalista.

Em sua obra “*O Capitalismo Histórico*”, Wallerstein (1985) identifica o surgimento do sistema capitalista na Europa do final do século XV e que consegue se expandir em todo o mundo ocidental com o advento da Revolução Industrial. Desde então, o sistema capitalista tornou-se *integrado, global e total* que traz consigo um único objetivo: produzir acumulação de capital para promover sua própria expansão.

Wallerstein (1985) ressalta que o excedente, enquanto riqueza acumulada, também esteve presente em sistemas produtivos anteriores porém, sem o objetivo de produzir acumulação para sua própria expansão. O sistema agrícola, por exemplo, sempre trabalhou com a premissa da produção de excedentes para o consumo futuro e para as trocas no âmbito comunitário. Wallerstein (1985, p.70) classifica esse modelo como *temporalmente anterior ao capitalismo histórico* que se manifestou de uma forma muito específica que é a acumulação para promover sua *auto expansão*.

A intervenção dos acumuladores de capital, e portanto das máquinas estatais, na vida diária da força de trabalho foi geralmente muito mais intensa no capitalismo histórico do que nos sistemas históricos anteriores. A acumulação interminável de capital levou a pressões recorrentes para se reestruturar a organização (e a locação) do trabalho, para aumentar a quantidade de trabalho absoluto, e para realizar a reconstrução psicossocial da força de trabalho (WALLERSTEIN, 1985, p.56).

Wallerstein (1985) acredita que o sistema capitalista se consolidou na história a partir de uma característica específica: a acumulação interminável de capital para a sua *auto expansão*. Expansão sobre tudo e sobre todas as regiões do planeta, a partir das manufaturas e das relações comerciais entre os países. Alcançar todos os países do mundo, seja pela sedução, pela coação, seja comprando ou vendendo Wallerstein (1985) usa o termo *sistema mundo*, para identificar essa característica do sistema capitalista moderno.

Para Wallerstein (1985), o sistema capitalista avança em direção a uma acumulação interminável de capital, a ponto de mercantilizar todas as coisas e todos os espaços, incluindo o rural. O autor aponta que a *acumulação primitiva* reduziu ou mesmo aniquilou pequenas comunidades rurais em diversas regiões do planeta. A ideia de *eficiência econômica* pautada na produção estaria segundo Wallerstein (1985) atrelada à ideia de *progresso*, que foi incorporada por um Estado facilitador dos processos de *mercantilização de tudo*. Para Wallerstein (1985) a defesa e propagação da ideia de *progresso*, universalizou a ciência e a razão, tornando-as símbolos da legitimação da eficiência produtiva em nome da expansão e acumulação do capital.

A ciência, segundo Wallerstein (1985), sempre esteve atrelada ao sistema capitalista, que a financia e em contrapartida recebe novos produtos e novas tecnologias produtivas. A ideia de progresso foi incorporada ao modelo capitalista como um elemento natural, automático e inevitável. É o que o pensador chama de *impulso natural para a mercantilização de tudo* (WALLERSTEIN, 1985) que avança sobre os espaços domésticos, sobre as formas de

trabalho e produção e sobre os processos sociais no intuito de obter de lucros, acumulação e expansão.

Para Wallerstein (1985) as relações de troca comerciais entre os países se caracterizam, sobretudo, pela desigualdade e pela exploração dos países ricos ou *centrais* – economias com alta concentração e acumulação do capital – sobre os chamados países periféricos com baixo capital econômico acumulado. As relações entre os países centrais e os países periféricos, segundo o sociólogo, sempre será de desigualdade, com os primeiros sendo impondo vantagens comerciais sobre os segundos.

Essa relação talvez nos ajude a compreender as razões que motivam o capital internacional, aqui representado pelo Banco Mundial a financiar projetos no interior de Minas Gerais. A relação entre os países centrais e os periféricos para Wallerstein (1985) é utilizada para se analisar a estrutura geográfica dos fluxos econômicos no planeta, e demonstrar como os mercados centrais, principais produtores de acumulação de capital, se relacionam com os mercados periféricos.

Os países identificados como *centrais*, são aqueles cujas economias detém alta concentração e acumulação de capital, que Wallerstein (1985) denomina *regiões ganhadoras*. Já as chamadas *periféricas*, são as regiões que ele as classifica como *regiões perdedoras*. A relação econômica entre as duas ocorre de forma a manter a desigualdades entre os mercados. O centro se caracteriza também por se beneficiar de vantagens sobre os negócios realizados com os países periféricos.

A concentração de capital nas zonas centrais gerou a base fiscal e a motivação política para criar máquinas estatais relativamente fortes, entre cujas muitas capacidades estão em assegurar que as máquinas estatais das zonas periféricas se tornassem ou se mantivessem relativamente fracas. Poderiam assim pressionar essas estruturas estatais a aceitarem, e mesmo promoverem, uma maior especialização na sua reponsabilidade por tarefas inferiores na hierarquia das cadeias de mercadorias, utilizando forças de trabalho mais baratas e criando (reforçando) as importantes estruturas domésticas que assegurariam a subsistência das forças de trabalho (WALLERSTEIN, 1985, p.27).

2.3.1 - O centro e a periferia

Na tentativa de aproximar a discussão das regiões periféricas e compreender a relação com o *centro*, o pensador Eduardo Galeano (2011) analisou as origens dessa relação na América Latina e como Wallerstein (1985) identifica na divisão internacional do trabalho, um

dos principais responsáveis pela manutenção da relação comercial desigual entre o *centro* e a *periferia*.

Galeano (2011) em sua obra “*As veias abertas da América Latina*” traz a discussão do *centro* e da *periferia* para a realidade específica dos países da América Latina, cujas relações políticas e econômicas como os países centrais se mantêm desde o período da colonização, em uma condição de subordinação e dependência.

Para Galeano (2011) as relações desiguais dos países da América Latina como os países centrais se inicia com a espoliação da América Latina em 1492 com a chegada de Cristóvão Colombo a América Central. Desde então não parou mais. Os espanhóis saquearam tudo o que puderam. A exploração do ouro e prata foram apenas o começo das espoliações que estariam por vir: açúcar, algodão, café, borracha, cacau entre outros produtos sempre foram comercializados de forma a perpetuar uma situação econômica de dependência. A periferia se especializou em exportar alimentos e comprar manufaturas das economias centrais.

Foram as riquezas espoliadas da América Latina que permitiram segundo Galeano (2011, p.44), o desenvolvimento de muitos países europeus. O ouro e a prata das Américas abasteciam principalmente a Inglaterra, principal fornecedor de benfeitorias a tão dispendiosa monarquia espanhola do século XVI. Galeano (2011, p.88) aponta que ainda no século XVIII, com o fim do ouro e os diamantes em Minas Gerais, destinados em grande parte aos bancos ingleses, seu povo foi condenado a pobreza e a agricultura de subsistência em terras que já haviam sido tomadas pelo grande latifúndio.

Galeano (2011, p.182) denuncia o latifúndio que além de não absorver mão de obra, expulsa o homem da terra. Dentro desta perspectiva cabe problematizarmos que o PCPR é um programa desenvolvido pelo mesmo Estado que nas décadas de 1960 e 1970 implantou e financiou, com uso de capital internacional os latifúndios monocultores de pinus e eucalipto, na mesma região onde vinte anos depois, agora se propõe a combater a pobreza rural. O Estado vem agora implantar programas e projetos de cunho não apenas compensatórios, mas também paliativos, destinados a atender uma população rural que sobretudo entre os décadas de 1960 e 1980, foi expulsa de suas terras originais e deixadas à margem dos projetos de desenvolvimento do país que optou por beneficiar o grande latifúndio agrícola.

A relação do Brasil com os países centrais, dentro da perspectiva teórica de Galeano (2011) é, e sempre será dependência e espoliação. Hoje esta dependência se aprofundou, com relação ao mercado norte americano, principal economia capitalista do mundo. Outrora o FMI, agora o Banco Mundial continuam a manter estreitas relações com o governo brasileiro.

Nesse sentido, Galeano (2011) aponta que

A caridade internacional, não existe: começa em casa, também para os Estados Unidos. A ajuda externa desempenha, em primeiro lugar, uma função interna: a economia americana se ajuda a si mesma.(...)” (GALEANO, 2011 p.320).

Wallerstein (1985, p.92) defende a tese que o colapso do capitalismo será o resultado da soma de alguns fatores, dentre elas sua característica de *mercantilização de tudo*, aliado aos movimentos anticapitalistas espalhados pelo mundo e a crescente racionalização do pensamento. Para o sociólogo americano, o *sistema mundo*, traz consigo uma única certeza: acabará e se transformará em outra coisa, que não se pode dizer qual será e nem quando será. Isso graças a esse impulso do capitalismo histórico em se expandir sobre tudo, e sua impossibilidade de ser contido. Esse é um dos principais fatores responsáveis pela crise estrutural do sistema capitalista.

Esteva (2000) aponta que esse movimento de avanço ininterrupto do capital ‘*sobre tudo*’, o levou a problematizar sobre uma outra questão do qual chamou de *re-desenvolvimento*”. Para o autor, tanto o FMI e como o Banco Mundial atuam estrategicamente com ações de estímulo a promoção de refinanciamentos de dívidas dos países periféricos. O que ocorre também na concessão de novos projetos e políticas públicas, que acarretarão novas dívidas em nome de se desenvolver novamente o que foi mal desenvolvido. O *refinanciamento* de empréstimos é tratado como um processo natural e necessário ao sistema.

O termo *re-desenvolvimento* segundo Esteva (2000) inclusive é oficialmente adotado pelos órgãos de financiamento como sendo uma necessidade de “(...) desenvolver novamente o que foi mal desenvolvido ou está obsoleto (...)” (ESTEVA, 2000,p.71).

A obsessão com a competitividade, uma consequência do medo de ficar fora da corrida, obriga a que se aceite a destruição de setores inteiros do que foi “desenvolvido” nos últimos trinta anos. Sacrificados no altar do re-desenvolvimento, eles serão agora inseridos em planos transnacionais consistentes com as demandas do mercado mundial. (...) o re-desenvolvimento envolverá a colonização econômica daquilo que se chama de setor informal. Em nome da modernização, e sob a bandeira da guerra a pobreza – que, como sempre, lança os assalariados contra os pobres, e não combate a pobreza em si – o *re-desenvolver* o Sul significa desfechar o ataque último e definitivo contra a resistência organizada ao desenvolvimento e a economia. (ESTEVA,2000, p.72)

3 – A COMUNIDADE DO BREJÃO

Antes de apresentarmos a comunidade de Brejão abordaremos inicialmente o município de Claro dos Poções, de forma a compreendermos o contexto que levou o município a receber um projeto de combate à pobreza rural. Acreditamos que o contexto municipal é um importante componente para a análise do subprojeto implantado na comunidade.

3.1 – “Modus vivendi”

No Brasil, o sociólogo Antônio Cândido (2001) realizou pesquisas acadêmicas abordando os *modos de vida* e as *relações sociais* existentes em comunidades rurais do interior do Estado de São Paulo entre 1947 a 1954, período em que a tecnologias agrícolas começavam a ser introduzidas no Brasil, impulsionada pela ‘Revolução Verde’. Cândido foi um observador privilegiado dos primeiros impactos promovidos pela introdução de novas tecnologias agrícolas e as alterações nas dinâmicas sociais que elas promoveram. Seu trabalho resultou no livro ‘Os Parceiros do Rio Bonito’ (2001).

Cândido (2001) fez observações do avanço do capital sobre estas comunidades, e pode observar como as famílias reagiram e se reorganizaram frente à chegada das novas máquinas. Para o autor a modernização agrícola traria uma profunda alteração no ritmo e nas técnicas produtivas tradicionais ao introduzir máquinas que exigiam uma nova racionalização dos processos, novas necessidades de previsão, de cálculos, de receitas, de despesas e de medidas.

Nesse sentido Cândido (2001) apontou que toda a organização da vida social pode ser afetada com a ruptura dos equilíbrios existentes, incluindo equilíbrios nas esferas ambiental, econômica, cultural e social da comunidade. Essas alterações são pertinentes às sociedades, que são dinâmicas por natureza, mas que podem implicar determinadas alterações que afetem negativamente determinados laços de solidariedade familiar e comunitária, a que Candido (2001) conceituou de “*reorganização do comportamento*”.

Na esteira deste trabalho, os antropólogos Ellen e Klaas Woortmann (1997), realizaram um estudo etnográfico em comunidades rurais, porém desta vez, no interior do estado de Sergipe, do início dos anos de 1980. O trabalho resultou na obra ‘O Trabalho da Terra’ (1997), livro que traz reflexões sobre a necessidade do respeito às práticas produtivas tradicionais das comunidades sertanejas. Os autores apontam que, ao serem apresentadas

novas tecnologias produtivas, seja através de um agente público ou privado, é essencial respeitar o *saber fazer* tradicional dessas comunidades, fruto das tradições e culturas acumuladas ao longo de séculos.

Assim como apontou Cândido (2001), os antropólogos Woortmann (1997) identificaram nas relações de trabalho das comunidades *sertanejas*, o seu elemento central. Ainda que o trabalho seja realizado sem uso de máquinas e equipamento agrícolas, ele traz consigo significados culturais e históricos que estão na base das relações sociais e produtivas das famílias. A introdução intempestiva de máquinas, equipamentos e novas tecnologias agrícolas em determinadas comunidades tradicionais, pode comprometer as relações sociais e produtivas ali existentes.

Para esses pesquisadores, o espaço rural é um espaço de produção e reprodução social que envolvem ritos, símbolos, saberes, métodos, práticas produtivas, culturas e ideologias que lhes são próprios, e que precisam ser respeitados. Não respeitá-los poderá afetar toda uma organização da vida social, incluindo impactos nas esferas produtiva, ambiental, econômica, cultural e social da comunidade (CANDIDO, 2001, p.205).

Segundo os Woortmann's (1997), o trabalho agrícola do camponês não pode ser pensado isolado de outros elementos como a terra, a família e o gênero. O trabalho agrícola constitui um elemento *moral e ideológico* que se configura como um tipo de "linguagem" que traz muitos significados.

Os Woortmann's (1997) identificaram em cada etapa do trabalho camponês, em cada tarefa e em cada ferramenta de trabalho a presença de significados culturais e históricos. É no trabalho produtivo que acontecem importantes ritos de passagem, como o que se verificou na transmissão de tarefas e saberes entre pais e filhos homens, futuros herdeiros da propriedade. O trabalho não tem sentido sem a história, os saberes e a cultura das famílias *sertanejas*, responsável por transmitir valores que dão significados ao trabalho produtivo e a própria vida.

Mas o *saber fazer* camponês, segundo Woortmann (1997) não é estático, e não se contrapõe a novas tecnologias. Ele apenas tem o seu tempo para promover as mudanças e adaptações necessárias. Mudanças impositivas podem desestruturar as bases de toda a organização familiar. Questionar métodos e práticas produtivas historicamente aplicadas, em detrimento de novas tecnologias pode comprometer inclusive a relação hierárquica familiar que existe entre os pais e os filhos, por exemplo. Os filhos detêm uma clara posição de aprendizes dentro da estrutura familiar. Quando novos sujeitos assumem o papel de ensinar métodos produtivos e de corrigir outros, a posição do pai, que tradicionalmente é o detentor

do saberes produtivos, que ensina, administra e define a divisão social do trabalho na propriedade, tem sua função ameaçada.

Costa (1997) aponta que algumas comunidades poderão preservar mais determinados traços culturais tradicionais em detrimento de outras, a medida que algumas comunidades podem assimilar de forma mais rápida determinadas práticas e experiências urbanas. Essa assimilação será responsável por promover alterações nas dinâmicas das solidariedades empregadas nos sistemas de trabalho, nos sistemas produtivos, cultura e social destas comunidades.

A expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (mormente ajuda mútua), cortando as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica (CANDIDO, 2001, p.212).

O *saber fazer* produtivo é um elemento central na delimitação das hierarquias dentro da unidade produtiva familiar, e responsável por definir a divisão social do trabalho dentro da propriedade. As populações norte mineiras também possuem uma identidade própria e uma cultura singular que Costa (1997) chama de “modus vivendi”, que são características se fundamentam e se estabelecem a partir de regras consensuais de comportamento horizontalizados, pautadas pela solidariedade e coletividade normalmente estabelecidas por laços familiares de vizinhança ou compadrio.

Costa (1997) em seu trabalho aponta que o trabalho e a produção coletiva é uma prática de trabalho comum no Norte do Estado e muito presente na cultura das comunidades rurais. Núcleos camponeses já utilizavam da produção coletiva de suas atividades, motivados sobretudo pelos laços de parentesco, compadrio e vizinhança. Nesse sentido, os laços de solidariedade percebidos na comunidade de Brejão, pela sua forma de organização e mobilização para as atividades coletivas, vem como um componente histórico e cultural. O autor aponta que a cultura norte mineira

é o resultado do caldeamento de modos de comportamento, relações, saberes e fazeres de etnias diferenciadas que se colocaram em contato no território norte-mineiro bem como as transformações verificadas, com o passar do tempo, em função das articulações das populações existentes com homens de outras regiões (COSTA,1997, p.82).

Costa (1997) observa que a base econômica do norte de Minas Gerais sempre foi privilegiada. Historicamente se destacou a criação extensiva de gado “na larga”, solto nas chapadas, que constituiu uma de suas mais importantes reservas de valor. Além da pecuária Costa (1997) ressalta atividades agrícolas voltadas ao cultivo de feijão, arroz, milho, mamona, algodão, cana de açúcar, mandioca, melancia, quiabo entre outros que eram destinados para o consumo e também para a comercialização da produção excedente.

3.2 - Claro dos Poções, Minas Gerais.

A história do município de Claro dos Poções, me foi inicialmente apresentada, pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Claros dos Poços, que nascido no município foi um dos entrevistados desta pesquisa. Segundo o Secretário, o município surge no povoado de Pouso Alto, localizado no alto da serra que circunda a cidade. Era um local que servia de tradicional parada de tropeiros que pernoitavam na localidade antes de seguir viagem. Ali acontece o primeiro povoamento da área municipal.

O Secretário aponta que a história também passa por um outro povoado, o de Água Boa, que por volta de 1920 com sua população receosa de uma epidemia da lepra (ou Hanseníase) na comunidade, passou a impedir que pessoas mortas, que tivessem apresentado sintomas da doença fossem enterradas na localidade. Quando uma família foi impedida de enterrar seu ente na comunidade, resolveram então realizar o enterro em uma região mais afastada. A área escolhida era de baixada e com o tempo outras famílias também passaram a enterrar seus familiares na mesma área. “A cidade surgiu entorno de um cemitério quando descobriram que era uma região de terra boa” aponta o Secretário.

Segundo o sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística²⁵ (IBGE) após a construção do cemitério, em 1922 deu-se início a construção de uma capela, concluída em 1923, ano em que foi realizada a primeira missa. A partir desse momento, casas e pequenos comércios começaram a ser edificados em torno do cemitério e da Igreja, dando início ao povoamento. Essas áreas foram doadas por fazendeiros da região. O Secretário conta que em 1940 um agrimensor chamado José Olegário Lacerda, vindo de Jequitaiá elaborou um mapa urbanístico para a cidade. “Aqui toda rua é larga, dá para passar um caminhão, melhor do que dirigir que em Montes Claros”, aponta o Secretário.

²⁵ IBGE (2018).

A comunidade de Claro dos Poções pertencia ao município de Jequitaiá. Emancipou-se e elevou-se a categoria de município em 1962, com a denominação de Claro dos Poções pela Lei Estadual nº 2764, de 30/12/1962. O governador nomeou um Intendente que coordenou a implantação do município até a realização da primeira eleição municipal em junho de 1963. O Secretário Municipal aponta que

Desde então a agropecuária permaneceu como a principal fonte de trabalho e renda na região, é a base da nossa economia com destaque para a produção de hortaliças, frutas, carne e leite. São 1.200 agricultores ou produtores rurais cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e no escritório local da EMATER/MG (Secretário Municipal).

Segundo o IBGE²⁶ em 2010 o município contava com uma população de 7.775 habitantes dos quais 5.251 (67,54%) residiam na área urbana e 2.524 (32,46%) na área rural do município. A população em 2000 era de 8.193, já a população estimada²⁷ para o ano de 2018 era de 7.590 habitantes, uma redução estimada de 603 indivíduos no período de dezoito anos.

Segundo o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Claro dos Poções, o município é pequeno. Não há indústrias e a fonte principal de trabalho e renda é a agricultura. “Não há indústria, mas quem quiser trabalhar não falta trabalho na roça. Todo dia tem dois ônibus que sai levando gente para fazendas de banana aqui no município” conta o Secretário. No município há duas grandes fazendas de banana irrigada. Perguntado sobre como está organizado o sistema fundiário no município, o Secretário é categórico: “Todos aqui tem um pedacinho de terra; a maioria de até 2000 hectares. No máximo 10 produtores são acima de disso”.

Essa informação foi confirmada pelo técnico do escritório local da EMATER/MG. Segundo ele o município tem cerca 10 a 15 produtores rurais que estão acima da média. “(...) De fato a renda do município vem da agropecuária e da horticultura. Há produção em larga escala de rúcula, quiabo, alface, brócolis, milho verde, abóbora, mandioca. O gado tanto de leite como de corte são de excelente qualidade (...)” apontou o técnico.

Dados preliminares do Censo Agropecuário do IBGE²⁸ (2017) apontam que o município possui 847 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área total de

²⁶ IBGE (2018)

²⁷ Ibidem.

²⁸ IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados preliminares.

52.572 km². Em 841 propriedades utiliza-se mão de obra familiar. Destas, 173 propriedades utilizam eventualmente mão de obra com pessoas sem laços de parentesco. 67 propriedades possuem tratores, 12 possuem semeadeiras/plantadeiras, 8 possuem colheitadeiras e 16 propriedades possuem adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário.

Quanto ao sistema de preparo do solo para o plantio, os dados apontam que 44 propriedades utilizam sistema de cultivo tradicional com uso de adubos para correção da acidez do solo, 46 plantam direto na palha, e 609 propriedades praticam o cultivo mínimo²⁹.

3.2.1 - Índices econômicos e sociais do município

O *Diagnóstico Multidimensional da Pobreza Rural* (FJP, 2017) aponta em relação a população de Claro dos Poços/MG que existe um percentual de até 25% de pobres, e de até 10% de indivíduos considerados extremamente pobres no município. A metodologia da pesquisa considerou os municípios com população inferior a 20 mil habitantes, como totalmente rural. Claro dos Poços enquadra-se nesta categoria.

Extremamente pobres são os indivíduos cuja renda familiar per capita é igual ou menor que R\$ 70,00 e pobres aqueles cuja renda familiar per capita se encontra entre R\$70,00 e R\$ 140,00 (valor de referência agosto de 2010 – ano censitário)

Segundo o *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal* (IDHM)³⁰ de Claro dos Poços, cujos elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP), que utiliza as variáveis expectativa de vida ao nascer, escolaridade da população adulta e renda per capita para elaboração dos índices apontam para uma melhora considerável na qualidade de vida da população ao longo dos últimos anos. Quanto mais próximo de ‘1’ for o índice, maior o desenvolvimento humano no município³¹.

Em 1991 o IDH-M de Claro dos Poços, foi de 0,318, em 2000 de 0,537 e em 2010 o índice foi de 0,670. Os dados são extraídos das informações dos Censos demográficos realizados em 1991, 2000 e 2010. Claro dos Poços, segundo a metodologia do programa, possui um índice considerado médio, em relação aos demais municípios do Estado.

Segundo o *Índice Mineiro de Responsabilidade Social* (IMRS) elaborado FJP³² o percentual da população de Claro dos Poços com renda domiciliar per capita igual ou

²⁹ Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados preliminares.

³⁰ Atlas do Desenvolvimento Humano, (2018).

³¹ *Ibidem*.

³² FJP, 2018.

inferior a R\$ 140,00 entre os anos de 2000 e 2010 diminuiu, o que indica uma diminuição dos índices de pobreza no município.

Em 2000, 50,7% da população se enquadrava na categoria de pobreza, em 2010 são 21,5% da população nesta condição. O percentual de pessoas consideradas *extremamente pobres* é de 8,23% da população, baseado no Censo de 2010. Segundo a instituição esse fenômeno ocorreu em virtude o crescimento médio da renda per capita, que era de R\$ 392,13 em 2010 e passou a R\$ 516,85 em 2016.

Entretanto, segundo estudo ‘Diagnóstico Multidimensional da Pobreza’³³ (FJP,2017) elaborado Fundação João Pinheiro aponta que apenas 1 % da população de Claro dos Poções possui renda *per capita* igual ou superior a um salário mínimo.

Tabela 6 - Percentual de pessoas por faixa de renda em relação ao salário mínimo em Claro dos poções no anos de 2015

Salário mínimo	Percentual da população
Até ¼	65 a 75%
Entre ¼ e ½	10 a 15%
Entre ½ e 1	3 a 6%
1 ou mais	0,5 a 1%

Fonte: FJP, 2017. Quadro elaborado pelo autor.

A FJP (2017) aponta que a situação de pobreza no município, decorre não apenas do seu nível de renda per capita, mas também do grau de desigualdade de renda entre seus habitantes. Em 2010, os 10% mais ricos detinham 31,54% da renda total, ao passo que os 60% mais pobres ficavam com apenas 30,31% dela.

A desigualdade na distribuição de renda em Claro dos Poções é um fenômeno que também foi observado no mundo. Segundo o ‘Relatório Mundial da Desigualdade’ dos economistas Thomas Piketty e Gabriel Zucman, as taxas de concentração de renda e desigualdade social cresceram em todo o mundo desde a década de 1980.

Os pesquisadores apontam que 76 milhões de pessoas, o equivalente a 1% da população mundial, ficaram com mais de um quarto da fortuna (27%) criada entre 1980 e 2016.³⁴ A melhoria dos índices do IDH-M e a diminuição da pobreza em Claro do Poções entre os ano de 2000 e 2010 está também, relacionado ao mercado de trabalho neste período. Segundo IMRS, a taxa de atividade da população adulta (18 anos ou mais) cresceu de 60,92%

³³ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

³⁴ Portal: JN-Jornal de Notícias (2017).

em 2000 para 67,23% em 2010, ao passo que a taxa de desocupação nessa mesma faixa etária passou de 10,54% para 5,85%.

Importante destacar que a economia brasileira passou por um período de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)³⁵ per capita entre os anos 2004 a 2009 e entre 2010 e 2013. Os anos de 2014, 2015 e 2016 foram de recessão econômica cujos reflexos dos índices de pobreza, taxas de emprego e renda serão melhor identificados no Censo de 2020.

Quando perguntado ao Secretário se o nome do Projeto de Combate a Pobreza Rural (PCPR) era condizente com a realidade da zona rural do município, ele respondeu a questão de forma enfática:

Pobreza é um termo muito forte. Tem palavras que o soar degrada o sujeito. Sujeito que tem saúde não é pobre. Pobre é quem não tem saúde. Carência sim. Carência de atenção do governo que deveria investir mais em infraestrutura. Aqui o povo é igual. Nós aqui não temos pobreza não. Não tem essa questão não! Aqui tem produtor que tem loja no Ceasa de Belo Horizonte. Aqui toda segunda e quarta sai caminhão para o Ceanorte em Montes Claros. A Nestlé e a Itambé buscam leite todo dia nas fazendas aqui do município. Aqui o pessoal nunca foi dependente do governo pra trabalhar. (Secretário Mun. de Agricultura e Meio Ambiente, 2018).

Por se tratar de uma liderança política no município, acreditamos que o Secretário, cumpre seu papel, de maneira legítima, ao abordar a questão de forma política. Ainda que em seu papel de exaltar as características da população que representa, ele encerra o tema comentando: “Mas um programa que acho que deveria voltar era o *Água para Todos*, que distribuiu no município 197 caixas de 16 mil litros. Esse foi um excelente programa”.

O último apontamento do Secretário Municipal demonstra uma contradição com sua fala inicial. Ao mesmo tempo em que ele minimiza a relevância das políticas públicas no município, o Secretário não se furta em reconhecer a importância de um destes programas. Entretanto, sua análise se contrapõe ao que verificamos no vilarejo de Brejão, que só surgiu e se viabilizou em torno das diversas políticas públicas que ali foram implantadas.

Perguntamos ao técnico do escritório da EMATER/MG de Claro dos Poções, quais as políticas públicas rurais estavam em processo de implantação ou foram recentemente implantadas no município. Segundo o técnico, a principal característica econômica do município que é a agricultura, com destaque para a horticultura, a pecuária de corte e a produção leiteira. Segundo ele o gado é de qualidade e quase todas as propriedades rurais do município possuem um poço artesiano para irrigação.

³⁵ IBGE, 2018

O técnico nos apresenta um breve levantamento das principais políticas públicas em andamento no município nos últimos dois anos (2017 e 2018) e que contaram com a operacionalização do escritório local da EMATER-MG do município no atendimento a 22 associações comunitárias no município, todas em atividade.

Tabela 7 – Políticas sociais em Claro dos Poções (2016-2018)

Programa	Fonte principal do recurso	Características principais
Programa Brasil Sem Miséria	Governo Federal	Atende 45 famílias no município disponibilizando R\$ 2.400,00 para cada família iniciar uma atividade agrícola. 30 projetos de avicultura foram aprovados;
Programa Garantia Safra	Governo Federal	Atende 138 famílias, indenizando com o valor de R\$ 850,00 as perdas da lavoura em função da seca. O valor do seguro para o produtor é de R\$ 17,50;
Programa Agroamigo Banco do Nordeste	Governo Federal	Beneficiou 140 famílias em 2017 com financiamento de até R\$ 5 mil com desconto de R\$ 1,250,00 para pagamentos sem atraso. Os pagamentos são feitos em duas parcelas, uma por ano. Em 2017 atendeu 140 famílias com renda anual de até R\$ 20 mil com a concessão de financiamentos produtivos;
Programa Água para Todos (2016)	Governo Federal	4 poços artesianos foram instalados no município através do IDENE.

Os programas elencados são de atuação exclusiva dos municípios abrangidos pela SUDENE. São iniciativas direcionadas a agricultura familiar e todos tem, como princípio, fornecer condições mínimas de sobrevivência e permanência do pequeno agricultor familiar no meio rural. Até 2014 o técnico destaca o Programa Minas Sem Fome, de iniciativa do Governo de Minas Gerais que foi encerrado com a posse de um novo governo (Romeu Zema, 2019-2022).

Observamos que nos casos dos três primeiros programas elencados, eles atuam de maneira pontual, ao nível da família. Não são de cunho coletivo, e os valores de financiamento disponibilizados são de até R\$ 5 mil. Ainda que consideremos socialmente relevantes as iniciativas governamentais, os valores propostos por estas políticas públicas estão muito aquém dos valores ofertados aos médios e grandes proprietários rurais na região. Os valores dos programas destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social ou pobreza rural são insuficientes para iniciar algum tipo de atividade produtiva que prime por realmente promover uma significativa geração de trabalho e renda para as famílias beneficiárias destes programas.

No município de Claro dos Poções/MG nove comunidades rurais receberam recursos para a execução de projetos PCPR/MG. A comunidade rural de Brejão através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Brejão demandou dois subprojetos, um produtivo e um de infraestrutura que foram elaborados para atender uma fabriqueta de farinha de mandioca artesanal que já existia na comunidade.

Fonseca (2004) aponta que o PCPR/MG então com a nomenclatura PAPP I também foi operacionalizado no município de Claro dos Poções entre as décadas de 1980 e 1990.

Ações governamentais que visam propiciar aos pequenos produtores rurais a racionalização de seus recursos vêm sendo implementadas. Programas governamentais, como o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar) – que consiste em financiamento de culturas como cana-de-açúcar, mandioca, bananas, formação de pastagens e, ainda, o financiamento para a compra de gado leiteiro, são ações realizadas na região de forma incipiente. Outro programa de assistência, o Programa de Apoio ao Pequeno (PAPP), cujos recursos disponibilizados eram dos governos Estadual e Federal, tinha por finalidade a eletrificação rural, perfuração e equipamento de poços artesianos, aquisição de maquinários e insumos agrícolas, construção de sedes de associações, pontes e conservação de estradas vicinais. Esses recursos foram disponibilizados entre as décadas de 1980 e 1990, atendendo às comunidades rurais (FONSECA, 2004, 103).

Entre 1991 e 2010 houve aumento do IDH-M no município de Claros dos Poções impulsionados sobretudo pela melhoria da renda per capita no município no mesmo período. Em 2000 50,7% da população se enquadrava na categoria de pobreza, em 2010 são 21,5% da população. O percentual de pessoas consideradas *extremamente pobres* é de 8,23% da população, com base no Censo de 2010.

3.2.2 - A questão da água: quando *poções* e *brejões* secam

Claro dos Poções conta com uma extensão territorial de 720,424 km², que corresponde a 72.042 hectares. Segundo Fonseca (2004, p.99) o município apresenta paisagens variadas, com a “presença de chapadas, veredas, matas, cerrados e uma transição do cerrado já para a caatinga nordestina” com um período de clima seco que vai de abril a setembro.

Segundo o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, por se caracterizar como uma região de baixada, de fundo de vale, quando chovia muitos *poções* de água se formavam na região. Para alimentar o gado, os vaqueiros então transportavam suas criações para as regiões mais altas, é identificada como ‘claro’, sem vegetação, que se pode enxergar de longe. O nome Claro dos Poções segundo o Secretário, está relacionado aos ‘poções’ de

água que se formavam e permaneciam durante os períodos de seca e a essa necessidade que os vaqueiros tinham de levar o gado para o Claro (alto) em busca de alimento.

Junto a essa característica hidrológica da região, o município de Claro dos Poções é banhado por dois rios, o Traíras e o São Lamberto, sendo este último o que abastecia a comunidade de Brejão. Os rios nascem ao norte, no município de Montes Claros e são responsáveis por também abastecer a cidade. Segundo informações dos moradores da região, nos últimos anos esses rios praticamente secam em determinados meses. Deixaram de ser perenes.

Para um município cuja relação com a água está no nome, a realidade que foi verificada em 2018 se contrapõe a essa característica. Segundo o técnico da EMATER/MG o principal rio da região, o Rio São Lamberto “Virou um córrego. A irrigação tornou-se a principal alternativa de água no município. Apenas os produtores que tem poço artesiano conseguem sobressair”.

Nesse sentido, Fonseca (2004) aponta que

No tocante à hidrografia o município de Claro dos Poções é banhado por dois rios, o rio São Lamberto e o rio Traíras, que nascem ao norte do município, e por vários córregos que abastecem a região, e no percurso que fazem, cortando o território, sofrem diversas agressões ambientais. Suas margens são utilizadas para a exploração de areia para construção e está em estágio de degradação já bem avançado. Um outro fator de preocupação é a irrigação inadequada. Os recursos hídricos não são suficientes para manter todas as atividades do município, sendo necessária a utilização de outros recursos como poços artesianos, abertura de cisternas nos quintais, bem como a utilização de caminhões pipas para o abastecimento de água para o uso doméstico (FONSECA, 2004, p.113).

O Secretário Municipal aponta que entre 2013 e 2018 a irrigação diminuiu muito em todo o município segundo ele, “ (...) porque os rios praticamente secaram (...)”. A Secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Claro dos Poções, que também é produtora rural nos conta que “os pequenos pararam de irrigar, mas os grandes não. As maiores fazendas do município são irrigadas”. Segundo outro membro do Sindicato dos trabalhadores rurais

antigamente todo mundo tinha um pouco de milho, feijão, mandioca, cana, galinha, porco e gado, que sempre foi forte na região. Antigamente chovia muito. Hoje o município tem muito poço artesiano, em quase toda propriedade rural. Os desmatamentos fizeram as chuvas acabar.

A exceção do técnico da EMATER/MG e do Secretário Municipal, todos os demais entrevistados relacionaram a atual crise hídrica aos processos de desmatamento na região e plantio de eucalipto a partir da década de 1970. Os depoimentos vão de encontro aos dados levantados pelo Projeto MapBiomass³⁶ que apontou que a área de floresta plantada em Claro dos Poções, passou de 22,7 hectares em 1985 para 969,4 hectares em 2017.

Entretanto o aumento da área de plantio no município de Claro dos Poções não reflete a expansão da área de cultivo nos 89 municípios do norte do Estado de Minas Gerais. Utilizando ferramentas de sensoriamento remoto e utilização de imagens de satélite, Esdras et.al (2012) identificou que a partir de 1986 houve uma redução de 38% nas áreas de floresta plantada de eucalipto no norte do Estado, mas que permanece com a maior extensão de florestas de eucalipto do país com mais de 1 milhão de hectares plantados.

Sr. Antônio de 91 anos, morador da comunidade de Brejão há 70 anos nos conta que a comunidade levou esse nome por tratar-se de uma região em que durante e depois dos períodos de chuvas, “virava um grande brejo” onde “brotavam muitos olhos d’ água na terra que duravam meses”. D. Raimunda de 87 anos, esposa do Sr. Antônio complementa a informação nos contando que “(...) chovia muito antigamente, mas depois que plantaram o eucalipto e desmataram a beira do rio, tudo acabou. A *desmatação* acabou com a chuva (...)”.

D. Maria Solidade Pereira, também moradora antiga da comunidade, que foi entrevista em outro momento, conta que

O arroz era plantado no brejo, a água batia na canela. O nome Brejão vem da quantidade de água que tinha essas terras. Tem mais de 20 anos que não planta mais arroz aqui (...) “A vida era tão boa que a gente colhia feijão e arroz também perdia porque chovia muito (D. MARIA SOLIDADE).

A característica alagadiça da região talvez esteja relacionada à sua localização, na parte baixa de um vale e `as margens de um rio. A comunidade que antes plantava arroz em áreas alagadas de brejo, tornou-se dependente de dois poços artesianos, cuja água, segundo informações ‘é muito calcária’. Não existem mais áreas alagadas nem na comunidade e nem na região segundo os entrevistados.

Os depoimentos sobre a escassez de chuvas e a diminuição de disponibilidade em períodos anteriores recentes, foi pontuado por todos os entrevistados. Conforme aponta Fonseca (2004) essa impressão coletiva tem fundamento.

³⁶ Portal Projeto MapBiomass (2018).

O levantamento do índice pluviométrico da região, entre o período de 1964 e 2001, mostra uma diminuição da quantidade de chuvas na região entre as décadas de 1960 – 1970, quando ocorreu uma média de 1100 mm anual de chuva. A década de 1970-1980 foi considerada a época que mais choveu na região (cerca de 1400 mm anuais). Nas duas décadas que se seguiram houve uma diminuição das chuvas para 1000, na década de 1980, e para 800 mm, na década de 1990. O índice pluviométrico das últimas décadas tem tido uma média de 1.070 mm/ano. Os anos de 1967, 1976, 1977, 1983, 1990 e 1995 tiveram maior incidência de seca no município (FONSECA, 2004, p.102).

A característica do cultivo em áreas alagadiças que foi nos contada pelos moradores de Brejão, que é um sistema de cultivo que não é mais possível na região, foi abordada por Costa (1997), que aponta que esta técnica historicamente foi muito utilizada em diversas regiões do norte do Estado, antes da chegada da monocultura eucalipto, quando havia maior disponibilidade de água.

A agricultura foi praticada de maneiras variadas pelo homem sertanejo. No período das cheias, o sertanejo se instalava no cerrado e, derrubando a mata, ali fazia a sua roça; na estiagem, ele se mudava para as regiões ribeirinhas, onde a vazante das águas deixava terrenos semialagados e ilhas (áreas extremamente férteis) e cultivava a sua plantação até que as chuvas reiniciassem obrigando-o a retornar aos gerais (COSTA, 1997,p.85).

Essa passagem reforça a característica apontada pelo mesmo autor das diferentes formas de adaptação que os homens e as mulheres desta região do Estado utilizavam para produzir. A criação de pequenos animais, a caça, a pesca, o plantio e a coleta de frutos nativos representavam atividades fundamentais para a alimentação, a fabricação de utensílios e ferramentas, o processamento de alimentos diversos. A fartura de alimentos foi uma das características apontadas pelos entrevistados em relação ao passado da comunidade de Brejão.

3.3 - A comunidade de Brejão

A comunidade rural de Brejão está localizada a 78 km de Montes Claros e a 4 km da área urbana do município de Claro dos Poções. Se encontra às margens da rodovia LMG 679, que é o principal acesso a cidade. Brejão se encontra à margem esquerda do rio São Lamberto que abastece Claros dos Poções. Segundo os moradores da região este rio era perene e profundo há cerca de 15 anos, atualmente encontra-se praticamente seco. A comunidade se localiza na parte baixa de um grande vale cercado por chapadas onde há o plantio extensivo

de eucalipto. Atualmente conta com aproximadamente trinta famílias que estão distribuídas em lotes de 360 m².

As visitas a campo ocorreram entre julho e novembro de 2018. Foram realizadas um total de doze entrevistas semiestruturadas que identificamos serem importantes para nos ajudar a conhecer o projeto na comunidade, e responder as perguntas que motivou esta pesquisa. Foram nove moradores da comunidade, um técnico do escritório local da EMATER-MG de Claro dos Poções, o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do Município e um representante do Sindicato dos trabalhadores rurais.

A comunidade se formou ao redor de grandes propriedades como a de Sebastião Mota, a de João Gonçalves, e a do 'Dr. Alfeu' que, segundo relatos, foi proprietário da fazenda que mais empregava a mão de obra local. Dr. Alfeu era médico e sua fazenda de 742 alqueires produzia variedades de hortaliças que eram comercializadas em Montes Claros. Chegou a possuir 800 cabeças de gado. As entrevistas apontaram que o Dr. Alfeu - já falecido - como um homem que foi muito respeitado na região. Nunca foi político, mas ajudava muito as pessoas, tanto funcionários como os moradores da comunidade. Sua fazenda empregava pessoas da comunidade para vários tipos de atividades agrícolas, como atividades de vaqueiro, roçado e plantio e colheita de hortaliças e leguminosas diversas. Atualmente sua propriedade é administrada pelo neto que optou pelo plantio extensivo de banana.

A comunidade de Brejão segundo os entrevistados, mantinha uma ligação econômica e ao mesmo tempo afetiva com a fazenda de Dr. Alfeu. Nenhum dos entrevistados fez qualquer observação depreciativa em relação ao fazendeiro. Pelo contrário, todos ressaltaram sua bondade e seu comprometimento com a comunidade.

Esse tipo de relação foi abordado por Costa (1997) ao analisar as primeiras configurações da ocupação e povoamento do norte de Minas Gerais. O autor destaca que a figura do "coronel" utilizava do seu poder econômico e político para submeter os camponeses a relações horizontalizadas de compadrio e favores. Esse tipo de relação prevaleceu, sobretudo, até a revolução de 1930, quando a modernização do Estado brasileiro leva os grandes fazendeiros a se inserirem em suas estrutura, e manter as relações horizontalizadas com região de uma outra maneira.

A Fazenda de Dr. Alfeu é vizinha a comunidade de Brejão, que surgiu a partir das propriedades rurais da famílias Coelho, dos Azevedo, dos Belizario, dos Lopes e de D. Bilê e de seu filho José Pereira Azevedo, que foi o responsável por mais recentemente, fazer o loteamento de parte de sua propriedade de 3 hectares, em 1995.

O loteamento se concentrou às margens da estrada principal de dá acesso a zona urbana de Claro dos Poções formando uma pequena vila com cerca de 30 lotes. Os lotes foram adquiridos principalmente por descendentes dos primeiros moradores e seus novos núcleos familiares.

Os entrevistados apontaram que a região há cerca de 40 anos era uma grande produtora e fornecedora de alimentos diversificados. Colhia-se fava, milho, feijão, arroz, cana e mandioca, tudo com muita fartura. José Emiliano, 54 anos e Romeu, 60 anos, são nascidos na comunidade. Moraram alguns anos fora. Emiliano retornou de Contagem/MG em 1995 e Romeu de Belo Horizonte em 1997. Ambos apontam que a comunidade também produzia muita farinha e rapadura. Essa vocação histórica para a produção de farinha também será confirmada em outras entrevistas.

José Emiliano ressalta que

Tudo o que se plantava colhia. Chovia muito. A gente ficava até 3 meses sem ver o sol. Mas o desmatamento para plantar capim acabou com a chuva. O que traz a chuva é a árvore ! (JOSÉ EMILIANO)

Emiliano salienta que neste ano perdeu 80% do que plantou em seu quintal de aproximadamente 150m². Emiliano é solteiro e mora sozinho na casa em que morava junto com sua mãe, já falecida. Sua casa é as margens da estrada. Trabalha com diversas atividades “de roça” em outras propriedades. Mas conta que atualmente está parado, sem serviços. O grande problema na comunidade hoje, segundo ele, é a “falta de serviços”.

Romeu, seu amigo de infância corrobora a informação. Para ele a falta de empregos na roça vem sendo observado por ele desde a década de 1990. Romeu também é solteiro e mora sozinho. Atualmente sua renda vem da fabricação de remédios medicinais e em sociedade com outros dois produtores, fruto de um curso realizado por ele através do SENAR. Sua renda principal vem da comercialização de medicamentos diversos, sobretudo, em feiras semanais quem acontecem em Montes Claros. Romeu aguarda pelo seu processo de solicitação de aposentadoria rural.

Ambos residem em casas pequenas, cercadas por arame farpado, com insignificante área de plantio, mas observam que apesar da falta de chuvas, e da falta da oportunidade de empregos, gostam da comunidade em função de sua tranquilidade. Voltaram a morar na comunidade porque “nascemos nela” e “todos são parentes”. Apontam também que hoje a comunidade tem mais idoso do que crianças.

Romeu conta que todas as cisternas da comunidade secaram e quem tenta furar, não encontra. A água na comunidade é fornecida exclusivamente por dois poços artesianos. Dois estão em funcionamento há mais de 20 anos e foram instalados pela CODEVASF. O terceiro poço mais recente, apesar de estar perfurado, aguarda por canos e um padrão de energia que foram prometidos pela prefeitura. O poço artesiano foi adquirido, segundo Helena Cristina, atual Vice Presidente da Associação, via emenda parlamentar em 2016. Em 2012 a comunidade recebeu através de projeto do IDENE, 50 hidrômetros que foram instalados nas residências da comunidade para o controle do consumo de água e pagamento da conta de energia do poço artesiano.

A secretária da associação faz a leitura dos hidrômetros em todas as casas da comunidade para o cálculo do consumo de cada morador. A conta de luz do poço é dividida pela quantidade que cada morador consumiu de água. Os cálculos de consumo são feitos pela diretoria da Associação. A fabriqueta de farinha utiliza da mesma água do poço da comunidade para a sua produção. Segundo Cristina - como é mais conhecida - a produção do polvilho é o que consome a maior quantidade de água, cerca de 500 litros de água por dia de produção de farinha e polvilho, que é rateado entre as pessoas que participaram da produção da farinha.

A redução da oferta de água na comunidade tem motivado a implantação de uma série de políticas públicas que buscam amenizar os efeitos da escassez de água, sobretudo nos períodos de seca. A comunidade de Brejão já teve acesso as seguintes políticas públicas segundo Cristina: Projeto de construção de banheiro (FUNASA); Projeto de combate ao barbeiro da Chagas/ Programa de melhoria de moradias: 30 famílias beneficiadas com fornecimento de madeiramento e telhas (FUNASA)³⁷; 2 poços artesianos (CODEVASF); 1 poço artesiano³⁸ (emenda parlamentar); 50 Hidrômetros (IDENE); 11 caixas de captação de água de chuva de 16 mil litros (Programa Água para Todos); 1 tanque de expansão de leite³⁹, mudas frutíferas, sementes e pintainhas (Programa Minas sem Fome); Programa de Garantia Safra; Bolsa família; PCPR e Agroamigo (Banco do Nordeste). O vilarejo surge com a abertura dois poços artesianos na comunidade.

³⁷ Segundo Cristina “ todas as casas pra mim precisavam ser reformadas. Todas foram pra o sorteio e apenas 30 foram contempladas com reforma de telhado. Hoje, acredito que tem umas 20 precisando” novamente

³⁸ Ainda não está em operação.

³⁹ O tanque está há mais de 10 anos na comunidade. Foi utilizado apenas nos primeiros anos. “Na época da demanda deste projeto, muitos associados tinham vacas de leite” segundo Cristina que também informa que os laticínios não querem mais pegar leite comunitário. Alegam que a qualidade varia de produtor para produtor em função da higiene no processo de coleta do leite e também no tratamento do animal. “Está muito grande para uma pessoa apenas utilizar.. associação pretende vende-lo ou trocá-lo por outro tanque menor”.

3.4 - O surgimento de um vilarejo dentro da comunidade

Segundo informações do Sr. José Lúcio Soares de Azevedo, 68 anos, neto de D. Bilê, a intenção do seu pai era dividir a propriedade para doar aos sete filhos. Para isso, dividiu sua propriedade de 3 hectares em lotes de 360m² as margens da estrada que dá acesso a sede do município. Com a divisão, todos os filhos foram contemplados e muitos lotes foram disponibilizados para a venda. Sr. Lúcio reside em um destes lotes. A venda dos lotes se iniciou em 1995. Os lotes foram comercializados para moradores da própria comunidade, sobretudo filhos casados que não possuíam casa.

O vínculo familiar dos moradores na comunidade é alto e suas origens permanecem ligados às famílias citadas anteriormente. Segundo informações levantadas, atualmente apenas uma família não possui descendência direta com os antigos moradores. Muitos lotes estão sendo subdivididos entre os próprios familiares e reduzindo ainda mais os espaços.

Sr. Lúcio nos relata que não há documentos de registro destes lotes, apenas o recibo de compra e venda. Os lotes se concentram nas duas margens da estrada MG - 679 ao longo de cerca de 800 metros. O núcleo mais adensado do vilarejo conta com 18 lotes com residências em disposição longitudinal. Outros lotes da comunidade se encontram mais afastadas deste núcleo que chamaremos de *vilarejo*.

Cristina nos conta que quando os lotes foram anunciados, quase todos foram vendidos para os próprios membros da comunidade, sobretudo filhos casados que “não tinham onde morar”. Segundo ela, apesar de ter nascido nasceu na comunidade, a propriedade de seus pais não possui documentos, ela se casou e conseguiu adquirir dois lotes no novo loteamento que se iniciava.

Para alguns moradores entrevistados, a localidade é vista como um “bairro” da cidade de Claros dos Poções em função de sua proximidade (4 km). Talvez seja esta uma das razões pelas quais o vilarejo não conta com a presença de escolas ou posto de saúde. Há apenas duas construções *não residências*: um Templo da Congregação Cristã do Brasil e a sede da associação comunitária, ambas construídas há mais de 20 anos e segundo Cristina, são os únicos lotes que possuem documento. São lotes vizinhos que foram doados por uma das herdeiras da família Azevedo. A sede da associação foi construída pelos moradores da comunidade, em sistema de mutirão em 1996 e a Igreja em 1998, logo após o loteamento da área.

Aqueles que desejam cultivar mandioca por exemplo, plantam em terras de terceiros em sistema conhecido como ‘*meia*’, em que metade da colheita é destinada ao proprietário da

terra. A comunidade possui um único comércio, um bar/lanchonete que é de propriedade da atual tesoureira da associação.

A falta de espaço para o cultivo da mandioca foi uma situação abordada por todos os entrevistados. Muitos lotes foram subdivididos para comportar os novos núcleos familiares que foram surgindo dentro da própria família. É comum plantar ‘na meia’ nas propriedades maiores circunvizinhas ao vilarejo. O dono da terra cede o espaço para o plantio, e fica com metade da produção.

3.5 - A organização da Associação comunitária

Participamos de duas reuniões ordinárias da associação e fizemos cinco visitas a comunidade para observação e realização de entrevistas semiestruturadas. A dinâmica da reunião aconteceu da mesma maneira nos dois momentos. Essa observação é relevante para tentar se compreender ou identificar o nível de organização da entidade.

Nos chamou atenção primeiramente, o dia de realização da reunião, que acontece no primeiro sábado de cada mês. A realização aos sábados demonstra certo grau de autonomia da associação em relação a presença de agentes públicos como os técnicos da EMATER-MG por exemplo. Muitas associações presentes no Norte do Estado, realizam suas reuniões durante a semana para poder contar com a eventual da presença do técnico da EMATER/MG ou de outra instituição, na reunião.

Cristina havia-me informado que a reunião se inicia as 14:00 horas, mas os sócios começam a chegar as 13:00 horas. De fato isso foi observado nas duas reuniões que participamos. A reunião iniciou-se no horário com a presença dos sócios. A pontualidade nos chamou a atenção, nas duas oportunidades. Nossa experiência anterior com participação em reuniões de Associações rurais nos leva a afirmar que a pontualidade

Observamos que os associados chegam com certa antecedência para efetuarem o pagamento da mensalidade da associação no valor de R\$ 5,00 que é feito de forma individual, junto à tesoureira, que recebe os valores e preenche o livro caixa. Esse é um momento que nos pareceu importante para os sócios em função da organização e do silêncio quase solene desse momento que precede o início da reunião.

Na primeira reunião que participamos, contou com a presença de 33 membros e na segunda reunião 28 presentes. A reunião se inicia as 14:00 hs com uma oração do ‘Pai Nosso’, seguida da leitura da Ata da reunião do mês anterior e praticamente todas as mensalidades já pagas. Após a leitura, o Presidente comunicou por duas vezes que a Ata estava

em discussão e perguntou aos presentes se a mesma estava aprovada ou haveria de ter alguma correção, nas duas oportunidades ninguém solicitou correções.

Também na primeira reunião houve a prestação de contas da entidade, que foi realizada pelo Conselho Fiscal, que se reúne um dia antes da reunião ordinária para análise das contas. A prestação foi aprovada e assinada por todos os membros do conselho fiscal e apresentada na reunião pelo representante do conselho que colocou as notas fiscais e comprovantes a disposição dos demais sócios para apreciação. Entretanto nenhum dos sócios manifestou interesse em apreciar as notas e a prestação foi posta em votação para aprovação, sendo aprovada. Essa dinâmica foi observada nas duas reuniões.

As pautas abordadas nas reuniões que foram conduzidos por Cristina (o Presidente não pode comparecer): 1. a Diretoria da associação estava empenhada em viabilizar um projeto para equipar um poço artesiano na comunidade, via Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS). 2. Aposentadoria rural e as exigências cada vez maiores que estão sendo feitas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) junto aos agricultores familiares que protocolam solicitações de aposentadoria junto a entidade. 3. Preparativos para o evento intitulado 'Circuito corrida de argolinha'⁴⁰. 4. Cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que seriam ofertados dentro do município, mas em outras localidades. 5. A manutenção das máquinas da fabriqueta foi paga pelas pessoas que trabalharam na fabriqueta.

Nesta reunião observamos que uma moradora solicitou a entrada no grupo de produção de farinha desde que, algum dos sócios a disponibilizasse um pedaço de terra para plantio em sistema de *meia*. Ao final das duas reuniões, foram servidos lanches com café, chá e biscoito. Um membro me informou que essa é uma prática comum a todas as reuniões e a presença do pesquisador não teria influenciado esta prática.

No momento de leitura da ata da reunião do mês anterior, que antecede os assuntos em pauta, que é realizada pela Secretária da Associação, para discussão, alteração e aprovação, observamos que houve manifestações de Cristina no intuito de convidar sócios a processarem sua mandioca na fabriqueta da associação.

Na leitura das duas atas de reuniões anteriores, houve o convite para que mais pessoas integrassem o atual grupo de produtores de farinha e polvilho da associação. Na segunda

⁴⁰ Atividade recreativa e esportiva realizada em comunidades rurais de Claros dos Poções em que cavaleiros têm que, em velocidade, introduzir um bastão de 30 centímetros no interior de uma argola de metal com cerca de 3 cm de diâmetro, suspensa a cerca de 2,5 metros de altura do chão - que a comunidade organiza há quatro anos no primeiro domingo do mês de setembro.

reunião, a Ata registrava o pedido de Cristina para que os sócios plantassem mais mandioca de forma a se planejarem para o uso da fabriqueta: “Pra ela não parar !”.

Registramos algumas falas de Cristina durante a segunda reunião que demonstram também um pouco do seu perfil de liderança na comunidade:

A associação não é lugar para as pessoas se aposentar, é para fortalecer a comunidade e o município (...) Nós temos representantes no CMDRS, nós também ajudamos a melhorar o município (...) O melhor sócio é aquele que quer andar em prol da comunidade (...) Lembrando que esse ano quem for trabalhar na festa não pode beber (...) (HELENA CRISTINA).

A organização de uma associação rural também pode ser medida pelo número de políticas públicas e projetos que ela já conseguiu viabilizar junto aos órgãos e entidades financiadoras, uma vez que normalmente são exigidos comprovantes de funcionamento da Associação, e ‘Certidões Negativas de Débitos’ nas instâncias administrativas de nível municipal, estadual e federal. Não possuir impedimentos nestas instâncias prevê certa organização da diretoria e do seu corpo de associados.

3.6 - Mutirão

Um exemplo que podemos trazer e que pode nos ajudar a compreender o nível de capital social se refere a história da construção da sede da associação e que me foi relatada pelos entrevistados. A construção do prédio da sede da associação aconteceu em 1998, dois anos após sua fundação. A área foi doada pela herdeira do terreno que também doou o lote vizinho, para a construção de uma igreja Congregação Cristã do Brasil, construída dois anos depois.

A construção da sede da Associação foi em sistema de mutirão, sistema coletivo de trabalho muito recorrente no meio rural. O que nos chamou atenção é que a comunidade fabricou inclusive os tijolos que serviram para a construção do prédio. Segundo os relatos, não houve qualquer participação da Prefeitura, todo o material foi doado pelos moradores da própria comunidade.

O agricultor aposentado e morador da comunidade, Sr. Lúcio também nos conta que ajudou na fabricação dos tijolos da associação junto com outros sete moradores que também participaram da equipe de fabricação dos tijolos que seriam utilizados para a construção das

sede da associação. A construção segundo ele, contou com cerca de 80 pessoas ajudando em diferentes funções e atividades.

Costa (1997) aponta que atividade em *mutirão* é uma atividade praticada entre os camponeses para determinados tipos de atividades que se baseiam na solidariedade ou na ajuda mútua. O mutirão se caracteriza principalmente pela não remuneração, e ocorre quando uma unidade familiar não possui capacidade de executar uma determinada tarefa.

Toma forma como trabalho não remunerado em que o convocador desse tipo de ajuda mútua deve, por obrigação moral. Participar de outros mutirões e alimentar, durante a jornada de trabalho, todos os trabalhadores e supri-los de alimentos e bebidas ao término do dia (COSTA, 1997, p.88).

Costa (1997) também destaca outra forma de atividade de ajuda mútua, que é a *troca de dias*, em que o agricultor irá executar tarefas na propriedade de uma pessoa próxima e, como “pagamento” receberá o mesmo tempo de trabalho executado, também em sua propriedade. Essa é mais uma atividade que se remete a solidariedade sertaneja característica dos norte mineiros.

O autor aponta que as atividades solidárias perderam espaço com os avanços das novas relações capitalistas de produção a partir do final do século XIX. Pautadas na mecanização agrícola e nas as migrações para as cidades que se intensificaram no país a partir da década de 1940. A urbanização foi a principal responsável por impulsionar os processos de alteração nas formas pré-capitalistas de produção que mantinham e reproduziam no espaço rural determinadas formas de solidariedade, de trabalho, de alimentação e de lazer.

Tal processo, sendo violento, propiciou a paupérie e a perda de uma série de conhecimentos e práticas alimentares, medicinais e de trabalho, acarretando desagregação cultural violenta. As relações de vizinhança, de solidariedade, de compadrio, foram se enfraquecendo. E era isso que aproximava as pessoas: o cantar, a tradição festeira, alegre. Tudo foi se perdendo (COSTA, 1997, p.88).

Nessa esteira Candido (2001) observou como famílias em comunidades rurais do interior de São Paulo da década de 1950 se organizaram frente o avanço do capital e das máquinas sobre elas. O autor observou primeiramente, alterações nos laços de solidariedade entre os membros da comunidade, inclusive no sistema de *mutirão* que foi cedendo espaço para outras modalidades de trabalho como a *troca*, em que a retribuição do tempo de trabalho

empregado é uma obrigação de retribuição que Candido (2001) chamou de *comercialização da cooperação*.

A construção da sede também contou com a participação do filho da doadora do lote, à época era de um vereador municipal. Foram seus pais que doaram as áreas para construção tanto da sede da Associação quanto da igreja Congregação Cristã do Brasil, que fica ao lado. Segundo depoimento de D. Lourdes, produtora de farinha e tesoureira da Associação comunitária, o PCPR também recebeu incentivo do vereador do município em sua fase inicial de implantação.

As entrevistas apontaram que a obra contou com o incentivo da EMATER-MG que ajudou a mobilizar e ressaltar a importância e as vantagens da criação de uma Associação comunitária. A organização social e jurídica da Associação poderia viabilizar projetos e diversas políticas públicas na localidade, e foi o que acontecer a partir da sua formalização. Percebemos que o vilarejo que surge em Brejão em 1995, se viabilizou graças as políticas públicas que foram sendo implantadas desde então na comunidade, sobretudo pelos projetos de água.

3.7 - Festas

Além deste fato, que consideramos importante ser ressaltado, é relevante destacar os eventos que a própria Associação organiza e que extrapola os limites da própria comunidade uma vez que recebem pessoas de outras localidades do município. Destaque para a 3ª Festa da Argolinha, que aconteceu no dia 02 de setembro de 2018 e a 3ª Festa das Crianças que aconteceu em outubro de 2018 para cerca de 100 crianças. Segundo Cristina a comunidade tem entorno de 20 crianças. A organização de eventos por qualquer entidade pública ou privada requer algum nível de organização e cooperação e esta última característica parece estar presente na comunidade.

3.8 – Projetos de ampliação e aquisição de equipamentos

Até a execução dos projetos do PCPR/MG o município de Claro dos Poções contava com uma agroindústria incipiente, eram quatro alambiques de produção de cachaça particulares. O PCPR/MG viabilizou a implantação de duas novas agroindústrias e outros sete projetos em Claro dos Poções. Apenas a comunidade de Brejão possui um fabriqueta de farinha mecanizada no município.

As comunidades que receberam projetos PCPR/MG foram: Quebra Côco (abastecimento de água), Atoleiro Grande (abastecimento de água), Candeias (abastecimento de água), Funil (tanque de resfriamento de leite), Santo Antônio (fabriqueta de rapadura), Riachinho (abastecimento de água), Brejão (unidade de processamento de mandioca) e à comunidade de Água Boa e Boa Sorte com projetos que a pesquisa não identificou.

Nas décadas de 1950 e 1960, D. Bilê, foi a primeira produtora de farinha na comunidade de Brejão e era tida como uma pessoa doce, que todos gostavam. A farinha produzida pela associação, quando rotulada, leva o seu nome. Seus descendentes permanecem ainda hoje na mesma área e outros adquiriram lotes no vilarejo de Brejão distantes cerca 1 km da propriedade às margens do rio. Muitos membros da associação são seus descendentes diretos inclusive D. Lúcia, neta de D. Bilê que faz parte do grupo de produção de farinha e polvilho de mandioca na Associação.

Os projetos demandados pela comunidade ao PCPR/MG foram para ampliar e equipar a fabriqueta artesanal de processamento de mandioca que já existia no terreno da Associação desde 2001, e construída com recursos próprios. A época do levantamento de demandas, comunidade apresentou dois subprojetos de PCPR visando um mesmo objetivo.

O primeiro subprojeto, de 2006, intitulado “*Ampliação da unidade de processamento da mandioca*” da categoria infraestrutura, contou com aprovação do orçamento de R\$ 13.850,50 (treze mil oitocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos) cujo objetivo era beneficiar 50 famílias na comunidade. O segundo subprojeto também aprovado, agora em 2009, intitulado “*Aquisição de equipamentos e melhoria da unidade de processamento dos derivados da mandioca*” da linha produtiva foi aprovado com o orçamento de R\$ 28.136,02 (vinte e oito mil, cento e trinta e seis reais e dois centavos) com o objetivo de beneficiar 70 famílias. A comunidade recebeu investimentos totais de R\$ 41.986,52.

Os novos equipamentos foram instalados no mesmo local da fabriqueta artesanal da associação que fora construída quatro anos antes. Em um galpão atrás da sede da Associação, no mesmo lote. O PCPR/MG equipou a nova fabriqueta de farinha com: 1 prensa, 1 ralador, 1 máquina de torrefação, 1 balança e 6 caixas de água de 300 litros cada. Posteriormente a associação adquiriu uma máquina seladora, para o empacotamento da farinha e do polvilho. Cristina mostra o troféu de boas práticas produtivas que a associação ganhou do SENAR pelos cursos de processamento de mandioca já realizados na fabriqueta.

Segundo Cristina a adaptação inicial aos novos equipamentos não foi fácil. Houve dificuldade na primeira operação do equipamento principal que é a máquina de torrefação elétrica. Sua principal função é movimentar de maneira uniforme e ininterrupta a massa de

mandioca que já foi ralada e prensada, de modo que a torrefação seja uniforme. Durante os seis primeiros meses, as produtoras não souberam operar a máquina adequadamente. Não se conseguia controlar a quantidade de fogo necessário para a torrefação e a farinha era constantemente queimada. “Desperdiçava-se muita farinha porque uma hora queimava e outra hora ficava crua. Isso durou uns seis meses, até que fomos à EMATER-MG, pedimos e ela solicitou que os vendedores da máquina viessem nos ensinar a operar e eles vieram”. Cristina conta que não houve treinamento para o uso e a manutenção das máquinas quando foram instaladas.

Dois anos após a instalação da unidade, no dia 18/11/2008, a comunidade recebeu a visita do então Vice-Presidente e economista chefe do Banco Mundial, Justin Yifu Lin que foi conhecer pessoalmente o projeto financiado pela entidade. Segundo Cristina, o presidente veio acompanhado de uma grande comitiva que envolveu pessoas de diversas entidades e sobretudo políticos. “Veio um ônibus com mais ou menos 30 pessoas. Chegou pela manhã. Fizemos *beijú* na hora para todos.”

Cristina conta que o presidente foi muito educado, e perguntava muito sobre os equipamento e sobre o processo de produção. Foi fabricado farinha durante a visita para que ele pudesse acompanhar os trabalhos. Todos os presentes almoçaram na sede da associação, inclusive o Vice Presidente do Banco Mundial.

Após 12 anos da implantação do projeto, visualmente percebemos um ambiente asseado, limpo, com estrutura física conservada. No dia da nossa visita para esta pesquisa, não havia produção em andamento, ela havia acontecido do dia anterior. O polvilho que vimos secando sobre uma grande bancada, foi uma das garantias que a fabriqueta está em atividade. Dentro da fabriqueta havia farinha estocada, tanto em sacos de 50 kg quanto em embalagens de 1 kg, transparentes e seladas. Os sacos de 50 kg são organizados de modo a identificar o “dono” daquela produção. Cada produtora tem seu modo de processar a farinha, tanto no quesito torrefação, quanto no tamanho dos grãos e por isso a separação em sacos maiores.

Cristina conta que atualmente entorno de seis pessoas trabalham de maneira regular na fabriqueta de farinha. Mas esse número varia conforme a safra. Sócios da Associação podem utilizar a fabriqueta para processar a sua farinha a qualquer tempo. Há também a produção no *sistema de meia*, o mais comum que é utilizado em Brejão. Neste sistema, se a produção resultou em 100 kg de farinha, metade fica para o dono do mandiocal (50kg) e a outra metade é dividida entre todas as pessoas que trabalharam na sua produção. Os serviços são pagos em farinha, e não em dinheiro. Mas quem utiliza a fabriqueta também contribui para o pagarmos a conta de luz do poço artesiano que abastece de água a associação e toda a comunidade.

Os meses da safra e de processamento da mandioca são maio, junho, julho, agosto e setembro. O melhor período para fabricação é entre junho e outubro. Com chuva não se produz farinha. A média de produção por mês é de 250 kg. O kg é vendido a R\$ 5,00 aos comerciantes de Claro dos Poções que normalmente revende a R\$ 6,00 ou R\$ 7,00. “Quem mais compra a nossa farinha são os açougues de Claro dos Poções”, segundo Cristina.

Além de Vice Presidente da Associação, Cristina também é produtora de farinha e polvilho no projeto junto com sua mãe. Segundo ela “Desde bebê eu ia para a fábrica de farinha”. Nascida na comunidade, ela diz que sempre trabalhou com produção de farinha em casa. Sua lavoura de mandioca é plantada em uma área de 1/2 hectare, sendo uma parte plantada em um terreno de um vizinho de cerca, que fica com 1/3 da produção final da farinha. Cristina também utiliza terras para plantio dos seus pais e também do seu sogro sendo este, em sistema de comodato.

D. Lúcia, 55 anos é produtora rural aposentada, e também faz parte do grupo de produção de farinha da associação. Lúcia nasceu na região, mas residiu em diversas fazendas do município onde trabalhava com o marido Sr. Aristeu e seus dois filhos. D. Lúcia retornou à comunidade junto com a família em 2008 onde foi morar em uma terra herdada pelo marido. A terra não possui documentos de registro, apenas o contrato de comodato do marido com o sogro.

Aposentada há 4 meses D. Lúcia contou que havia conseguido se aposentar após muitos anos de trabalho. Por quatro anos foi beneficiária do Programa Bolsa Família e atualmente participa apenas do Programa de Seguro Safra. Conta que chegou a comunidade com o projeto da fabriqueta de farinha já em funcionamento e logo começou a participar a convite de Cristina.

Lúcia conta que esta é a única fabriqueta de farinha mecanizada do município. No Brejão tem outras três que são de processo manual. “Aqui também era manual eu me lembro. Antes do projeto a torra da farinha era manual, mexendo com a mão. Imprensa a massa em um dia, para no outro torrar”, nos conta D. Lúcia. A fabriqueta já ficou dois anos parada – entre 2013 e 2014 –, segundo D. Lúcia em virtude da seca e da falta de mandioca. Essa informação também foi confirmada por Cristina.

Lúcia aponta que a farinha produzida na associação é muito elogiada na região, e conhecida como farinha do Brejão mas o nome fantasia é farinha D. Bilê, sua avó da qual tem muito orgulho. No seu caso, nos disse que gosta de produzir farinha grossa e também fina, para agradar aos dois tipos de clientes. “Mas eu gosto da mais fina” ressalta a produtora rural. Lúcia aponta que ainda há dificuldades em vender a farinha da associação.

Tem muita exigência para vender em Montes Claros e aqui eles querem a farinha da roça como antigamente, enfiando a mão e provando. A nossa farinha é ensacada mas também é farinha da roça, tem algumas pessoas que acham que não é da roça só porque está embalada.(...) Aqui não falta mandioca na época da safra. Quando a nossa acaba, outros produtores de outras comunidades trazem pra gente fazer farinha e dividir na meia. Nós temos que começar a vender em Montes Claros (D. LÚCIA).

4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 – A entrada na comunidade

Com o intuito de atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, optou-se por utilizarmos o método da entrevista *semiestruturada*. Adotamos o critério de identificar os sujeitos que participaram da implantação dos projetos na localidade, bem como aqueles que consideramos deter informações outros processos que envolveram sua implantação. Nossa amostra envolveu nove moradores da comunidade de Brejão, um agente político e um técnico da EMATER-MG de Claro dos Poções.

Procurou-se apreender elementos presentes nas falas dos sujeitos em suas múltiplas dimensões, tendo em vista sujeitos ligados a comunidade ou ao projeto sem deixar de considerar *quem* fala e *de onde* falam estes sujeitos.

O pesquisador deve levar em conta que no momento da entrevista ele estará convivendo com sentimentos, afetos pessoais, fragilidades, por isso todo respeito à pessoa pesquisada. O pesquisador não pode esquecer que cada um dos pesquisados faz parte de uma singularidade, cada um deles têm uma história de vida diferente, têm uma existência singular. (...) é dever do pesquisador se esforçar ao máximo para situar o leitor de que lugar o entrevistado fala, qual o seu espaço social, sua condição social e quais os condicionamentos dos quais o pesquisado é o produto. Tem que ficar claro para o leitor a tomada de posição do pesquisado (BONI e QUARESMA, 2005,p.77).

Nesse sentido, procuramos contextualizar o contexto ideológico e histórico de nossas fontes, como por exemplo a foi a Sra. Helena Cristina, conhecida na comunidade como Cristina, é Vice-Presidente da Associação, e trabalha no projeto produtivo da farinha de mandioca na qual dedicaremos abordaremos um pouco mais sobre sua história. Cristina estava presente na implantação do subprojeto produtivo na comunidade e na criação da própria associação.

Nosso primeiro contato em Claro dos Poções se deu através do técnico local da EMATER-MG do município de Claro dos Poções. A EMATER-MG foi a responsável pela mobilização, orientação e formulação dos projetos técnicos de PCPR nas comunidades. O técnico foi solícito em nos atender para uma entrevista acerca da instalação da fabriqueta de farinha na comunidade. No mesmo dia da entrevista, o técnico me apresentou a Sra. Helena Cristina, que tornou-se a principal fonte de informações desta pesquisa.

Cristina tem 48 anos e nasceu na comunidade rural de Brejão, na mesma localidade em que seus pais ainda residem. Seus pais trabalhavam em fazendas vizinhas e a própria Cristina também trabalhou prestando serviços em fazendas na região, como a de Dr. Alfeu. Desde o momento em que fui apresentado foi fácil perceber tratar-se de uma liderança comunitária. Assumiu funções diretivas na associação desde sua fundação em 1996 quando iniciou no cargo de Secretária. Desde então segundo ela, sempre participou. Atualmente sua principal fonte de renda é com a mobilização de cursos para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) no município, atividade que atua há 10 anos. A entidade realiza uma série de capacitações e cursos nas comunidades rurais do município há mais de vinte anos.

Importante ressaltar que ao escolhermos uma liderança comunitária que está à frente da Associação comunitária de Brejão desde a sua fundação, para ser a principal informante desta pesquisa, procuramos contextualizar a sua posição e a sua representação dentro da comunidade e do PCPR/MG. A pesquisa procurou exercer uma vigilância epistemológica de modo a se evitar analisar o projeto a partir de um único ponto de vista. Procurou-se contextualizar o lugar de quem fala. Muitas informações que nos foram fornecidas por Cristina, procuramos verificar também com outros moradores, com o técnico local da EMATER-MG e com o Secretário Municipal de Agricultura. Apesar do risco, trata-se de uma fonte de informação importante à pesquisa. Além de uma liderança comunitária, Cristina também faz parte do grupo de produção de farinha e participou diretamente de todas as etapas para viabilização do PCPR/MG na comunidade.

Atualmente Cristina é Vice Presidente da Associação e seu marido o Presidente da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Brejão que tem 40 associados, que representam cerca de 50 famílias da comunidade. Nas duas reuniões que participamos, o Presidente faz a abertura da reunião, mas quem conduziu as pautas a serem tratadas e foi Cristina. A vice Presidente aparenta assumir o papel que normalmente seria do Presidente. Sobre essa questão Cristina pontua:

Tem 22 anos que eu atuo junto ao homem do campo. Já fui convidada para ser candidata por diversas vezes. Eu gosto de trabalhar para a comunidade. Com o celular a gente busca muita tecnologia através do Whatsapp. Muitos acham que eu ainda sou a presidente”(CRISTINA).

Cristina se formou no ensino médio através do Programa de Formação de Jovens e Adultos (EJA). Pelo SENAR, fez o curso de ‘Administração de associação e sindicato’ e pelo

SEBRAE o curso de 'Líder cidadão'. É evangélica há 30 anos e faz parte da Igreja Congregação Cristã, a mesma construída na comunidade ao lado da sede da Associação. Por ainda não haver uma Igreja católica na comunidade, a sede da associação é utilizada todas as quartas feiras para encontros de leitura e estudos da Bíblia. Todo dia 28 de cada mês, o padre da cidade celebra uma missa na comunidade, também no prédio da Associação.

Cristina nos conta que só faz isso porque gosta. Disse que “não é fácil lidar com tantas dificuldades na comunidade, como as desconfianças, as *fofocas* e as pessoas negativas que são contra tudo”. Nossas experiências de oito anos como extensão rural da EMATER-MG no Norte do Estado apontam que é relativamente comum determinadas famílias ou sujeitos tomarem a frente de determinados projetos ou associações comunitárias. Consideramos suas informações importantes para a avaliação do PCPR/MG implantado na comunidade, sobretudo, por se tratar de uma liderança ligada ao projeto desde sua concepção. Acredito que suas informações não irão interferir em nossas análises.

4.1.1 - A vigilância epistemológica do discurso

Minayo (2002) propõe o *método hermenêutico-dialético* para a análise dos dados levantados. O método consiste em situar a fala dos autores ao contexto histórico e ideológico do sujeito que produz a fala. Percebe-se sem muito esforço, que Cristina é uma liderança na comunidade, na associação e na unidade de processamento de mandioca. Sua história de vida, sua posição ideológica e política foram considerados para a interpretação dos dados. Esse foi um ponto sensível da pesquisa, uma vez que procuramos manter a *vigilância epistemológica* constante às informações que recebemos, que é importante ressaltar, contribuíram de forma significativa para este trabalho.

Nesse sentido, é importante ressaltar que ainda que não tenhamos conseguido, procuramos manter uma *vigilância* quanto a nossa principal informante, para que evitássemos ser cooptado pela mesma. Minayo (2002) aponta que o pesquisador no seu processo de pesquisa deve ficar atento para não se deixar contaminar pela primeira realidade que lhe é apresentada, sobretudo quando adota a técnica da *observação participante*, em que o pesquisador se envolve diretamente com o seu objeto de pesquisa. Tentar apreender os significados por traz das ações é que permitem ao pesquisador se aproximar da realidade que é o principal objetivo da ciência.

A complexidade no processo de avaliação das políticas públicas, segundo aponta a Granja (2010, p.84), deve também prever ainda o cuidado do pesquisador com seus 'juízos de valor' durante o processo de avaliação de políticas públicas.

E mais, a avaliação é um processo que tem sujeitos (ou atores) que baseiam sua análise conforme o olhar que têm sobre aquela situação-problema e seu desenvolvimento. Os sujeitos da avaliação são todos os atores envolvidos com o problema. Esses sujeitos podem ser os autores do próprio projeto, os gestores municipais, os beneficiários, os afetados, os que apoiam ou os que se opõem ao projeto. Cada avaliação realizada por cada um dos sujeitos é uma escolha, mediante um conjunto de critérios a serem avaliados (GRANJA, 2010, p.84).

Verificamos que a comunidade de Brejão tem sua história ligada a produção de farinha e polvilho de mandioca. Historicamente essa é uma atividade produtiva fundamental não apenas para as famílias de Brejão, mas para toda a cultura norte mineira. É uma atividade produtiva muito anterior a constituição da Associação comunitária. Por essa razão a vice-presidente aponta que a opção pela escolha pelos projetos de melhoramento da fabriqueta de farinha artesanal da associação foi um processo que, segundo Cristina, foi escolhido por unanimidade.

Entretanto a realidade social é complexa e muito dinâmica. Após doze anos da implantação do projeto na comunidade, das 70 famílias inicialmente beneficiadas, que constam no projeto, atualmente apenas seis pessoas pertencentes a três famílias trabalham efetivamente na fabriqueta, produzindo farinha de mandioca e polvilho.

Uma das razões de termos encontrado com uma realidade tão distante da que foi prevista, é que o número de famílias a serem beneficiados pelo projeto, foi baseado no número de sócios da associação à época de sua elaboração, e não no número de famílias moradoras da comunidade. Muitos sócios residiam na área urbana de Claro dos Poções.

A constituição e formalização da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Brejão bem como a construção da sua sede social, foi acompanhada pela implantação também de outras políticas públicas. A criação de associações comunitárias rurais para a viabilização dessas políticas em Brejão, transformou-se em uma estratégia social para se demandar políticas públicas locais.

Todas as políticas públicas segundo Cristina, ocorreram na comunidade nos últimos 22 anos. Entretanto segundo as informações levantadas durante as entrevistas, a comunidade tinha uma realidade muito diferente em períodos anteriores a década de 1980. Os entrevistados apontam para a grande abundância de água e a fartura de alimentos na região.

A pobreza rural em Brejão, que está também relacionada a diminuição da oferta de água na comunidade, coincide com a chegada da monocultura do eucalipto na região, que foi plantado nas de chapadas que cercam a comunidade. A pobreza também se relaciona também ao tamanho das terras dos agricultores que lá residem, fruto de um loteamento criado dentro de uma comunidade essencialmente rural.

O loteamento criado na década de 1995, surgiu para atender as necessidade de partilha da terra por uma família e seu herdeiros e também por razões comerciais também. Indiferente a estas motivações, o vilarejo de Brejão se formou, sobretudo, em virtude de uma *demand* *reprimida* por terras dentro da comunidade. Ou melhor, surgiu pela dificuldade que os mais jovens, e as novas famílias que se constituíam, de ter acesso a terra.

Mas o tamanho dos lotes criados, seguiu o tamanho padrão dos lotes urbanos da cidade - 360m² -, o que impediu a reprodução de práticas agrícolas comuns aos agricultores familiares, como a criação de animais e o plantio de diferentes variedades de alimentos, que são atividades determinantes para a reprodução da família e a manutenção do estabelecimento rural.

Os programas já implantados na comunidade de Brejão são oriundos de diferentes fontes de recursos de governamentais, seja ele estadual ou federal. Utilizam diferentes nomes e nomenclaturas, mas todos têm em comum o objetivo de viabilizar a superação da pobreza na comunidade. São projetos que a partir da década de 1980 estiveram relacionados ao fornecimento de água, a moradia e ao microcrédito que se visam garantir os recursos mínimos de sobrevivência dos agricultores familiares em uma comunidade que há 40 anos era farta em água, recursos naturais e alimentos.

4.2 - Os desafios da comunidade

A Vice Presidente da Associação Cristina, aponta para a falta de trabalho o maior problema da comunidade hoje.

O que tem ajudado um pouco aqui, é a venda do Pequi. Todos participam, até as crianças. Os caminhões vem aqui na comunidade para comprar o nosso pequi. No início da safra o saco começa a R\$ 40,00 e termina a safra em R\$ 5,00, mas é uma coisa que ajuda demais a gente aqui. O pouco que as pessoas conseguem plantar é para o próprio consumo, não dá para vender (Cristina).

Cristina aponta que na comunidade há famílias que passam por momentos de carência em alimentação. “Acho que cerca de 15 famílias da comunidade não se alimentam de maneira adequada, de forma nutritiva”, nos conta Cristina.

Nossa comunidade já foi mais pobre, melhorou... está melhor que outras regiões. A pobreza continua mas não está como antigamente. Pobreza para mim é que quando a pessoa não tem condições de trabalhar e não possui nenhum benefício. Com saúde, não há pobreza, com saúde qualquer pessoa tem condições de trabalhar (CRISTINA).

Cristina demonstra gratidão pelas políticas públicas já implantadas na comunidade, mas destaca a fabriqueta de farinha. Na visão de Cristina, a comunidade melhorou após os dois projetos do PCPR/MG. De todos os projetos já recebidos pela Associação, a produtora considera a fabriqueta de farinha o melhor projeto.

Todos os projetos foram ótimos, mas a fabriqueta é permanente. Toda hora que tiver mandioca, já tem o local para fazer farinha. É uma coisa que todo mundo precisa ter em casa. É o melhor para mim porque é permanente, todos são ótimos mas passam. (CRISTINA).

A predileção de Cristina pela fabriqueta de farinha se relaciona principalmente pelo fato dela ser uma das produtoras do projeto. A produtora não se esquivava em fazer algumas críticas quanto algumas situações vivenciadas pelo projeto. Sobre o papel da EMATER-MG, Cristina salienta que houve um grande empenho do escritório de Claro dos Poções durante todas as etapas de elaboração e execução do projeto. Entretanto, após sua implantação, não houve por parte da entidade qualquer orientação ou capacitação para o manejo adequado da produção local de mandioca de forma a promover o aumento produtivo da raiz.

Segundo Cristina o manejo da mandioca ainda hoje se faz de maneira artesanal na comunidade, “como antigamente” complementa. Nunca houve uma análise de solo ou a introdução de novas técnicas de manejo que aumente a produtividade.

O município também não está incentivando o plantio da mandioca em outras localidades. Nas reuniões do CMDRS, a EMATER-MG fala em várias culturas produzidas no município, menos da mandioca. (...) Por que a EMATER não fala em mandioca? Não incentiva o plantio de mandioca? Questiono nas reuniões do CMDRS por que a EMATER fala da produção de vários gêneros de alimento, mas não fala da mandioca, que é o que nós produzimos (CRISTINA).

As observações de Cristina sobre presença da EMATER/MG no projeto se refletem nos dados preliminares do Censo Agropecuário 2017 (IBGE,2018) que apontam que dos 847 estabelecimentos rurais de Claros dos Poções, apenas 222 recebem assistência técnica rural.

4.2.2 - Escassez de matéria prima

Em relação ao plantio da mandioca no município, os resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017 apontam que 189 propriedades plantaram a raiz numa área total estimada em 126,3 hectares.

Tabela 8 - Lavoura Temporária de Mandioca
Município de Claro dos Poções/MG

ANO	Quant. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
2005	2.875	115	25.000
2010	1.980	110	18.000
2011	2.340	130	18.000
2012	910	130	7.000
2013	910	130	7.000
2014	820	68	12.059
2015	820	68	12.059
2016	870	65	13.385
2017	420	60	7.000

Fonte: Produção Agrícola Municipal IBGE⁴¹

Tabela 9 - Mandioca área colhida
Município de Claro dos Poções/MG

Ano	Nº propriedades	Quant. Produzida (t.)	Área colhida (há)
2006 ⁴²	97	125	115
2017 ⁴³	189	238,501	126,3

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE,2018)

⁴¹ IBGE, Produção Agrícola Municipal (2018).

⁴² IBGE, Censo Agropecuário (2006).

⁴³ IBGE, Censo Agropecuário 2017 – Resultados preliminares.

Os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE,2018) apontam que de 2004 a 2017 a quantidade de mandioca produzida no município – em toneladas – teve uma redução de 85%. A área de plantio no mesmo período, foi reduzida em 47,83% e a produtividade média no município em 72%. São dados preocupantes para uma comunidade que se predispôs a trabalhar em um projeto coletivo de produção de farinha e polvilho de mandioca em um processo produtivo que demanda uma demanda de matéria prima muito superior a necessária ao processamento artesanal da mandioca.

Segundo Cristina desde a visita do Executivo Chefe do Banco mundial em 2008, os técnicos do IDENE só retornariam a comunidade em 2012, para acompanhar um outro projeto que estava sendo executado também na comunidade. Não houve qualquer visita para monitoração ou avaliação da Fabriqueta de Farinha implantada pelo PCPR/MG.

Cristina também aponta a dificuldade inicial de vender a farinha embalada na cidade. Segundo ela alguns consumidores, tem alegado que a farinha é industrial pelo fato dela ser comercializada em embalagens seladas de 1 kg e não a granel. Para evitar essa suspeita Cristina contou que precisou filmar pelo celular o processo de produção para demonstrar que apenas o processo de torrefação da farinha e automatizado os demais continuam manuais.

Assim como Lúcia, Cristina gostaria que o produto também fosse comercializado em Montes Claros e não apenas em Claros dos Poções. “Por estar empacotada acham que é industrializada” contou Cristina com um leve sorriso no rosto.

4.2.3 - Produção coletiva, lucro individual.

O processo de fabricação da farinha e do polvilho na fabriqueta da associação é coletivo, mas o resultado da produção é individualizada entre as produtoras e produtores rurais que trabalharam no processamento da mandioca. Cada produtor (a) ao final irá separar a sua farinha, oriunda de sua mandioca e com ela – farinha - irá pagar o trabalho das pessoas que estiveram envolvidas no processo produtivo. O pagamento é feito em farinha. Percebemos que cada produtora possui uma preferência por um tipo/qualidade da farinha, como o tamanho dos grãos e o tipo torrefação (mais ou menos torrada), essa é uma das razões da divisão da produção. A produção é armazenada coletivamente, mas a comercialização da farinha é individualizada.

4.2.4 - Renda insuficiente

Segundo os relatos que nos foram feitos, a renda gerada com a comercialização de farinha de mandioca e polvilho normalmente é usada para complementar o orçamento doméstico dos agricultores que trabalham na fabriqueta. Ainda não gera uma renda suficiente para que outras atividades deixem de ser praticadas.

4.2.5 - A condicionante do o sistema financeiro oficial

Estariam algumas comunidades rurais preparadas para assumir a formalização jurídica e contábil da associação? A nova formalização trouxe obrigações e responsabilidades legais e fiscais como: criação de estatuto social, lavraturas de atas de reuniões, taxas cartoriais, declarações junto a Receita Federal e vinculação a um Contador que desviam o foco das práticas produtivas e da produção para as questões burocráticas.

O avanço do capital sobre tudo, se reflete no que entendemos ser um processo de *financeirização* da Associação, que agora é impelida a executar uma série de procedimentos bancários e administrativos na gestão dos recursos, seguido da sua prestação de contas que deve ser realizada ao final do projeto. Envolver comunidades rurais pobres nesse processo, também segue a lógica da expansão do capital que avança sobre todas as atividades e em regiões do planeta. Que condiciona povos e cultura a determinadas práticas econômicas e financeiras que tem pouca relevância a elas.

Uma das condicionantes do PCPR/MG é que os projetos só poderiam se destinados às Associações comunitárias que já estivessem constituídas, e sem impedimentos financeiros seja junto a instituições bancárias ou dívidas relacionadas a tributos nas esferas municipal, estadual ou federal de governo. Os recursos referentes aos projetos aprovados deveriam ser depositados em uma conta corrente bancária exclusiva da associação, no valor exato do projeto aprovado. A associação é quem executava o pagamento, através de cheque nominal as empresas ou prestadores de serviços que apresentassem a menor cotação entre três orçamentos.

O programa também condiciona as comunidades rurais a se inserirem no sistema financeiro bancário oficial. No *Manual de Operação do Projeto* consta o passo-a-passo para esse processo regularização intitulado *Roteiro de Legalização de Associação de Beneficiários*. Muitas associações rurais não mantinham contas bancárias. Foi necessário abri-las para recebimento dos recursos do Projeto e para pagamento dos fornecedores. Além

da grande distância de algumas comunidades a rede bancária oficial, muitas Associações movimentavam poucos recursos financeiros, que se limitam as simbólicas mensalidades dos sócios.

Para acessar os recursos do programa, tiveram de se inserir no sistema financeiro do país, o que as deixou sujeitas a diferentes tipos de taxas e procedimentos burocráticos. É certo que não há outra forma de se movimentar recursos financeiros de governo a não ser pela via oficial. Entretanto, cabe refletirmos sobre as razões que levam os recursos financeiros a obrigatoriamente passarem por essas associações. O caminho poderia ser abreviado se os pagamentos aos fornecedores fossem realizados diretamente pelo Estado. Os projetos poderiam ser implantados sem a necessidade dos recursos serem administrados pelas associações rurais. A ideia do *empoderamento* aos beneficiários do programa, aliado à ineficiência do Estado na gestão de recursos públicos e a condição imposta pelo Banco Mundial para esse procedimento talvez expliquem as razões desta metodologia.

Abertura de conta, emissão de cheque, cotação de preços, certidões, extratos, pagamento de taxas, prestação de contas. Seria essa uma metodologia eficiente para promoção do *empoderamento* de sujeitos pertencentes a comunidades rurais pobres, muitas vezes distantes da rede bancária oficial e não acostumados a esse tipo de prática? A entrada das associações no sistema financeiro nacional foi uma das condicionantes do PCPR.

Muitas associações comunitárias foram criadas com o objetivo de acessar políticas públicas anteriores, entretanto ao serem mobilizadas para um novo projeto muitas descobriam pendências tributárias e fiscais junto aos órgãos de Estado e instituições bancárias que não conseguiram quitar em tempo hábil e, conseqüentemente acessar o PCPR.

O Decreto 44.097/05 que institui o PCPR em seu Art.4º determina que um dos membros do conselho gestor do Programa deveria ser a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF). Entre 2006 e 2012 o programa investiu mais de R\$ 100 milhões em projetos de construção de centros sociais comunitários, sistemas de abastecimentos de água e mecanização agrícola⁴⁴. A presença de um membro SEF no Conselho do Programa nos leva a crer que seja uma forma de garantir o recolhimento de todos os impostos gerados a partir dos investimentos realizados pelo Programa.

Além de uma política social, o PCPR também foi uma política de incentivo econômico que permitiu o aquecimento de determinados setores da economia. O setor de máquinas e equipamentos agrícolas, de forma direta foi beneficiado pelo PCPR, visto que

⁴⁴ Portal EMATER MG (acesso 05 abr 2018).

todos os projetos implantados no Estado contavam com a demanda de algum equipamento fornecido por esta indústria. Para o Estado o PCPR/MG também representa um incremento na economia de setores específicos da indústria. Há benefícios sociais aos mais pobres, mas os mais ricos em nenhum momento ficam a margem dos lucros que são gerados pelas diferentes políticas públicas no Brasil.

4.2.6 - Em busca de mercado

A principal deficiência apontada por D.Lúcia sobre o projeto, foi em relação a comercialização da farinha e do polvilho, ainda é restrita ao município de Claro dos Poções. D. Lúcia deseja que a produção seja comercializada também em Montes Claros, município com 400 mil habitantes e o maior mercado consumidor de toda a região. Para D. Lúcia os lucros com a venda da farinha são destinados apenas para a compra de algum remédio ou para complementar a feira do mês. “O dinheiro é utilizado para as despesas da casa como comida e remédio.”

As observações da produtora de farinha Lúcia, sobre a necessidade de se vender farinha em outros mercados, foi sua principal crítica ou desejo dela para melhoria do projeto. Suas observações se relacionam a ausência de um acompanhamento do projeto após sua implantação. Apesar da fama que a farinha tem na cidade disse que vende principalmente para os açougues, que pagam R\$ 5,00/Kg. Seu desejo é que o produto fosse comercializado em Montes Claros por um valor e uma quantidade superior.

Não houve, segundo os relatos, um trabalho posterior das entidades envolvidas na implantação do projeto, no sentido de capacitar a comunidade para um plano de negócios para a comercialização dos produtos em grandes centros, como Montes Claros. EMATER/MG e IDENE, as instituições que lidaram diretamente com a comunidade não avançaram nessa questão, segundo as informações levantadas, e que é crucial a qualquer projeto produtivo: o mercado consumidor. A comercialização, o marketing e o mercado consumidor são questões fundamentais para a sustentabilidade futura de um projeto produtivo que produz itens destinados a comercialização.

A questão apontada por D. Lúcia, também foi identificada por Pessoa (2012) nos projetos avaliados no Vale do Jequitinhonha.

Verificou-se, em realidade, que a estrutura que visa gerar renda aos moradores das comunidades rurais a partir de uma rede articulada de produtores de matéria prima, processadores e consumidores está ainda em estágio primário e que estas relações não estão sendo devidamente estimuladas pelo PCPR (PESSÔA, 2012, p.155).

4.2.7 - Impacto ambiental do projeto

A produção de farinha de mandioca envolve uma série de etapas produtivas em que todos os resíduos produzidos podem ser reaproveitados. Dentro de uma fabriqueta de farinha as etapas de processamento normalmente seguem a seguinte ordem:

Primeiro a mandioca deve ser descascada e triturada. Depois é lavada e separa-se a água da massa com a prensa. A massa é torrada em uma fornalha, sendo sobre ela movimentada até que tome o ponto perfeito da farinha. Já a água é guardada em algum recipiente para que o pó da farinha se deposite ao fundo. Este pó, depois de separado da água, é chamado polvilho. A prensa é utilizada quando o maquinário é disponível, quando a farinha é produzida artesanalmente o escoamento da água é feito através da coagem do material moído numa espécie de rede (PESSÔA, 2012, p.105).

Entusiasta e defensora incontestada da Fabriqueta de Farinha da Comunidade, Cristina faz um desabafo:

O principal problema do projeto ainda hoje, é a destinação adequada da ‘água da mandioca’ que é produzida aqui na fabriqueta. Quando produzimos farinha, a água da mandioca escorre pelo chão em sentido à estrada. Ela fica represada no asfalto. Fica tudo branco e o cheiro é muito forte. (CRISTINA).

Também conhecida como *manipueira*, a ‘água da mandioca’ é produzida na etapa de prensagem da raiz. O líquido é rico em potássio, nitrogênio, magnésio, fósforo e cálcio, mas também contém ácido cianídrico, que é venenoso e nocivo ao homem e aos animais quando ingerido puro e é poluidor do meio ambiente. Entretanto, com técnicas adequadas de manejo, a manipueira pode ser convertida em adubo ou defensivo orgânico, em alimentação para ruminantes, vinagre e até mesmo utilizado para a fabricação de sabão (SEBRAE, 2013)⁴⁵.

De acordo com o contexto e características dos investimentos, embora se tratem de subprojetos produtivos com características de promoção de impacto ambiental pequeno, o PCPR/MG adotou como fonte de informação para a viabilidade de subprojetos, uma análise técnica dos empreendimentos sobre impacto ao meio ambiente.

⁴⁵ SEBRAE - Cartilha sobre resíduos de mandioca (2015).

Os técnicos do programa foram orientados a considerar não apenas a legislação ambiental vigente, mas a análise técnica da localidade em que o empreendimento seria instalado. Demandas de projetos localizados em áreas de preservação permanente ou em áreas de reserva legal, deveriam ser automaticamente indeferidos pelo PCPR. Essa questão deveria ser considerada, analisada e discutida com a comunidade. Constatamos que não há destinação adequada deste material como a um local adequado para tratamento deste resíduo, como por exemplo, o sumidouro, que é adotado por outros projetos de fabriquetas de farinha.

O PCPR/MG adotou uma série de protocolos de verificação dos possíveis impactos ambientais e procedimentos técnicos e legais a serem providenciados pelo responsável técnico do projeto. Os técnicos da EMATER/MG foram orientados a seguir uma lista de verificação de impactos ambientais acompanhado de um campo de preenchimento de respectivas propostas para correção ou adaptação às condições específicas locais a fim de promover medidas mitigadoras dos eventuais impactos negativos associados aos investimentos em questão.

Segundo o ‘Marco de Referência Ambiental’⁴⁶ que sistematizou as ações ambientais do PCPR/MG, as medidas mitigadoras constituíram um objeto de análise para aprovação dos subprojetos. Em caso de necessidade de licenças ambientais, por exemplo, o técnico era responsável por comunicar a comunidade e normalmente proceder com a solicitação. Os subprojetos somente poderiam ser aprovados mediante a apresentação da Licença Ambiental, caso fosse necessário.

No Decreto nº. 44.097 consta que

financiar empreendimentos de pequeno porte, de natureza social ou produtiva, e de infraestrutura nos municípios do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, observados os critérios técnicos, econômicos, financeiros de sustentabilidade e de preservação ambiental” (Decreto nº. 44.097 de 29/08/2005).

O documento normativo traz o exemplo de uma Fabriqueta de Farinha, os impactos ambientais que podem ser provocados e as medidas atenuantes possíveis de um projeto classificado como de baixo impacto e dispensado de licenciamentos ambientais. O documento traz como exemplo uma situação semelhante a verificada na Fabriqueta de Farinha da comunidade do Brejão.

⁴⁶ (MINAS GERAIS, 2009)

Tabela 10 – Mapa de referência ambiental: manipueira

Impactos Ambientais Potenciais	Medidas Atenuantes
Contaminação das águas superficiais pela <i>manipueira</i> ;	<ul style="list-style-type: none"> - Usar tubos de PVC para coleta e transporte dos resíduos líquidos até o sumidouro, instalado em local distante de fontes d'água; - Realizar o armazenamento e tratamento da <i>manipueira</i> para o aproveitamento como inseticida natural, adubação e ração animal;
Contaminação de águas subterrâneas pela percolação da <i>manipueira</i> no solo;	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de sumidouro impermeável para coleta dos resíduos oriundos da produção de mandioca;

Fonte: MINAS GERAIS. Mapa de Referência Ambiental Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais II, Belo horizonte, Dezembro 2009, p.132

Verificamos que o projeto da fabriqueta de farinha da comunidade de Brejão está poluindo o solo ao despejar toda a *manipueira* no chão da área externa da Associação, que escorre para a estrada. As condicionantes ambientais do projeto não foram respeitados conforme as orientações constantes no ‘Mapa de Referência Ambiental’ (MINAS GERIAS, 2009) elaborado para ser um guia a implantação dos projeto PCPR/MG.

Pessoa (2012) aponta que neste sentido houve o respeito a legislação ambiental na construção da fabriqueta de farinha da comunidade de Piauí Pereira no município de Itinga/MG, onde foi construído uma estrutura para tratamento da manipueira em sistema de decantação de modo a não atingir os mananciais da comunidade.

Segundo Cristina, o engenheiro responsável pelo projeto de ampliação da fabriqueta, apenas forneceu a planta baixa para realização da obra. Não acompanhou. Foram os técnicos da EMATER/MG e do IDENE que fizeram visitas regulares de acompanhamento. O que é relevante salientar que esta situação, segundo relatos de Cristina, não passou por discussão ou análise prévia de possíveis impactos ambientais em nenhuma das fases de implantação do projeto.

Medidas atenuantes acerca do despejo da *manipueira* no solo, como um potencial poluidor da natureza não foram tratadas nem pelos membros da comunidade nem pelos técnicos envolvidos. A implantação do projeto foi *ineficaz* no que tange a questão que permeia a legislação ambiental e a sua sustentabilidade ambiental.

A construção do projeto de ampliação da Unidade de Processamento de Mandioca em Brejão, contou com a contrapartida da comunidade no valor proporcional a 5% do valor do projeto, na forma de mão de obra. A contrapartida da comunidade é uma exigência do PCPR/MG. Normalmente as associações comunitárias ofertam mão de obra local para a execução dos projetos.

A ampliação da área da fabriqueta de farinha foi executada pelos próprios moradores com material de construção adquirido pelo PCPR/MG. Os moradores executaram a obra mediante consulta a uma planta baixa, de um engenheiro civil contratado com recursos do PCPR/MG para elaboração do projeto.

4.3 - “Não, obrigado !”

Em frente a sede da Associação, do outro lado da estrada, a cerca de 35 metros de distância da fabriqueta de farinha do projeto PCPR/MG, na comunidade de Brejão, um casal de agricultores familiares optou por permanecer na produção artesanal da farinha de mandioca e não participar da produção coletiva de farinha. Presentes na comunidade há mais de 50 anos, o agricultor Sr. Antônio Lopes dos Reis, 91 anos e sua esposa D. Raimunda Rodrigues de Souza, 87 anos, ainda produzem farinha de mandioca utilizando a torrefação manual. A conversa aconteceu durante uma pausa do processo produtivo. Sr. Antônio diz que planta pouca mandioca, mas recebeu a raiz de diversas regiões do município por serem segundo D. Raimunda, “um jeito de fabricação já muito conhecido na cidade”.

D. Raimunda é natural da comunidade de São João da Vereda, município de Montes Claros e Sr. Antônio da comunidade de Boa Vista, município de Brasília de Minas. Mudaram para o loteamento que surgia em 1995, início do povoado. Foram os únicos agregados da fazenda vizinha que foram residir na comunidade..

Apesar de muito queridos na comunidade, não participam da Associação ou da fabricação coletiva de farinha e polvilho. “No dia que o chinês veio, eu fui lá dar uma força para elas” me relata D. Raimunda. “A gente prefere continuar fabricando a nossa farinha do nosso jeito, sem máquina”, complementa D. Raimunda, seguido de uma despreziosa gargalhada.

Casados há 73 anos o casal chama a atenção pela vitalidade, pela simpatia e pela educação com que nos recebeu. Ambos aposentados, não abrem mão do trabalho com a

produção de farinha. Além deles outras duas famílias também próximas à fabriqueta da Associação continuam fabricando a sua própria farinha em fabriquetas artesanais particulares.

Quando perguntados se não tinham interesse em produzir sua farinha junto ao projeto da associação para diminuir o trabalho do processo produtivo, D. Raimunda com um sorriso no rosto responde: “Não muito obrigado!”. E seguiu-se uma gargalhada do casal, que não demonstraram aversão às máquinas, mas apenas afirmam que a farinha deles é conhecida há mais de 40 anos na cidade e por isso não havia como mudar o modo produtivo.

D. Raimunda ao se negar a participar do grupo produtivo da comunidade que faz parte e da qual percebemos que seus moradores nutrem grande apreço e admiração por ela e seu marido, nos leva a observar que as relações de produção também são fundamentais para a organização social e hierárquica dentro da comunidade. D. Raimunda e Sr. Antônio são duas lideranças respeitadas por todos e, ao decidirem não abrir mão de seu modo produtivo para se inserirem no projeto comunitário, demonstra o quão importante é o trabalho produtivo não apenas para o núcleo familiar, mas também para o núcleo comunitário.

Essa relevância foi observada nos trabalhos de Cândido (2001), e pelos antropólogos Woortamann (1997) e Costa (1997). O *saber fazer* produtivo é um elemento central na delimitação das hierarquias dentro da unidade produtiva familiar, também é responsável por definir a divisão social do trabalho dentro da propriedade e também dentro da comunidade.

Ao nos dizer: “Não, obrigado!” D. Raimunda talvez não queira abrir mão de uma função produtiva que exerce há mais de meio século na comunidade, e que lhe dá identidade e um certo *status* em todo o município: “Vem gente de todo o município trazer mandioca aqui pra gente fazer”, no contou D. Raimunda.”

A região norte do Estado é marcada pela presença de comunidades rurais que carregam consigo um *modo de vida tradicional* que lhe são peculiares, e ainda hoje podem ser verificados em seus métodos e práticas produtivas de trabalho. Muitas famílias mantêm relações sociais, produtivas e econômicas vinculadas a saberes centenários, que se opõe em determinados momentos, ao modelo de agricultura produtivista voltada ao mercado.

O casal de produtores rurais Sr. e D. Raimunda, foram um dos primeiros moradores do vilarejo de Brejão. Por mais de 40 anos trabalhavam na propriedade vizinha, a fazenda do Dr. Alfeu que os cedia uma casa e 5 ha para plantio em sistema de meia, que segundo Sr. Antônio era na verdade um pouco mais 40% da produção era destinado ao proprietário da fazenda, e o casal ficava com 60%.

D. Raimunda nos conta que eram “*agregados*” da fazenda, e que trabalhava apenas nos serviços domésticos de sua casa e aponta que tudo que se plantava “dava”. Dois de seus

filhos atualmente trabalham na mesma propriedade, que hoje cultiva apenas banana e é gerida pelo neto de Dr. Alfeu.

As observações de D. Raimunda e do Sr. Antônio vão ao encontro do que foi abordado em Costa (1997) no que tange a ocupação, e as relações de poder estabelecidas em povoados do norte de Minas Gerais. Segundo o autor, no período anterior a abolição da escravidão, índios e negros foram transformados em agregados das fazendas, e utilizados como mão de obra para os fazendeiros. “Eles eram vinculados a família por terem sido escravos ou por pertencerem ao grupo de pistoleiros dos pais, de um ou de outro” (COSTA,1997,p.89).

No início do século XX o fundador da fazenda, Dr. Alfeu, segundo relatos dos moradores mais antigos era o responsável por garantir a principal fonte de emprego e renda na região. Dr. Alfeu é descrito pela comunidade como uma pessoa muito honesta, que ajudava os moradores e remunerava todos os trabalhadores da fazenda. São descrições que nos remetem a características comuns aos fazendeiros intitulados de ‘coronéis’ que comandavam politicamente os povoados e comunidades no período da República Velha. Entretanto, Dr. Alfeu nunca foi político, mas parece ter sido um personagem importante da comunidade.

Os depoimentos apontam para um tipo de relação personalista entre o grande fazendeiro e a comunidade sertaneja, que Costa (1997) aponta ter sido comum no norte do Estado de Minas Gerais. Cunhou-se um tipo de aliança cuja relação de solidariedade era mediada pela necessidade de ambas as partes: o Coronel por mão de obra e acúmulo de riquezas, e os camponeses por atendimento às suas necessidades diversas.

Assim, a organização social sertaneja que se estabeleceu a partir de lógicas diferenciadas, normatizou a vida considerando as regras consuetudinárias. Apoiadas no personalismo e na emotividade, homogeneizaram comportamentos que propiciaram a integração social tendo em vista vínculos de parentesco, vizinhança e compadrio, possibilitando a disseminação da solidariedade (COSTA, 1997,93).

O autor aponta que a relação de “solidariedade” que era mantida com os coronéis, foi transferida aos agentes políticos contemporâneos, cuja lógica de troca de interesses, permanece se mantém sob uma nova roupagem. Com a modernização do país a partir da década de 1940,

Costa (1997) observa que os grandes fazendeiros passaram se vincular ao Estado, viabilizando um novo tipo de poder, agora em nome do Estado. O poder dos coronéis assumem um caráter oficial – de estado - mas que ainda mantém a cooptação das

comunidades rurais que seu poder já estava posto, atendendo demandas a projetos pontuais agora não em nome próprio, mas em nome do Estado. Esse fenômeno será responsável por permitir a viabilização de projetos e políticas públicas pautadas pelo caráter normalmente ‘emergencial’ de determinadas demandas comunitárias.

4.4 - Um projeto em disputa

Cristina nos conta que o processo de escolha da demanda da comunidade foi uma decisão unânime dos membros da Associação e da comunidade, que foi o projeto de mecanização da unidade de processamento de mandioca que já existia na área da Associação. Entretanto, com o projeto de ampliação e aquisição de equipamentos aprovado pelos seus membros, a proposta foi reprovada por duas vezes no CMDRS. Cristina relata que a proposta deveria por norma do PCPR/MG ser apreciada e aprovada pelos membros titulares do CMDRS de Claro dos Poções, para s então seguir para a elaboração do projeto técnico pela EMATER-MG.

Segundo ela, o prefeito a época desejava que todas as Associações participantes, optassem por um único projeto, que seria a contratação de máquinas para manutenção de estradas rurais. Segundo ela, em uma das reuniões do CMDRS a qual o prefeito participou, ele chegou a afirmar que “Fábrica de farinha só presta para poleiro de galinha”. Na oportunidade ela se manifestou afirmando que a comunidade não abriria mão do projeto original. Segundo ela, seu posicionamento motivou que outras associações também mantivessem suas demandas originais. Foram necessárias duas reuniões ordinárias do CMDRS para aprovação da demanda de Brejão. Nenhum projeto de manutenção de estradas foi aprovado.

Nesse sentido, Rua (2014) salienta para a complexidade que são as políticas públicas em que participam diferentes instâncias de governo (no caso do PCPR: federal e estadual) e diferentes atores sociais. A autora aponta que a “(...) Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.(...)” (RUA,2014, p.17). A Prof^a. Rua acrescenta que, diferente da *decisão política*, monocrática e hierárquica, a *política pública participativa* envolve diferentes atores da sociedade, de diferentes estâncias da sociedade que defendem diferentes interesses coletivos ou privados.

As políticas públicas (*policies*) ocorrem em um ambiente tenso e de alta densidade política (*politics*), marcado por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade, entre agências inter setoriais, entre os poderes do Estado, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia. (RUA, 2014, p.33)

Não há no programa previsão de envolvimento direto da administração pública municipal em qualquer uma das fases de implantação dos subprojetos produtivos do PCPR/MG. O governo estadual em Minas Gerais firmou convênios de implantação do programa com a EMATER-MG e o IDENE que são órgãos vinculados a administração pública estadual.

A resistência demonstrada pela Associação comunitária de Brejão em abrir mão de seu projeto em detrimento de uma iniciativa vinculada aos interesses da administração municipal, é um exemplo dos diferentes atores envolvidos na implantação de uma política pública. É uma disputa legítima em que os atores defendem seus interesses.

Rua (2012) aponta que

é então que os diversos atores entram em confronto e/ou constroem suas alianças visando decisões favoráveis às suas preferências. Para isso, cada um deles procurará mobilizar seus recursos de poder e pressionar os tomadores de decisão: influência, capacidade de afetar o funcionamento do sistema, argumentos de persuasão, votos, organização etc. (RUA, 2012:87).

A decisão do CMDRS de Claros dos Poções seguiu a prerrogativa do PCPR/MG em atender as demandas comunitárias e não do município. A tentativa de apropriação do PAPP por gestores públicos municipais nos subprojetos implantados no Nordeste, foi um dos fatores que levaram o programa a passar pela reformulação em 1993 (SOARES, 1997).

A tentativa do prefeito de Claro dos Poções em direcionar os projetos aos interesses da administração passa também pela relação estabelecida entre EMATER-MG e Prefeitura. Em Minas Gerais a presença de um escritório da EMATER-MG no município ocorre a partir de um convênio entre a prefeitura e a Empresa, de forma que o convênio rege pagamentos mensais a instituição. Dessa forma, em alguma medida a municipalidade busca participar dos programas e projetos implantados em seu território.

Cristina nos contou o ocorrido sem demonstrar qualquer tipo de rancor ou mágoa do prefeito à época. Pelo contrário, contou com uma expressão de vitória e realização. Segundo

seu relato, sua posição foi importante para conduzir os demais projetos do PCPR/MG que também seriam implantados em outras comunidades rurais do município.

Ao ser perguntado sobre quais foram os objetivos iniciais para a criação do CMDR na cidade, Sr. Adão mostrou personalidade ao responder com a sinceridade que me pareceu lhe ser peculiar: “Estava todo mundo criando o seu. Ficamos uma semana em BH. Era moda. Todos os municípios estavam criando o seu. Criamos por criar”. Claro dos Poções homologou o seu CMDRS três anos antes do lançamento da nova fase do PCPR/MG no Estado. A homologação nos municípios era uma das principais condicionantes do Programa.

4.4.1 – Observando o *capital social* da associação

Tenório (2007) aponta que o modelo de desenvolvimento local não é baseado apenas na mensuração de variáveis econômicas, mas também leva em consideração as potencialidades, principalmente os fatores sociais, naturais, econômicos e institucionais da região. Assim, não é apenas uma orientação econômica, o local deve ser visto como um espaço de compartilhamento de ideias, sentimentos de reciprocidade e cooperação. O desenvolvimento não é apenas crescimento econômico, mas supõe também presença da dinâmica cultural e política capaz de transformar positivamente a vida social.

Para Muls (2008) o *capital social* está relacionado com as ações de solidariedade coletiva, que têm como base a confiança, a cooperação e a colaboração. Ela pode ser decisiva para a viabilização de projetos sociais. O *capital social* pode ser verificado com a presença de determinadas práticas de solidariedade, cooperação e trabalhos coletivos.

Essa situação foi observada no trabalho ‘*Avaliação da geração de emprego e renda no contexto do Projeto de Combate à Pobreza Rural em Minas Gerais*’ de Santos et. al. (2013) que aponta “(...) Observou-se que, em locais onde há maior união entre os beneficiados, o nível de desenvolvimento é maior, pois há a integração e colaboração de todos para o funcionamento dos subprojetos. (...)” (SANTOS et. al., 2003, p.5).

Nessa mesma linha, Tenório (2007) aponta que o modelo de desenvolvimento local não é baseado apenas na mensuração de variáveis econômicas, mas também leva-se em consideração as potencialidades presentes na localidade, principalmente os fatores sociais, naturais, econômicos e institucionais. Assim, o local deve ser visto também como um espaço de compartilhamento de ideias, sentimentos e reciprocidades.

Os projetos que apresentam perspectivas satisfatórias de sustentabilidade têm em comum uma atuante associação comunitária; diferem dos demais quanto à consciência comunitária e sua forma de atuação (SOARES, 2007, p.149).

Participamos de duas reuniões ordinárias da Associação com o objetivo de observarmos o processo de organização da associação a partir do nível de participação dos seus membros, sua dinâmica de funcionamento e organização. Essas observações nos permitiu observar a presença de uma significativa presença de *capital social* em Brejão.

As primeiras impressões que tivemos após as visitas e entrevistas são de que há um certo nível de empoderamento presente da comunidade de Brejão fruto das observações de campo e da participação em uma das reuniões ordinárias a da Associação na comunidade. Quando perguntado ao técnico da EMATER-MG do município sobre as impressões que ele tinha da comunidade de Brejão, ele afirmou: “é uma comunidade tranquila de trabalhar. É unida e as pessoas são muito participativas”. Outros entrevistados também manifestaram a percepção de união entre os membros da comunidade e da tranquilidade do local.

A construção do prédio da sede da Associação em sistema de mutirão, aliado a pontualidade dos seus membros para o início das reuniões, a organização de festas e eventos tradicionais na comunidade, o lanche coletivo que acontece após as reuniões, o tempo de existência e os benefícios por ela já viabilizados, nos levam a constatar que há nesta comunidade um significativo nível de solidariedade e cooperação entre seus membros.

Cristina nos relata que

atualmente a associação tem 40 sócios. Na fundação eram uns 20. Mas já teve mais de 80 pessoas trabalhando no mutirão. Os tijolos da sede, foi a comunidade que construiu. E que pintou também, em mutirão. A comunidade faz reunião para colher milho e fazer farinha para conseguir renda para construir a associação

Esses traços de organização e cooperação observados entre os membros da comunidade de Brejão durante uma reunião da Associação, estão relacionados ao *capital social* da comunidade. O *capital Social* tem como fundamento as ações de solidariedade coletiva, baseadas na confiança, na cooperação e colaboração.

Em Brejão essas relações também são pautadas pela religião e pela proximidade dos laços de parentesco. A realização das reuniões da Associação aos sábados, também é um indicativo de autonomia associativa, que não depende da presença de um agente público de Estado, como o técnico da EMATER/MG por exemplo, para realizar suas reuniões.

Observou-se que, em locais onde há maior união entre os beneficiados, o nível de desenvolvimento é maior, pois há a integração e colaboração de todos para o funcionamento dos subprojetos. (SANTOS et. al., 2003, p.5)

Sr. Lúcio, neto de D. Bilê, e filho de José Pereira de Azevedo, que foi o responsável pelo loteamento da área, há cinco anos foi atropelado às margens da rodovia quando seguia de bicicleta para a cidade. Foi atingido por um carro que trafegava seu veículo em alta velocidade. Atualmente anda com certa dificuldade, com o apoio de um par de muletas, mas diz não faltar a nenhuma reunião. Sua casa está a cerca de 800 metros da sede da Associação.

Sua esposa D. Solidade, afirma não frequentar as reuniões da associação “*por falta de tempo*”. Entretanto, ela ressalta que “*todos os benefícios que nós temos aqui vieram pela associação: luz, água, telefone e até o madeiramento da minha casa.*”. Essa colocação vindo de uma pessoa que optou por não participar das reuniões, reflete a importância que a entidade parece ter para alguns moradores. D.Solidade demonstra haver uma correlação entre a Associação e as políticas públicas.

4.5 – A redução dos beneficiários do programa

O segundo projeto do PCPR/MG da comunidade, agora destinado a aquisição de equipamentos para a fabriqueta, elaborado em 2009 pretendeu beneficiar um universo de 70 famílias. Atualmente beneficia 6 pessoas de três famílias de forma permanente. Isso representa uma redução de 95,7% do número de beneficiários diretos.

Identificamos que na prática são 6 beneficiários assíduos ao projeto produtivo. Esses beneficiários são descendentes de três famílias na comunidade. Cristina e sua mãe representam um núcleo familiar e D. Lúcia, com seu marido e filho representam o segundo núcleo familiar. D. Lourdes, outra produtora com quem conversamos representa o terceiro núcleo familiar.

Entretanto, há também uma outra categoria de beneficiários da fabriqueta de farinha. São os agricultores familiares que ou cederam terras para o plantio ‘na meia’ ou cedem mandioca em troca da metade da produção. Esse grupo também consideramos beneficiários do programas, mas que não participam diretamente dos processos produtivos.

Como abordado anteriormente, os técnicos ao elaborarem o projeto de implantação do subprojeto basearam-se a projeção 70 famílias beneficiárias, considerando o número total de associados na Associação à época, e não o número de famílias residentes em Brejão.

Considerando o número atual de 50 famílias na comunidade, verificamos que entre os beneficiários que participam do processo produtivo e aqueles que trabalham em sistema de parceria ou meia, estimamos em 15 o número de famílias participantes do projeto coletivo, doze anos após a sua implantação. A partir desta nova perspectiva, que consideramos ser mais aproximada que envolveu o período de realização desta pesquisa, a redução no número de beneficiários hoje, é de 70%.

Em Salinas/MG, Santos (2003) identificou situação semelhante:

As maiores dificuldades foram a redução de participantes e a falta de escoamento da produção, justificada segundo eles, pela ausência de mercado e dificuldade em gerir a Oficina de Costura. Na Fabriqueta de Farinha em Nova Fátima, a realidade encontrada não evidencia efetividade. O subprojeto se encontra parado; as máquinas estão ociosas e os plantios estão se perdendo, pois falta energia elétrica na fábrica. A desmotivação nos beneficiados é visível devido à falta de transparência na gestão do subprojeto por parte de dirigentes e falta de recursos financeiros para realizarem o plantio (SANTOS et. al., 2003,p.1).

4.6 – Análise da *eficácia*, *eficiência* e *efetividade* do PCPR/MG em Brejão

Dentro dos conceitos propostos por Cohen e Franco (2002), sob a ótica dos órgãos de governo, provavelmente a avaliação PCPR/MG de Brejão talvez apontasse pela eficácia dos projetos, uma vez que eles foram implantados. As obras para ampliação da área da fabriqueta foram realizadas e as máquinas e equipamentos foram adquiridos e instalados e a fabriqueta está funcionando.

Entretanto, os trabalhos de campo, demonstraram que a partir das entrevistas, da observação e das conversas informais que o projeto produtivo na comunidade de Brejão não foi *eficaz*, não foi *eficiente* e nem apresentou *efetividade* em cumprir seu objetivo que é o de combater a pobreza rural na localidade.

O projeto apenas demonstra ter sido *efetivo*, no que se refere a sua materialização enquanto obras e aquisição de equipamentos. O prédio foi ampliado e existe. Uma simples fotografia pode comprovar isso. Mas a falta de destinação adequada para depósito e tratamento adequado da manipeira não existe. Com alto poder de contaminação do solo, da água e de animais, o projeto não foi *eficiente* em atender as normas técnicas e a legislação ambiental que envolve a construção de uma fabriqueta de farinha que produz resíduos tóxicos.

No nosso entendimento, uma vez que o projeto não conseguiu atingir seu objetivo inicial de atender as 70 famílias na comunidade, sendo verificado que aproximadamente 15

famílias estão sendo beneficiadas de forma direta ou indireta, podemos concluir que o projeto não teve a *eficácia* pretendida uma vez que houve a redução de 78,6% do número de beneficiários inicialmente pretendidos.

Uma vez que três produtoras da fabriqueta nos informaram que a renda auferida com a venda de farinha e polvilho não é suficiente para promover um acréscimo significativo na renda familiar, sendo normalmente utilizado como complementação das despesas com alimentação e medicamentos, concluímos que os dois projeto de PCPR/MG implantados não foram *efetivos* em combater a pobreza rural na comunidade. O incremento na renda e o número de famílias atendidas, não represou uma mudança significativa na renda das famílias de Brejão.

Quanto ao objetivo de promover práticas democráticas e participativas na comunidade de forma a potencializar o capital social na comunidade não pode ser verificado uma vez que a comunidade já vinha se organizando em torno de políticas públicas rurais anteriormente ao PCPR/MG. A comunidade possui um alto nível de capital social que está relacionado ao nível de parentesco entre os moradores e o histórico da comunidade de viabilizar políticas públicas.

Entretanto, uma vez que a gestão do subprojeto produtivo, foi sendo conduzida pela mesma pessoa que também está a frente da Associação comunitária desde sua implantação, podemos concluir que o PCPR/MG também não foi *eficaz* em estimular práticas democráticas e participativas entre seus membros. Observou-se que existe uma relação de poder e dominação instituída na comunidade, sobretudo por Cristina, que é uma liderança instituída e em alguma medida aceita pela comunidade que exerce grande poder de persuasão e influência das propostas de Cristina sobre as decisões dos membros da Associação.

4.7 - Análise da sustentabilidade da Unidade de Processamento de Mandioca do Brejão

Com base nas observações de campo, nas entrevistas e nas conversas informais realizadas na comunidade pretendemos verificar o nível de sustentabilidade da Unidade de Processamento de Mandioca do Brejão, adotando a mesma metodologia utilizada na pesquisa “*Avaliação de Perspectiva de Sustentabilidade do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP) (SOARES,1997)*).

Nesta pesquisa foram adotados os *identificadores de sustentabilidade*.

Tabela 11 - Avaliação do projeto com base em Soares (1997)

Critério	Pontuação	Avaliação
1- Operação	20	Operando
2 - Intermediação	20	Nenhuma
3 - Conhecimentos	10	Pequeno
4-Caixa/Manutenção	10	Insuficiente
5 - Ass. Técnica	10	Parcial
TOTAL	70	PEQUENA

4.7.1 - Critérios da Avaliação:

1- Indicador *Operação* : foi verificado que subprojeto está em funcionamento produzindo de farinha de mandioca e polvilho/goma. O pesquisador acompanhou uma tarde de processo produtivo.

2 - Indicador *Intermediação* : fomos informados que não houve agentes externos no processo de implantação tanto da Associação comunitária quanto do PCPR/MG. Todas as etapas do processo de implantação do projeto foram acompanhadas por técnicos locais da EMATER-MG e técnicos do IDENE de Montes Claros.

3 - Indicador *Conhecimentos* : interpretamos que o grupo de trabalho que utiliza os equipamentos da fabriqueta de farinha, atualmente tem pleno domínio na operação de máquinas e equipamentos. Entretanto os conhecimentos necessários para a comercialização dos produtos foi uma deficiência apontada por duas produtoras de farinha. As produtoras lamentam não comercializar o produto em um mercado maior e a um preço melhor. Apesar da farinha possuir um nome fantasia, verificamos que os produtos não são usualmente rotulados.

4 - Indicador *Caixa/ Manutenção* : entendemos que não há uma prática em se destinar uma parte da produção para a constituição de caixa para a manutenção de máquinas e equipamentos. O dinheiro auferido com a comercialização da produção é utilizado para o custeio da energia elétrica do poço artesiano que fornece água a fabriqueta. Para a manutenção das máquinas e equipamentos, observamos que não há uma reserva de recursos para esta finalidade. As manutenções são pagas através de um rateio entre o grupo de trabalho. Verificamos que todos os equipamentos custeados pelo PCPR/MG estão em uso.

5 - Indicador *Assistência Técnica* : fomos informados que a comunidade recebeu assistência técnica em todas as fases do PCPR/MG até a sua conclusão e inauguração. Houveram assistências técnicas pontuais sob determinadas demandas da comunidade. O IDENE não retornou mais a comunidade após a finalização da prestação de contas para avaliar ou acompanhar ou monitoramento dos projetos implantados.

4.7.2 - Nova proposta de avaliação de *perspectivas de sustentabilidade* para subprojetos produtivos PCPR

Ao adotarmos a metodologia de avaliação da *sustentabilidade do subprojeto do PCPR/MG* proposta por Soares (1997), o resultado aponta para uma ‘Perspectiva de sustentabilidade PEQUENA do projeto implantado em Brejão. São critérios que buscam identificar se o projeto conseguirá “caminhar com as próprias pernas” após a sua conclusão.

Acreditamos que os indicadores propostos em Soares (1997): Operação, Intermediação, Conhecimentos, Caixa/Manutenção e Assistência Técnica são eficientes no objetivo de identificar a viabilidade do subprojeto produtivo após sua implantação. Entretanto, esses indicadores foram elaborados há mais de duas décadas. Nesse período novas preocupações surgiram e um novo entendimento acerca de políticas públicas rurais veio se consolidando no país.

Atualmente torna-se imprescindível na implantação de projetos, o respeito a legislação ambiental vigente, o uso sustentável dos recursos naturais, a destinação adequada de lixo e rejeitos, o respeito à legislação sanitária também para os processos produtivos e um plano de negócios para comercialização dos produtos. Para uma política pública, que utiliza recursos que são públicos, é imprescindível que ela demonstre eficácia em contemplar o número de beneficiários inicialmente previstos no projeto técnico e tenha eficiência em atingir os objetivos a que ela se propõe, no caso do PCPR/MG, o combate a pobreza.

Com base nos critérios de avaliação de Soares (1997), e nas novas questões que visam garantir a eficácia e a eficiência das políticas públicas rurais, iremos incluir 5 novos indicadores de avaliação para verificar as perspectivas de sustentabilidade do subprojeto, produtivo de Brejão, e submetê-lo a uma nova avaliação.

Nossa proposta é uma metodologia de avaliação com 10 indicadores de perspectivas de sustentabilidade, mantendo a mesma nota que proporcionalmente, foram dividida por 2. A nova proposta segue os seguintes critérios:

4.7.3 - Novo critério de avaliação de *perspectivas de sustentabilidade* para subprojetos produtivos PCPR

Tabela 12 – Nova proposta de Avaliação de *perspectivas de sustentabilidade*

Critério	0 pontos	5 pontos	10 pontos
1- Operação	Parado	Semiparalisado	Operando
2 – Intermediação	Intensa	Pequena	Nenhuma
3 – Conhecimentos	Nenhum	Pequeno	Grande
4-Caixa/Manutenção	Não	Insuficiente	Suficiente
5 - Ass. Técnica	Sem	Parcial	Total
6 – Água	Insuficiente ou compromete o uso coletivo	Suficiente, mas captada por poço artesiano ou nascente;	Suficiente, captada por sistema de gravidade até 500 metros (exceto nascentes)
7 - Matéria – prima	Insuficiente	Razoável	Grande
8 - Nº Beneficiários atendidos	Até 1/5 em relação ao projeto inicial	Até a ½ em relação ao projeto inicial	= ao projeto inicial
9 – Rejeitos/resíduos	Queima ou Espalhado a céu aberto	Fossa séptica Ou Fossa seca	Tratamento por: Reaproveitamento; Reutilização; Reciclagem;
10 - Mercado consumidor	Sem transporte regular de passageiros ou Acima de 100 km de estrada de chão	Transporte regular de passageiros ou Até 100 km estrada de chão	Transporte regular de passageiros ou Até 50 km estrada de chão

6 – Identificador *Água* – Identificar a disponibilidade/oferta de água potável na comunidade para uso em processos produtivos ou de beneficiamentos de alimentos. A bibliografia apontou projetos produtivos inoperantes por falta de oferta de água para utilização nos processos produtivos. Além da oferta, identificar o tipo de captação: córrego, rio, poço artesiano, se há tratamento e se não compromete o seu uso coletivo.

7 – Identificador *Matéria- prima* - Identificar a disponibilidade de matéria prima para atender as demandas do subprojeto produtivo. A maior parte da raiz de mandioca processada na fabriqueta de farinha de Brejão vem de outras regiões

8 – Identificador *Beneficiários atendidos* – Identificar o número de beneficiários diretamente atendidos após a implantação do projeto. O PCPR/MG utiliza o termo beneficiário para identificar as famílias beneficiadas com a instalação do projeto comunitário. Projetos de implantação tendem a maximizar o número efetivo de beneficiários. É razoável considerarmos *mínimas* as chances de sustentabilidade daqueles subprojetos produtivos que estejam atendendo até 1/5 do número inicial de famílias beneficiárias previstas no projeto. Consideraremos *satisfatória* as chances de sustentabilidade de projetos que mantenham até

metade das famílias inicialmente previstas, e *sustentáveis* a que mantenham o número de beneficiários previstos no projeto de implantação

9 - Identificador *Rejeitos* – Todos os processos produtivos produzem algum tipo de rejeito, seja ele com poder de contaminação ao meio ambiente ou não. Identificar a destinação do rejeito e verificar se há reaproveitamento ou reciclagem do mesmo.

10 – Identificador *Mercado* - Verificar a distância e o acesso ao mercado consumidor mais próximo do projeto com capacidade de absorver a produção. A bibliografia tem apontado o escoamento e a venda da produção como o grave entrave para o processo produtivo. Boas práticas produtivas, embalagem e rótulo são elementos importantes dentro do processo de comercialização de produtos, e também podem ser observados neste indicador.

Tabela 13 – Nova faixa de pontuação

Pontuação total - faixas -	Perspectiva de sustentabilidade
0 a 10	Nula
40 a 50	Mínima
60 a 70	Pequena
80 a 90	Satisfatória
90 a 100	Sustentável

Tabela 14 –Nova avaliação do projeto produtivo de Brejão

Critério	Pontuação	Avaliação
1- Operação	10	Operando
2 – Intermediação	10	Nenhuma
3 – Conhecimentos	5	Pequeno
4-Caixa/Manutenção	5	Suficiente
5 - Ass. Técnica	5	Parcial
6 - Água	0	Sem
7 - Matéria – prima	0	Insuficiente
8 - Nº Beneficiários atendidos	0	Mínimo
9 – Rejeitos/resíduos	0	Céu aberto
10 - Mercado consumidor	10	Próximo
TOTAL	45	MÍNIMA

Com a nova proposta de avaliação de *perspectivas de sustentabilidade* dos subprojetos produtivos de Brejão, constatamos que a perspectiva de sustentabilidade dos projetos como um todo é PEQUENA, quando avaliado sob o prisma do primeiro modelo metodológico. Com base nos novos indicadores de sustentabilidade propostos por esta pesquisa, identificamos uma perspectiva de sustentabilidade MÍNIMA da fabriqueta de farinha.

4.7.4 - Critérios para a nova avaliação:

6 – Identificador *Água* – Apesar de haver disponibilidade de água para o processo produtivo da farinha de mandioca, a nota 0 se justifica pela dependência do subprojeto a mesma fonte de captação de água que atende toda a comunidade de Brejão, que é um poço artesiano. A região não possui fontes alternativas de água, inclusive para o consumo familiar dos próprios moradores.

7 – Identificador *Matéria-prima* - O principal fornecedor da raiz de mandioca para o processo produtivo da fabriqueta de farinha de Brejão vem de outras regiões. A comunidade reflete a situação do município, que nos últimos anos diminuiu as áreas plantadas e a produtividade. As propriedades em Brejão tem tamanho insuficiente para cultivo da raiz em escala suficiente para atender a fabriqueta. Não há, segundo as informações, incentivo ao cultivo da mandioca por parte dos órgãos públicos, incluindo a assistência técnica rural.

8 – Identificador *Beneficiários atendidos* – Das 70 famílias inicialmente prevista para beneficiar através do subprojeto produtivo, identificamos que atualmente beneficia três famílias de forma permanente. Isso representa uma redução de 95,7% do número de beneficiários inicialmente previstos. Há participações eventuais, mas regularmente são apenas 3 famílias envolvidas no processo produtivo. A projeção foi feita com base no número de sócios à época da elaboração do projeto.

9 - Identificador *Rejeitos* – A fabriqueta de farinha de Brejão não possui destinação adequada para o principal componente poluente resultante do processo produtivo que é a manipueira, um subproduto que pode ser reaproveitado para outras atividade. Cascas, manivas e folhas são reaproveitadas. Em Brejão, a manipueira é despejada no solo, a céu aberto, não á tratamento ou destino adequado a esse rejeito.

10 – Identificador *Mercado* – A comunidade é privilegiada no que se refere a localização e facilidade de escoamento de produção. A fabriqueta fica as margens do asfalto, distante 4 km do núcleo urbano do município de Claro dos Poções e 80 km do maior mercado consumidor do norte de Minas Gerais, Montes Claros.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa de dissertação partindo da hipótese que o subprojeto produtivo viabilizado pelo Projeto de Combate a Pobreza Rural (PCPR/MG) no ano de 2006 na comunidade de Brejão, município de Claro dos Poções, não estaria em funcionamento após 12 anos de sua implantação, ou não teria atingido o objetivo principal do programa, que era o de combater a pobreza na comunidade.

A primeira hipótese foi parcialmente refutada pela pesquisa, uma vez que verificamos que apesar da fabriqueta de farinha implantada se encontrar em atividade, o projeto foi implantado com problema estrutural que consideramos grave, que é o descarte inadequado dos resíduos tóxicos da produção (manipueira) que é despejada diretamente no meio ambiente sem tratamento.

Quanto a segunda hipótese, o PCPR/MG implantado em Brejão não foi *efetivo* em atingir seu principal que é o combate a pobreza na comunidade. A pesquisa verificou que o projeto atualmente beneficia 15 famílias de um universo inicialmente previsto de 70 o que representa uma redução de 78,6%. Três famílias atuam regularmente nas atividades produtivas enquanto 12 famílias participam de forma indireta. Elas enviam a raiz da mandioca para o processamento, tendo direito a metade da produção. Consideramos dessa forma um número aproximado de 15 famílias beneficiadas, em um universo atual de 50 famílias atualmente residentes na comunidade.

A pesquisa constatou que o a geração de renda auferida com a comercialização da farinha e do polvilho de mandioca ainda não foi suficiente para promover um impacto significativo na renda das famílias envolvidas no projeto. A renda com a comercialização dos derivados a mandioca, atualmente constituem um complemento à renda familiar, que normalmente tem sido utilizada para despesas básicas, como alimentação e medicamentos.

A avaliação de política pública é uma ferramenta de monitoramento que permite reproduzir as ações exitosas, e corrigir processos que não atenderam as expectativas. Permite promover uma reflexão mais ampla sobre as alterações promovidas na comunidade beneficiada, sejam em suas relações sociais, produtivas ou econômicas.

Nessa dissertação realizamos a avaliação da fabriqueta de farinha além das pesquisas de campo que contou com observação direta e entrevistas semi estruturadas, utilizamos a metodologia de avaliação de projeto produtivo do PAPP II, proposta em Soares (1997).

Utilizamos os indicadores de sustentabilidade propostos nesta pesquisa, e propusemos a inserção de novos indicadores.

Avaliamos o projeto utilizando os chamados *indicadores de perspectiva de sustentabilidade* que consideramos ser uma ferramenta eficiente para avaliação de projetos produtivos. Ela mede as chances de um projeto ser sustentável, ou seja, não depender de agentes públicos de Estado para se manterem em funcionamento.

Adotando a proposta de avaliação de Soares (1997) verificamos uma perspectiva de sustentabilidade PEQUENA para a fabriqueta de farinha em Brejão. Sob a nova proposta de avaliação, com cinco novos indicadores de sustentabilidade, verificamos uma perspectiva de sustentabilidade MÍNIMA do projeto. Essa avaliação foi baseada na análise de fatores como oferta de água, oferta de matéria prima, mercado consumidor, sustentabilidade ambiental do projeto e número de famílias beneficiárias do projeto.

Além de discutirmos a importância da inserção destes novos indicadores, a pesquisa nos permitiu discutir também outras questões como os indicadores de pobreza, a questão ambiental do projeto, a importância da avaliação de políticas públicas, a metodologia do programa e também o contexto em que o programa foi concebido a relação do Banco Mundial com o projeto.

A ONU e o Banco Mundial são instituições que definiram o conceito e o enquadramento da pobreza como um valor que é aplicado em todo o mundo. Trata-se de uma determinação externa, baseada em princípios e valores também externos. A pobreza tem diferentes dimensões. É uma variável complexa que precisa ser contextualizada por comunidade ou por região.

Os organismo internacionais se baseiam sobretudo, na renda per capita da família, para identificar as faixas de pobreza. Esta é uma metodologia adotada pelos organismos internacionais que tornou-se hegemônica também para as instituições e centros de estudos brasileiros. Esse é um método que representa uma leitura que os organismos externos fazem sobre a *pobreza* nos países periféricos. Não representa muitas vezes a complexidade que envolve a questão, cujos conceitos e entendimentos, que pode variar conforme a cultura de cada país.

A faixa de pessoas que se encontram em situação de pobreza é determinada pelas mesmas instituições que financiam projetos de desenvolvimento e combate a pobreza em diferentes partes do mundo. Classificar povos e populações como “pobres” em certa medida facilita processos de estímulo à concessão de financiamentos, que, por sua vez, viabiliza

condições adequadas para a expansão geográfica do capital para todas as regiões do planeta. É uma forma que o capital encontrou para adiar suas crises de sobreacumulação.

Entretanto, o conceito de *pobreza* tem sido analisado pelas instituições internacionais e nacionais, abordando suas múltiplas dimensões como saúde, educação, saneamento, meio ambiente, habitação, lazer, participação social, capital social, entre outras, o que permite que políticas de enfrentamento a pobreza possam ser melhor direcionadas. Mas a variável renda parece prevalecer sobre as demais.

Por mais que se discuta e se considere o caráter multidimensional da pobreza, é sempre relevante reiterar que o padrão monetário da renda é definido pela ONU e suas agências. O que dizer então das comunidades indígenas, quilombolas e de agricultores familiares afastadas cujas riquezas não podem ser medidas pela variável renda/dia ?

O desenvolvimento, o progresso, o combate a pobreza são elementos que para o Estado, necessitam de uma variável econômica para se efetivar. Os chamados subprojetos produtivos do PCPR também partem desta lógica. O desenvolvimento, que também se refere a múltiplas dimensões não é mais analisado e entendido apenas como crescimento econômico, mas supõe também presença da dinâmica social, ambiental, cultural e política capazes de transformar positivamente a vida das pessoas.

São mais de meio século em que diferentes programas agrícolas vem sendo implantados na região norte de Minas Gerais que adotam o discurso da modernização e do desenvolvimento. São diferentes programas e projetos que aliados ao capital internacional implantaram grandes projetos agropecuários, de reflorestamento e irrigação. Projetos de reflorestamento, por exemplo, estão relacionados a supressão da água em centenas de comunidades rurais no norte de Minas Gerais.

Houve um violento processo de ocupação predatória das regiões de chapadas para plantio de eucalipto, que aconteceu em todo no norte de Minas Gerais, e inclusive na região circunvizinha a comunidade de Brejão. Acreditamos que o PCPR/MG poderia ter colocado em pauta a questão dos problemas que afetam a escassez de água na comunidade.

Extensas áreas de cerrado que antes eram responsáveis por garantir o fornecimento de água, alimentos, remédios e madeira aos povos e comunidades que ali habitavam, foram transformadas em áreas de apropriação privada, arrendadas pelo Estado e destinadas ao plantio extensivo da monocultura de pinus e eucalipto, para produção de carvão vegetal.

Foram ocupadas áreas que durante séculos foram utilizadas para a criação do gado em regime comunal por centenas de povos e comunidades presentes na região e que foram intempestivamente suprimidos com a anuência, a proteção e o incentivo financeiro do Estado,

em nome do desenvolvimento. Hoje essas populações sobrevivem em espaços reduzidos, cercados por grandes áreas de eucalipto, pinus e pasto.

Esses povos carregam consigo diferentes sistemas de organização social que são responsáveis por enriquecer e caracterizar a cultura desta região do Estado. Entretanto, esses são povos historicamente deixados às margens da política públicas de desenvolvimento. Ainda sim são comunidades que resistem, adaptando-se, readaptando-se e resistindo as consequências promovidas pelo modelo desenvolvimentista calcado na produtividade.

Historicamente a margem dos projetos e políticas públicas de desenvolvimento, a esses povos restou o ônus dos grandes projetos agropecuários que se instalaram na região, que promoveram a supressão de suas terras, de suas águas e de seu habitat natural. A supressão do cerrado no Norte de Minas, representa além da supressão o meio ambiente responsável por fornecer todos os elementos vitais à vida camponesa, é um importante elo de ligação cultural e social entre as pessoas, as famílias e as comunidades presentes nesta região. O desmatamento deste bioma também é responsável por promover uma profunda desarticulação nas dinâmicas sociais, produtivas e culturais das comunidades rurais norte mineiras.

O PCPR (PAPP I) foi concebido após um longo período em que vultuosos investimentos foram feitos em grandes empresas agropecuárias e de reflorestamento na região norte de Minas Gerais, pautados na exploração fundiária desses povos. A crise econômica que adentrava a década de 1980, aliado ao processo de redemocratização do país, levou o governo a gradualmente abandonar os grandes projetos de investimentos agrícolas.

O PCPR surge em um contexto de fim de ditadura militar no país já envolto nos processos de redemocratização. Os governos militares se especializaram na promoção e criação de grandes projetos agropecuários no norte de Minas Gerais. Projetos que também contaram com os recursos internacionais do Banco Mundial. O país entra na década de 1990, com o governo pressionado pela hiperinflação e pelo crescente desemprego começa a se aproximar das políticas neoliberais aventadas por países como Estados Unidos e Inglaterra.

Alguns movimentos de democráticos passam a incluir em suas pautas, as questões que permeiam a agricultura familiar. A medida que os movimentos sociais começam a se organizar em prol da democracia, do direito a terra e a melhoria da infraestrutura no interior do país.

Ao mesmo tempo que o governo se afasta dos grandes projetos agropecuários, ele se vê diante dos problemas advindos da urbanização acelerada do país nos 40 anos anteriores. Agora era preciso fixar o homem no campo, subsidiar suas práticas produtivas e reduzir a vulnerabilidade social que existia no campo. Nesse contexto, após intensas manifestações de

entidades de classe, foi criado o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), que se consolidou como a primeira e mais abrangente política pública voltada aos agricultores familiares, mas que inicialmente foi moldada pelas mesmas premissas dos grandes projetos agrícolas que foram implantados no país a partir da década de 1960: crédito e produtividade.

Os projetos PCPR foram financiados pelo Banco Mundial, que estabeleceu algumas condicionantes claras para o acesso das comunidades ao Programa. A primeira exigência que os órgãos de financiamento e execução do Projeto fizeram as comunidades para o recebimento dos projetos, foi a formalização e/ou legalização da Associação Comunitária.

O vilarejo de Brejão, que surge dentro da comunidade nasce nesse período em que os agricultores familiares começam a ser reconhecidos pelo Estado. O surgimento do vilarejo em Brejão está relacionado ao PAPP I, que implantou inicialmente um poço artesiano para atender moradores que existiam antes do surgimento do vilarejo. O poço artesiano foi o que possibilitou a divisão e comercialização dos primeiros lotes e a viabilização da fixação de mais famílias na comunidade. Eram meados da década de 1990, e o vilarejo só se viabilizou mediante as políticas públicas que viriam ser implantadas: dois poços artesanais, eletrificação, reforma de casas, captação de água de chuva e políticas públicas de transferências de renda.

A comunidade já foi contemplada com um significativo número de políticas públicas através de sua Associação. Isso reforça a ideia da presença de um nível de *empoderamento* e *capital social* em Brejão, mas por outro lado, demonstra sua vulnerabilidade social e ambiental que a tornou profundamente dependente das políticas públicas.

A pesquisa apontou para *ineficácia* e *ineficiência* do subprojeto implantado em Brejão, em atender as famílias inicialmente previstas, vale dizer 70 famílias. Hoje o projeto atende aproximadamente 15 famílias. Houve uma redução de 78,58%. Adotando a avaliação proposta em Soares (1997) o subprojeto apontou para uma *perspectiva de sustentabilidade* com nível considerado PEQUENO. Ao introduzirmos cinco novos indicadores para a avaliação do projeto, identificamos um nível MÍNIMO de sustentabilidade.

Consideramos que o índice apontado como PEQUENO pela metodologia de Soares (1997) que utiliza os *indicadores de sustentabilidade*: Operação, Intermediação, Conhecimentos, Caixa/Manutenção e Assistência Técnica não engloba indicadores fundamentais para a sustentabilidade de um projeto produtivo, como disponibilidade na comunidade de Água, Matéria Prima, o Mercado consumidor e o número de beneficiários efetivamente atendidos. A estas variáveis consideramos também importantes o descarte sustentável dos rejeitos envolvidos no processo produtivo.

Adotando a nova proposta de avaliação, identificamos um nível MÍNIMO de perspectiva de sustentabilidade do subprojeto produtivo em função do projeto não contemplar nenhum dos novos indicadores propostos. Pontuamos com a nota 0 (ausência) os indicadores água, matéria prima, número de beneficiários atendidos e destinação adequada dos rejeitos e pontuamos com a nota 10 (proximidade) em virtude da proximidade da fabriqueta a um centro consumidor, que apesar de não ser um mercado capaz de absorver a capacidade produtiva da fabriqueta, é um mercado importante para o projeto.

A comunidade têm carências quanto à oferta de água, cujo abastecimento é exclusivamente realizado por dois poços artesianos. Segundo as informações cada dia de trabalho envolve um consumo médio de 500 litros de água. Portanto consideramos que a água deva ser destinada essencialmente para o consumo humano.

Além da falta de espaços para o cultivo da raiz no vilarejo de Brejão, o projeto apresenta um problema que consideramos grave em razão do descarte a céu aberto, da manipueira, principal produto decorrente do processo produtivo da farinha e do polvilho. O projeto não foi *efetivo* em garantir a sustentabilidade ambiental do projeto e não foi *eficaz* em atingir o número de famílias beneficiárias previstos, após 12 anos de sua implantação.

A partir das observações de campo e das entrevistas, concluímos que a escolha do subprojeto produtivo de ‘ampliação e aquisição de equipamentos para a fabriqueta de farinha na comunidade’ sofreu uma influência decisiva de sua principal liderança, Cristina, que é produtora de farinha. Atualmente no projeto trabalha Cristina e sua mãe, a família de D. Lúcia (com marido e filhos) e D. Lourdes. São duas famílias fixas no projeto e participação de outras famílias de forma esporádica.

A produção acontece e convites para que novas pessoas participem foram observados nas duas reuniões que participamos e em duas das entrevistadas que trabalham no processo produtivo de farinha e polvilho. “A Cristina sempre convida os sócios para participar da fabricação de farinha, mas poucos querem participar. Eles preferem dar a mandioca e ficar com a metade da farinha” relata D. Lúcia.

Na comunidade, além da fabriqueta da associação, também possui outras três fabriquetas artesanais de farinha todas em atividade. Visitamos apenas a que sem encontra em maior atividade e se localiza em frente a fabriqueta da associação comunitária, que é a do Sr. Antônio e D. Raimunda. São cerca de 35 metros que separam o processo produtivo mecanizado, de um processo produtivo manual em todas as suas etapas.

A outras duas fabriquetas artesanais de farinha de mandioca, estão ligadas a outras duas famílias, que não participam do projeto produtivo coletivo da farinha e do polvilho.

Como abordado neste trabalho, a comunidade de Brejão, possui um nível que consideramos muito bom em seu capital social, sobretudo pela organização de eventos, pelo mutirão que permitiu a construção da Sede da Associação, pela organização da associação e pelos inúmeros projetos que ela conseguiu viabilizar na comunidade.

O capital social de Brejão está vinculado sobretudo, aos laços de parentesco na comunidade. Apenas uma moradora não possui vínculos familiares com os demais. As famílias são descendentes principalmente dos troncos familiares dos Coelho, dos Azevedo, dos Belizário e dos Lopes. São quatro as principais famílias e encontramos quatro fabriquetas de farinha.

Com o histórico da produção de farinha já identificado na comunidade, acreditamos que cada fabriqueta de farinha artesanal esteja vinculado a uma família, inclusive a da própria associação. Apesar desta divisão não ser clara, de modo a ser exposta pelos membros da comunidade, é uma das causas que acreditamos ter levado a redução em mais de 90% de beneficiários ativos na produção coletiva de farinha polvilho.

A fabriqueta de farinha artesanal da Associação foi implantada pelos sócios, cerca de quatro anos antes da viabilização de um novo PCPR/MG no município. Acreditamos que a forte influência que Cristina exerce na comunidade, tenha em alguma medida, influenciado na escolha do projeto de ampliação e mecanização da fabriqueta artesanal.

Apesar do processo de identificação de demanda de projeto ter sido realizado pelo técnico local da EMATER-MG na comunidade, com mobilização e discussão das alternativas possíveis de projetos custeados pelo programa, segundo informações, com a sugestão partindo de Cristina, então Vice Presidente da Associação, apenas um morador teria sugerido um projeto alternativa ao projeto que foi implantado.

Seguiu-se um procedimento protocolar determinado pelo Programa, que é a identificação de demandas na comunidade sob a orientação dos técnicos da EMATER-MG, e do IDENE. Mas quantas reuniões foram realmente utilizadas pelos técnicos para aplicação de uma metodologia adequada de identificação das demandas comunitárias ? Duas ou três reuniões não bastam para que a discussão de demandas possa ser debatida e devidamente amadurecida dentro da comunidade. É necessário uma discussão profunda acerca das necessidades que mais se aproximam da realidade de uma localidade e o tempo para isso, pode variar de localidade para localidade.

A celeridade com que muitos projetos são executados se relaciona as etapas que envolvem a implantação dos projetos PCPR. São no mínimo seis etapas: identificação da demanda na comunidade, encaminhamento da demanda para CMDRS municipal para

avaliação e autorização, encaminhamento a autorização para avaliação do IDENE, que uma vez autorizado encaminha para a elaboração do projeto técnico pela EMATER-MG.

É no projeto técnico elaborado pela EMATER-MG que será realizado a planilha de custos do projeto com o levantamento de todos os itens e equipamentos necessários para a implantação do projeto. Nesta planilha consta também os custos para elaboração do projeto, que giram entorno de 3% do valor total. Mediante o projeto técnico a Associação aguarda o depósito dos recursos, para somente assim realizar a cotação de preços e a aquisição de máquinas e equipamentos, ou contratação dos serviços. O processo em Brejão durou cerca de seis meses para implantação.

Com tantas instâncias e técnicos envolvidos na aprovação do projeto PCPR/MG, acreditamos que assim como pontua Romano (2012), esse processo que visa a autonomia dos sujeitos, através do estímulo a formação de sujeitos políticos capazes de tomarem a sua própria decisão em relação as suas escolhas, é ineficiente em sua essência.

Todas as etapas são mediadas por inúmeras relações de poder, que se iniciam na própria comunidade, passam pelas diferentes disputas de poder dentro CMDRS e finaliza com o poder exercido pela autoridade técnica conferida aos técnicos do Estado. Afinal, será que os membros da comunidade realmente tem autonomia para escolherem seus projetos, mediante tantas opiniões e ponto de vistas emanados por tantas “autoridades” ?

Para o estudo de caso de Brejão, acreditamos que não. A comunidade foi em alguma medida influenciada na escolha de seu projeto, por uma líder comunitária carismática. Ainda que a proposta tenha sido colocada em votação (aberta), a Vice Presidente, de forma legítima, defendeu sua opinião do melhor a ser implantado, e teve sua proposta aceita. Cabe ressaltar que o processo de discussão com a comunidade, identificação de demanda e votação foi acompanhado pelo técnico local da EMATER-MG que em alguma medida também garantiu a legitimidade do processo.

A fabriqueta artesanal onde Cristina produzia sua farinha antes da instalação na Associação, pertencente a sua família. Com o surgimento do Vilarajo em Brejão em alguma medida influenciou a implantação de uma nova fabriqueta e também da Associação.

As características culturais que normalmente são comuns as comunidades rurais norte mineiras, que Costa (1997) chamou de ‘*modus vivendi*’, que são aquelas pautadas pelas regras consensuais de comportamento horizontalizados, pela solidariedade e coletividade também são pautados pela organização dos modos produtivos e das relações sociais na comunidade. A metodologia de implantação do PCPR não costuma considerar as especificidades culturais presentes nas comunidades rurais.

O PCPR mantém a mesma metodologia em todos os municípios. Com tantas etapas envolvidas no processo de implantação dos projetos, reduz-se o tempo disponível para que o técnico do governo, responsável pela mobilização da comunidade, identifique um pouco mais as características sociais, culturais e produtivas dos beneficiários a serem contemplados. Esse seria um processo que constituiria essencialmente na mobilização dos sujeitos beneficiários em torno da condução das discussões para identificação dos seus potenciais e de suas carências.

Sem o amadurecimento da demanda pelos próprios beneficiários, os subprojetos produtivos tornam-se ineficazes em seu propósito de promover o desenvolvimento social dessas populações. Em Brejão há um tanque de resfriamento de leite, inoperante. A associação pretende vendê-lo com o objetivo de adquirir um de menor capacidade. Trata-se de um equipamento que tem um custo relativamente alto, implantado em uma localidade com sérias carências de água.

Concluimos que o subprojeto implantado na comunidade de Brejão não foi o mais adequado a comunidade, apesar da alegada tradição na produção deste insumo. E foi justamente essa *vocação* histórica que levou algumas famílias da comunidade a não abdicarem da produção que se utiliza da mão de obra familiar, ainda que artesanal, sem usos de equipamentos, mas que poderia interferir na relação que essa família tem com as demais famílias e moradores da comunidade.

Acreditamos que a metodologia imposta pelo Banco Mundial para a viabilização dos subprojetos é excessivamente burocrática e dispendiosa. Essa metodologia que é supostamente democrática, que envolve diversos pareceres técnicos podem privar os beneficiários das demandas que realmente gostariam de fazer. Assim como defendido por Romano (2012), acredito que o público alvo do programa deve possuir autonomia total na demanda de projetos. Isto sim é promover o *empoderamento* dos sujeitos.

O PCPR/MG ainda que tenha sido reformulado no sentido de estimular a autonomia das comunidades, acreditamos que essa autonomia se esvai em virtude das etapas e condicionantes que o projeto precisa cumprir. A metodologia, ainda que reformulada, permanece pautada na verticalidade. O poder de decisão permanece nas instâncias superiores. É o parecer técnico que autorizará ou não o projeto. A metodologia mantém uma orientação impositiva *de cima para baixo* com uma aparente autonomia comunitária.

Os prazos reduzidos que os técnicos do governo têm para mobilizar a comunidade, com uso de técnicas e dinâmicas pedagógicas apropriadas a cada comunidade, de forma a serem capazes de promover uma discussão profunda sobre qual o projeto mais adequado a

realidade de uma determinada localidade, de foram ela mesmo identifique suas demandas e suas potencialidade, fica comprometido.

As conclusões do trabalho de Freitas e Freitas (2011), que identificaram ‘falta de vocação’ dos projetos produtivos implantados em comunidades do Vale do Jequitinhonha, como a principal causa de ineficiência dos projetos produtivos não foi verificado. A comunidade tem vocação para a produção artesanal de farinha. Quanto ao problema da celeridade com que os projetos são normalmente implantados e afetam a sustentabilidade do projeto acreditamos que outra demanda poderia ter sido identificada caso houvesse uma metodologia mais apropriada de levantamento de demandas. Em Brejão, acreditamos que a celeridade na implantação do projeto pode ter sido influenciada por um outro componente: a sua liderança comunitária.

Acreditamos que uma das razões desta celeridade, esta pautado em uma outra metodologia do Banco Mundial, em relação ao PCPR e que é a mesma adotada desde o programa PAPP, que é a liberação dos recursos em etapas. O Banco Mundial condiciona a liberação do financiamento mediante a comprovação e prestação de contas dos projetos já implantados.

Essa é uma maneira legítima da entidade financiadora garantir a aplicação correta dos recursos. Entretanto, em que medida a liberação dos recursos condicionado a disponibilização de novas parcelas, não induziria o Estado a promover os projetos nas comunidades de forma mais célere, em detrimento de recursos metodológicos pautados nas dinâmicas e técnicas de identificação das demandas realmente importantes para as comunidades ?

É necessário que a academia continue a provocar o debate e a discussão sobre os paradigmas e as consequências em torno da pobreza rural no Brasil. A pesquisa apontou que a comunidade rural de Brejão deixou de conviver com a fartura de alimentos e água para tornar-se objeto de políticas públicas compensatórias, mitigadoras das consequências do modelo predatório de desenvolvimento.

A redução de 78,56 % do público beneficiado em Brejão, expõe as deficiências do PCPR/MG enquanto política pública que se propõe a retirar as pessoa da pobreza. É uma iniciativa que precisa ser constantemente problematizada dado que novas políticas pautadas neste programa estão sendo gestadas pelo governo de Minas Gerais como *Plano Estadual de Enfrentamento da Pobreza no Campo* que tornou-se Lei Estadual em dezembro de 2018.

Acreditamos que essas políticas públicas não sessarão enquanto não for equacionado um dos principais problemas agrários que perdura no país desde o período colonial, que é a

concentração fundiária. Sem uma reforma agrária profunda no país, que promova o fim definitivo do grande latifúndio, programas como o PCPR continuarão sendo implantados no interior do país. A questão agrária é uma questão estrutural do país, enquanto não for profundamente equacionado, conviveremos com políticas públicas que pretendem *combater*, e não *acabar* com a pobreza rural.

Mais do que uma política pública rural, o PCPR/MG constitui uma política pública de proteção social. Os projetos destinados ao agricultor familiar talvez sejam uma maneira de compensar os agricultores familiares, os camponeses e todos os povos tradicionais ainda presentes na região, pelos impactos sociais e ambientais proporcionados pelos grandes projetos de irrigação e de reflorestamento presentes por mais meio século no Norte de Minas Gerais.

Essas críticas vão de encontro as reflexões de RIBEIRO e GALIZONI (2007) que apontam que os programas voltados a agricultura familiar mantêm na realidade, uma lógica de contínua exclusão social deste segmento. Os autores apontam que

Por isso, quando a exploração costumeira e a terra comum se tornaram parte do passado, os programas modernizadores foram sucedidos por programas de apoio ao pequeno produtor. A partir de então, sítiantes tornaram-se objeto de programas públicos, mas apenas daqueles mitigadores, paliativos ou compensatórios, que instituíram aos poucos o lugar político do excluído e o suporte que este receberia do Estado. A partilha dos ministérios rurais nos anos 1990, e principalmente sua persistência desde então, confirmam esta atitude que seria definitiva na política agrícola. O sítiante tradicional, embora teime em reafirmar sua existência, é uma porção residual nos programas de desenvolvimento rural. A lógica da política agrícola dos anos 1970 não tem nada de acidental, e os programas de apoio à agricultura familiar são uma notável e, sobretudo, coerente continuidade a esta lógica de exclusão (RIBEIRO e GALIZONI, 2007, p.122).

Entendemos que um dos principais responsáveis pela vulnerabilidade da comunidade rural de Brejão, é de ordem agrária. O vilarejo de Brejão se consolidou entorno não apenas das políticas sociais que foram disponibilizadas pelo poder público mas ele foi motivado sobretudo pela ausência de propriedade dos novos arranjos familiares que se formaram na comunidade. O vilarejo surge pela falta de opção de moradias e propriedades que aquelas famílias viviam. E ainda vivem, uma vez não houve registro dos lotes que foram criados. Cristina por exemplo, reproduz a mesma situação vivida por seus pais, que já idosos, não possuem escritura ou registro da terra em que vivem.

A reforma agrária profunda no Brasil ainda é tratada como um dogma, uma questão cujos políticos e autoridades preferem não abordar em virtude do poder financeiro daqueles

que detém os latifúndios no país. É urgente uma revolução agrária no país que seja capaz de eliminar os latifúndios cuja herança se remete ao período colonial e imperial do país. É preciso permitir o acesso a terra, àqueles que de fato querem trabalhar e produzir. A comunidade de Brejão é vítima de um modelo agrário desenvolvido pelo Estado é excludente, que se utiliza das políticas públicas, paliativas compensatórias, para manter o *status quo* da política agrária no país. Esse é um modelo que vem se reproduzindo e se mantendo no país desde sua fundação, graças complexas articulações de poder, privilégios, violência e votos.

NOTAS

- 1 - PNUD/IPEA - Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA, Brasília, 1996. Disponível em : <<https://nacoesunidas.org/primeiro-relatorio-de-desenvolvimento-humano-do-brasil-de-1996-ja-esta-disponivel-em-formato-digital/>>.
- 2 - ONU Brasil (2018). Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-rdh.html>>. Acesso em 16/04/2018.
- 3 - Worldbank.org. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2018/10/17/nearly-half-the-world-lives-on-less-than-550-a-day-brazilian-portuguese>>. Acesso em 16/04/2018.
- 4 - *Ibidem*.
- 5 - *Ibidem*.
- 6 - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG
- 7 - Lei 4.829/65. – Institucionaliza o Crédito Rural. Disponível em:< <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4071419&disposition=inline>
- 8 - Decreto Presidencial nº 74.794 de 30/10/1974. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74794-30-outubro-1974-423254-publicacaooriginal-1-pe.html>>.
- 9 - Convênio nº 7329-BR de 31/01/06.
- 10 - Decreto Estadual 14.171 de 2002. Disponível em:< <http://www.idene.mg.gov.br/2016-02-24-20-29-47/legislacao-vigente>>.
- 11 - O Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE, criado pela Lei Estadual nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, e alterado pela Lei Delegada nº 78, de 29 de janeiro de 2003, é uma Instituição autárquica vinculada ao Gabinete da Secretária de Estado Extraordinário para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas - SEDVAN.
- 12 - Decreto nº 44.097, de 29 de agosto de 2005.
- 13 - Lei Municipal nº 08/06 de 04/04/2006.
- 14 – *Ibidem*.
- 15 - Portal Emater MG (2018). Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/porta1.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=7087#.W2DDdNVKivF>. Acesso em 05 abr. 2018.
- 16 - SEAIN (1994).
- 17 - World Bank (1995 a).
- 18 - Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- 19 - SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- 20 - Portal ONU Brasil. Disponível em :< <https://nacoesunidas.org/agencia/fmi/>>. Acesso em 11/07/2017.
- 21 - Portal ONU Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>>. Acesso em 11/07/2017.
- 22 - Portal Terra. “EUA divulgam documentos do Pentágono sobre Guerra do Vietnã, 13/06/2011. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estados-unidos/eua-divulgam-documentos-do-pentagono-sobre-guerra-do-vietna,fe5a4af60c6ea310VgnCLD_200000bbcceb0aRCRD.html>.
- 23 - *Ibidem*.
- 24 - Disponível em: <<https://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/clarodospocoos.pdf>>.

- 25 - Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/claro-dos-pocoos/panorama>>.
- 26 - População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2018.
- 27 - IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados preliminares. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em 05/09/2018.
- 28 - Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados preliminares. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/claro-dos-pocoos/pesquisa/24/76693>>. Acesso em 05/09/2018.
- 29 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>.
- 30 – *Ibidem*.
- 31 – Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas/Resultado>>.
- 32 - BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. CadÚnico. Brasília, DF, 2015a(apud Diagnóstico Multidimensional da Pobreza, Fundação João Pinheiro, 2017, p.118).
- 33 - 1% da população mundial ficou com 27% da fortuna criada em 35 nos. Portal: JN-Jornal de Notícias, 14/12/2017. Disponível em: <<https://www.dn.pt/dinheiro/interior/1-da-populacao-mundial-ficou-com-27-da-fortuna-criada-em-35-anos-8984407.html>>.
- 34 - Disponível em: <<https://indicadores.ibge.gov.br/objetivo8/indicador811>>.
- 35 - Projeto MapBiomias – Coleção 3 da série anual de mapas de cobertura e uso de solo do Brasil. Disponível em: <<http://mapbiomas.org/>>. Acesso em 19/12/2018.
- 41 - IBGE, Produção Agrícola Municipal IBGE. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/claro-dos-pocoos/pesquisa/14/10193>>. Acesso em 08/09/2018.
- 42 - IBGE, Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm>. Acesso em 08/09/2018.
- 43 - IBGE, Censo Agropecuário 2017 – Resultados preliminares - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/claro-dos-pocoos/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 08/09/2018.
- 44 - Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=7087#.W1kUatVKivE>. Acesso em: 04/04/2018.
- 45 - SEBRAE - Cartilha sobre resíduos de mandioca . M H R Empresarial Ltda. Brasília, ed. 2015. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/594000c9e99daaca3f316cd51ee4e5f9/\\$File/Cartilha%20Residuos%20de%20Mandioca.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/594000c9e99daaca3f316cd51ee4e5f9/$File/Cartilha%20Residuos%20de%20Mandioca.pdf)>. Acesso em 10/11/2018.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. E. Perspectiva, São Paulo, 2005
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar : como fazer entrevistas em Ciências Sociais”. Em Tese, v.2, n.1(3), p.68-80, 2005
- CANDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades. Ed.34, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In. BIGNOTTO, Newton (Org.). Pensar a República Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- CARVALHO, Fernanda Ferrário de. Da esperança à crise : a experiência das políticas regionais no Nordeste. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, SP, 2001.
- CHÂTEL, Viviane. A responsabilidade- pelo-outro: um preliminar `a confiança. In: BALSA, Casimiro (Org.). Confiança e Laço Social (Portugal): Edições Colibri; CEOS/FCSH-UNL,2006,pp 49-60.
- CICONELLO, Alexandre. *A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil*. Sl: 2008. Disponível em: <http://www.oxfam.org.uk/resources/downloads/FP2P/FP2P_Brazil_Social_participation_as_democracy_CS_PORTUGUESE.pdf>. Acesso em 15 jul. 2018.
- COSTA, J.B. de A. Cultura sertaneja: A Conjunção de Lógicas Diferenciadas. In: SANTOS, G.R. dos (org).Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas. Montes Claros:Best Comunicação e Marketing,1997, p77-88.
- COHEN, E.; FRANCO, R. (2002); Avaliação de Projetos Sociais. 5 ed. Petrópolis: Vozes.
- DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 05 abr. 2018.
- _____. Nº 74.794 - Diário Oficial da União, Seção 1, p. 12391, de 30 de outubro de 1974. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-1797-423254-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 18 de outubro de 2018.
- DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. Revista Estudos Avançados, v.15, nº43, 2001.
- DEMO, Pedro - Combate a pobreza : desenvolvimento como oportunidade. Ed. Autores Associados, Campinas, 1996.
- EDF - Estudo de Desempenho Físico do PCPRMG/2010 (Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2002; KHAN e SILVA, 2005; MACÊDO *et al* 2011; SILVERA, 2009; PINHEIRO, sd).
- EMATER/MG (2016) Disponível em:<emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=18934>. Acesso em 10/08/2016.
- EMATER-MG. Portal on line. Disponível em:<emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=18934>. Acesso em 10/08/2016) .

ESDRAS, M. L.; ALMEIDA, J.W.L.; SILVA, R.F. Análise espaço-temporal do eucalipto no Norte de Minas Gerais nos anos de 1986, 1996 e 2010. *Revista GeoTextos*, vol.8. n2, dez.2012.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-83.

FONSECA, Ana Ivânia Alves, *Sociedade e sua relação com a natureza no município de Claros dos Poções*. *Revista Cerrados / Universidade Estadual de Montes Claros. Departamento de Geociências*. –Vol. 2 n. 1. Ed. Unimontes. Montes Claros, MG, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.unimontes.br/cerrados/article/viewFile/2/3#page=99>>.

FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, Alan Ferreira de. Empreendimentos induzidos por políticas públicas: reflexões a partir do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) em Minas Gerais. *Revista Interações*, v. 12, n. 2, p. 255-265, jul./dez. Campo Grande, 2011

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Diagnóstico Multidimensional da Pobreza Rural / Fundação João Pinheiro*. Belo Horizonte, 2017.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina* – tradução Sérgio Franco – Ed. L&PM, Coleção Pocket, Porto Alegre, RS, 2011.

GODBOUT, Jacques T.; CAILLÉ, Alain. 1999. “Quando o Estado substitui a dádiva”, in *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 65-80.

GRANJA, Sandra Inês Baraglio – ‘Elaboração e avaliação de projetos’, Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER S. Três gerações de políticas públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil in: *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IBGE 2017 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. –Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/claro-dos-pocoos/panorama>>.

JÚNIOR, Fernando Antônio França Sette Pinheiro. *Desenvolvimento participativo, uma possibilidade ? Análise da concepção do projeto de combate à pobreza rural de minas gerais (PCPR-MG)*. Congresso Internacional Governo, Gestão e Profissionalização em âmbito local frente aos grandes desafios de nosso tempo. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2013.

LEFORT, C. A questão da democracia. In: Lefort, C. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATOS, Walkiria Gomes de. *Projetos Comunitários : uma avaliação das experiências do PAPP e do programa São Vicente*. *Cadernos Estudos Sociais*, v.10, n1, p.97-122, jan/jun., Recife, 1994. Disponível em:<https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/viewFile/1147/867>. Acesso em 15 jul 2018.

MAUSS, Marcel, 2003 (1923-1924). “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” (Introdução, Tópico III e IV), in *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify, p. 265-314.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org) . *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis, 2002.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3), p. 239-262, jul/set, 1993.

MINAS GERAIS. Marco de Referência Ambiental –Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais II, Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte, Dezembro de 2009.

_____. O empreendedor público e o Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais. In: *Empreendedores Públicos no Governo de Minas Gerais: registro de uma experiência de resultados*. Belo Horizonte. 2009.

_____. Decreto 44.097. Institui o Projeto de Combate a Pobreza Rural em Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/7845561/pg-3-executivo-diario-oficial-do-estado-de-minas-gerais-doemg-de-30-08-2005>> Acesso em 19 de julho de 2010.

_____. Decreto 45.307. Disponível em: www.almg.gov.br Acesso em 19 de julho de 2018.

_____.Escritório de Prioridades Estratégicas - Caderno de Indicadores / Escritório de Prioridades Estratégicas. Belo Horizonte, 2011.

MIRANDA, Carlos. COSTA, Cristina. (2007). *Ações de combate à pobreza rural: metodologia para avaliação de impactos*. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Disponível em:<<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Publicacoes%20Pas/combate%20C3%A0%20pobreza%20rural.pdf>>

MOURA, Auricharme Cardoso. Modernização agrícola como discurso político a serviço do capital: o caso do projeto Jaíba-MG. *Revista Tempos Históricos*, Vol.18, 2014.

MULS, Leonardo Marco. ‘Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais’. In: *Revista Economia*. Jan/Abr. 2008.

PARREIRAS, Luiz Eduardo. *Negócios Solidários em Cadeias Produtivas: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: ANPEC: Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5542&catid=303>. Acesso em 24/09/2018.

PESSÔA, Marcela de Oliveira. *Caminhos do Jequitinhonha: análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha - MG* . Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

PCPR/MG. Relatório Final. Campinas: Tecnométrica, 2010. In [http://documents.worldbank.org/curated/en/158581468017451263/pdf/ICR16570P0522500disclosed0110150110.pdf\(31/10/16\)](http://documents.worldbank.org/curated/en/158581468017451263/pdf/ICR16570P0522500disclosed0110150110.pdf(31/10/16))

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al. Programas sociais, mudanças e condições de vida na agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014, vol.52, n.2, pp.365-386. ISSN 0103-2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52n2/09.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

RUA, Maria das Graças - Políticas públicas – 3. ed. rev. atua. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.

PESSÔA, Marcela de Oliveira. Caminhos do Jequitinhonha: análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha - MG . Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Quatro histórias de terras perdidas: Modernização agrária e privatização de campos comuns em minas gerais. R.B. Estudos Urbanos e Regionais, v.9, n.2. Nov/2007. Disponível em <http://Rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/186/169>.>. Acesso em 10/09/2018.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al. Programas sociais, mudanças e condições de vida na agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2014, vol.52, n.2, pp.365-386. ISSN 0103-2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52n2/09.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus repúblicas – a questão do desejo nas lutas sociais. In. BIGNOTTO, Newton (Org.). Pensar a República Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2006.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: fatos básicos e implicações para a política social. Revista Economia e Sociedade, Vol 6, p.141-151, Jun 1996, Campinas.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. In:_____; ANTUNES, Marta (orgs.). Empoderamento e Direitos no Combate à Pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/empoderamento.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2018.

SAHLINS, Marshall,1978. ‘A primeira sociedade da afluência’. In.: CARVALHO, Ademar Assis (Org.), Antropologia Econômica, São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 6-43.

SANTOS, Fabiana Francisca dos ; TOLENTINO Marlúcia Araújo , LOPES Maria Aparecida REIS Soares, Sandra Melo dos ; SANTIAGO Wagner de Paulo. “Avaliação da geração de emprego e renda no contexto do projeto de combate à pobreza rural em Minas Gerais” . Brasil Revista Espacios, vol 34 (nº 7), 2013. Disponível em:< <http://www.revistaespacios.com/a13v34n07/13340701.html>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. Da produção de subsistência à agricultura moderna: Socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba. 226 Fls. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SEAIN. Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste — PAPP.— Brasília: Secretaria de Planejamento, 1994. Documento elaborado pelos técnicos Gilvan C. Araujo e Marcelo V. Siqueira, da SEAIN.

SEDEVAN/IDENE – Caminhos para o Desenvolvimento Regional – Sistema SEDVAN/IDENE – Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1228847901918/Minasgerais.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SEVERINO Arnaldo José. A efetividade do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais (PCPR/MG) com a participação dos agricultores familiares. Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Jose Graziliano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil: Zahar Editores, 1982.

SOARES, Ricardo Pereira. Avaliação do financiamento do banco mundial ao programa de apoio ao pequeno produtor rural do nordeste (PAPP). Revista Planejamento e políticas públicas nº 15, IPEA, Brasília, 1997. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/125/127>> Acesso em: 03 abr. 2018.

_____. 'O financiamento do Banco Mundial ao PAPP' – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas – IPEA – Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 1997. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6771>>. Acesso em 25 jul. 2018.

STIGLITZ, Joseph E. A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Editora Futura, 2002.

TENORIO, Fernando Guilherme. Cidadania e Desenvolvimento Local. 1 ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2007.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Revista SOCERJ. 20(5), setembro/outubro, 2007, p.383-386. Disponível em: <http://sociedade.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>, acesso em 18/10/2016.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. UNB, 1997.

WORLD BANK. Decentralized rural development and enhanced community participation - a case study from Northeast Brazil. By Zyl, John Van; Barbosa, Túlio e outros. 1995a. (Policy Research Working Paper , n.1498).

ANEXOS

ANEXO A – Localização da comunidade de Brejão

Figura 1: Localização de Claro dos Poções no mapa de Minas Gerais

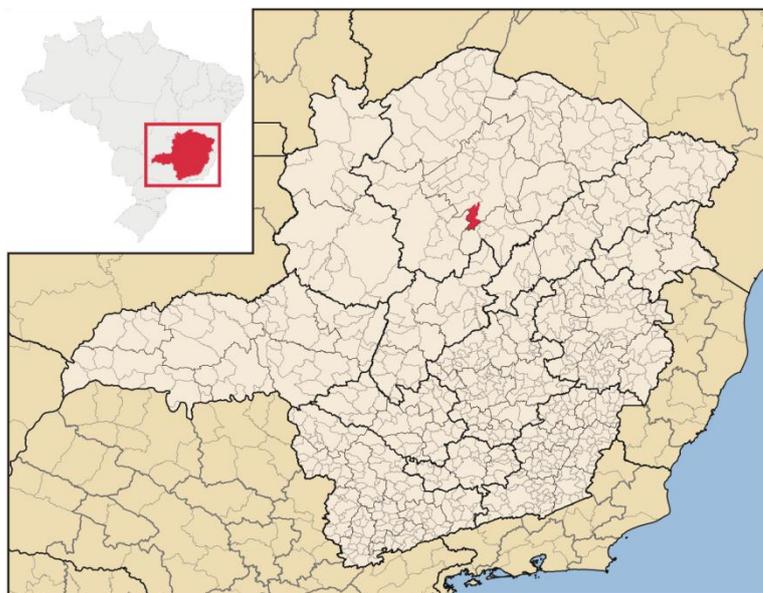
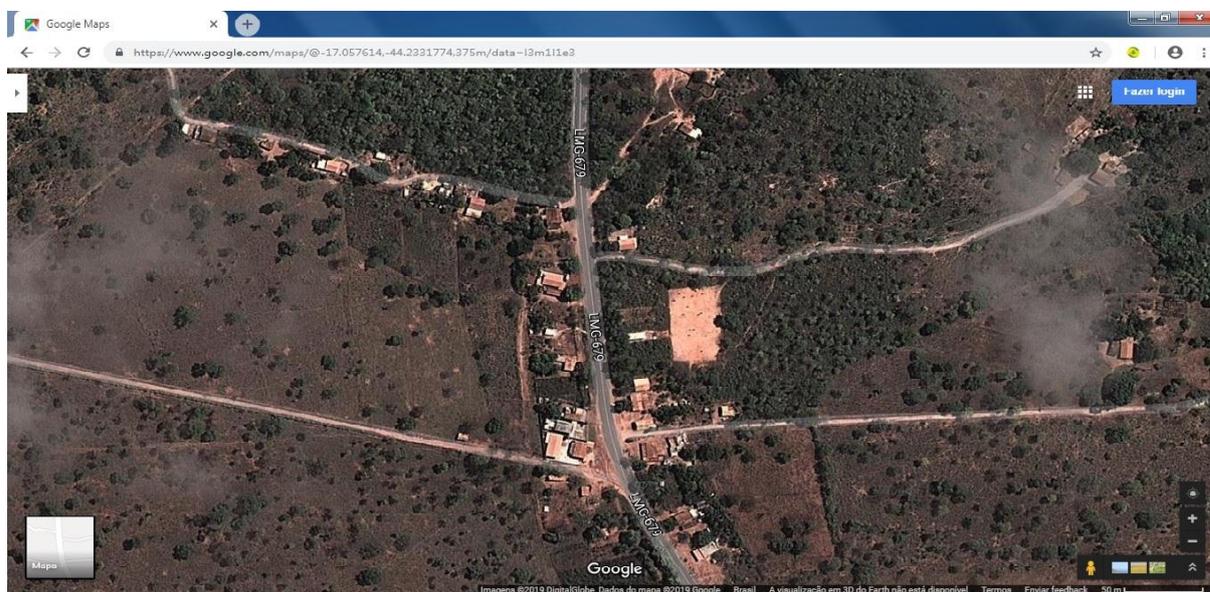
Fonte: Portal Wikipédia⁴⁷

Figura 2: Vista aérea da Comunidade Rural de Brejão

Fonte: Google Imagens⁴⁸

⁴⁷ Portal Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: http://fr.wikipedia.org/wiki/Claro_dos_Poções#/media/File:MinasGerais_Municip_ClarodosPocoes.svg Acesso em 15/12/2018.

⁴⁸ Google Imagens©2019 DigitalGlobe. Dados do Mapa© 2019 Google. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-17.0577894,-44.2325392,371m/data=!3m1!1e1>. Acesso em 15/12/2018.

ANEXO B – Fotos da visita do Vice Presidente do Banco Mundial Justin Yifu Lin em visita a Associação do Pequenos Produtores rurais do Brejão em 18 de novembro de 2008



Foto 1: Lúcia Sebe/SECOM/MG (2008)⁴⁹



Foto 2 : Lúcia Sebe / SECOM/MG (2008)⁵⁰



Foto 3: Lucia Sebe / SECOM/MG (2008)⁵¹



Foto 4: Lucia Sebe / SECOM/MG (2008)⁵²



Foto 5: Xu Medeiros (2008)⁵³

⁴⁹ AGÊNCIA MINAS GERAIS. ‘Vice-presidente do Bird aprova subprojetos de combate a pobreza’. SEGOV – Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais. 18 de novembro de 2008. Disponível em: < <http://www.2005-2014.agenciaminas.mg.gov.br/multimedia/galerias/vice-presidente-do-bird-aprova-subprojetos-de-combate-a-pobreza-2/>>. Acesso em 15/12/2018.

⁵⁰ *Ibidem.*

⁵¹ *Ibidem.*

⁵² *Ibidem.*

⁵³ Foto Xu Mendes. Disponível em: < xumedeiros.blogspot.com/2008/11/>. Acesso em 16/08/2016.

ANEXO C - Fotos da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Brejão e do subprojeto produtivo

Sede da Associação



Foto: Frederico Maciel Borges

Placas referentes aos dois subprojetos: ampliação e aquisição de equipamentos



Foto: Frederico Maciel Borges



Foto: Frederico Maciel Borges

Máquina de torrefação da fabriqueta



Foto: Frederico Maciel Borges

Forno de torrefação da fabriqueta



Foto: Frederico Maciel Borges

Área externa da Fabriqueta da Associação 1



Foto: Frederico Maciel Borges

Área externa da Fabriqueta da Associação 2



Foto: Frederico Maciel Borges

Produto final do processo produtivo
fabriqueta da Associação

Foto: Frederico Maciel Borges

Local de escoamento da manipueira na da
fabriqueta da Associação

Foto: Frederico Maciel Borges

Sr. Antônio e D. Raimunda em sua fabriqueta artesanal de farinha (anexa à residência)



Foto: Frederico Maciel Borges



Foto: Frederico Maciel Borges